



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO

Viviane Costa Fonseca de Almeida Medeiros

**Turismo e Economia Solidária: uma análise nas cooperativas e
associações de artesanato do Roteiro Seridó norte-rio-
grandense**

NATAL-RN
SETEMBRO/2011

Viviane Costa Fonseca de Almeida Medeiros

Turismo e Economia Solidária: uma análise nas cooperativas e associações de artesanato do Roteiro Seridó norte-rio-grandense

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Federal
do Rio Grande do Norte, como
requisito parcial para a obtenção do
título de Mestre em Turismo.

Orientadora: Maria Lucia Bastos
Alves Dra.

NATAL-RN
SETEMBRO/2011

Viviane Costa Fonseca de Almeida Medeiros

Turismo e Economia Solidária: uma análise nas cooperativas e associações de artesanato do Roteiro Seridó norte-riograndense

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Federal
do Rio Grande do Norte, como
requisito parcial para a obtenção do
título de Bacharel em Turismo.

Maria Lúcia Bastos Alves Dra. – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Orientadora

Francisco F. de Azevedo Dr. – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Banca Examinadora interna

Paulo Roberto Palhano Silva Dr. – Universidade Federal da Paraíba
Banca Examinadora externa

Dedico este Trabalho

A toda minha família e, em especial, ao meu filho André Vitor e ao meu Marido Argemiro Lucena de Medeiros, que ao longo da nossa convivência tanto me deu forças e coragem para chegar até aqui; Aos meus avós Eunice e Jorge Lira, à minha querida mãe, Verônica e minha irmã Catarina e ao meu sobrinho Lucas, que está para chegar.

AGRADECIMENTOS

Autor: Luís Antonio de Oliveira
Part. Esp. Viviane Costa

Cheguei ao fim do certame
Porque sou a Viviane
Ou o mesmo que vivaz,
Mas não se faz nada só,
Tudo fica bem melhor
Quando existe o algo mais.

Na busca dos sonhos meus,
Agradeço ao meu bom Deus
Pela saúde e a lida,
Pois existe uma disputa,
Estamos sempre na luta
Pelos caminhos da vida.

Não posso esquecer Verônica
(Minha mãe e minha tônica)
Que nasceu para ajudar.
Cuidou bem do meu rebento
Para eu dedicar mais tempo
No árduo verbo estudar.

Não posso calar a voz
Para meus belos avós
E minha irmã Catarina,
Pois uma família unida
Encontra no rol da vida
O amor com autoestima.

Agradeço ao Argemiro
(Meu marido e meu retiro)
Em tudo que precisar,
Sem esquecer André Vítor
(O meu garoto bonito)
Que aumenta o brilho do lar.

Salve professor Washington!
Que convive com o Próximo
Na convivência da paz.
E os companheiros da OASIS
(Essas pessoas que fazem)
O algo que é sempre mais.

Digo com sinceridade
Ao Doutor da humildade
Que espero quando crescer
Continuar com o estudo,
Fazer um pouco de tudo
Do que aprendi com você.

Ser uma extensionista
É o caminho ou a pista
Em prol da revolução.
A preparação pra vida
Começa pela avenida
Que se chama Educação.

Obrigado Andréa Dantas
Pelo trabalho que encanta
Nessa Pós-Graduação.
(Uma professora amiga)
Que adentrou minha vida
Com a mente e o coração.

O Francisco Fransualdo
É professor humanizado
Na sua melhor maneira.
Com sua dignidade,
Deu-me oportunidade
Para ser uma Trilheira.

Eu não tenho nem palavras
Ao Mestre Juarez Paiva
Pela sua grande ação.
Foi um trabalho tão árduo,
Mas ele deixou o fardo
Mais leve que algodão.

Grande Mestre Juarez,
Quando o supremo te fez
Resolveu iluminar.
Que a tua bela família
Siga sempre a melhor trilha
Com muita luz pra brilhar.

Rosana Mara Mazaro,
Você me deu o amparo
Na arte de trabalhar.
Essa oportunidade
Não vai ficar na saudade,

Ou seja, não vai passar.

Professora Maria Aparecida
Faz parte da acolhida
Com todo seu brilhantismo.
No setor de Geografia,
Ela me mostrou a via
Na Pesquisa de Turismo.

É com extensa alegria
Que agradeço à Academia
Pela grande aprendizagem.
Foram longos quatro anos
Que agora estão me levando
Para uma sólida viagem.

Não esqueço da Raquel,
Da Flávia e do Daniel
E também da Juliana.
O curso deixa saudade,
Mas essa grande amizade
Vai ser sempre soberana.

A Juliane Medeiros
É quem fornece o roteiro
No Portal PPGTUR.
É amiga e companheira
Traçando a rota certa
Leste, Oeste, Norte e Sul.

O Projeto “Trilhas Potiguaras”
Apresentou outros ares:
Ruy Barbosa e Parazinho.
Muito obrigado amigos
Por terem me recebido
E ensinado o caminho.

Outra pessoa que brilha
E que nunca sai da Trilha
É a Ana Catarina.
Seja com chuva ou sol,
Ela busca o arrebol
Com amizade e estima.

Obrigado Marcos Adller
Por sua dignidade
E a coragem tenaz.
Aos amigos da OASIS

Pelas excelentes bases
Porque vocês são Demais.

Obrigado Bruna Raquel
Pela amizade fiel
E o que “REUNI” a gente
Com muitos ensinamentos
Que trazem conhecimentos
Na trajetória docente.

Maria Lúcia Bastos Alves
Me orientou com relatos
Que vão ficar na memória,
Pois não dá pra esquecer
Quem me ajudou vencer
Ao longo da trajetória.

Agradeço com emoção
Aos alunos de Administração
Onde fui Estagiária.
Conhecer toda essa gente
Foi algo bem excelente
Para entender a área.

Um grande muito obrigado
A todos os Associados
Do “Roteiro Seridó”.
Sempre de braços abertos,
Me ajudaram de perto,
Ou seja, não fiquei só.

Agradeço com humildade
A todos da Universidade
E também os terceirizados.
Sempre que eu precisei
(O verbo sempre se fez)
Com um sorriso estampado.

O tempo passou alado
E eu vejo que o Mestrado
Agora me satisfaz,
Mas continuo aprendendo
E espero lá na frente
Avançar um pouco mais.

Natal, 24 de agosto de 2011.

[...] conhecer, em si, não transforma a realidade; transforma a realidade somente a conversão do conhecimento em ação transformadora; e a conversão da ação transformadora em conhecimento [...] não apenas muda a realidade, mas muda também o sujeito.

Leonardo Boff.

RESUMO

O presente estudo aborda as questões que envolvem a Economia Solidária e o Turismo, suas perspectivas e contribuições para o processo de desenvolvimento das comunidades locais, bem como o ponto de ligação entre ambos. Este estudo avaliou em que medida a Economia Solidária, através do cooperativismo e associativismo no turismo, tem gerado melhorias socioeconômicas para os artesãos do Roteiro Turístico do Seridó. Quanto aos seus objetivos, o estudo realizado é de caráter exploratório-descritivo, pois envolveu tanto técnicas padronizadas de coleta de dados, questionários e observação sistemática, quanto pesquisas secundárias e estudos de caso, o que caracteriza uma pesquisa exploratória Castro (2008). Os resultados apontam para melhorias significativas proporcionadas pela inserção dos membros nos grupos (associações e cooperativas) em aspectos referentes à saúde, à educação, ao relacionamento interpessoal, acesso ao consumo e crédito para os artesãos. Por intermédio deste estudo, também foi possível constatar que a inserção dos produtos e serviços na atividade turística não é fator relevante para as melhorias socioeconômicas observadas, pois há presença elevada de atravessadores no processo de comercialização.

Palavras-chave: Economia Solidária. Turismo. Desenvolvimento local.

ABSTRACT

The present study has addressed the issues surrounding the Solidarity Economy and Tourism, their perspectives and contributions to the development process of local communities, as well as the connection point between the two. This study evaluated the extent to which social economy through cooperatives and associations in tourism has generated socio-economic improvements for the artisans of the tourist Seridó. The study made as to their objectives, was exploratory and descriptive, since it involved both standard techniques of data collection, questionnaires and systematic observation, and secondary research and case studies, which characterizes an exploratory research, according to Castro (2008). The results indicate significant improvements offered by the inclusion of members in groups (associations and cooperatives) in matters concerning health, education, interpersonal relationships, and access to consumer credit to the artisans. Through this study, one might also note that the inclusion of products and services in tourism is not a relevant factor for the socio-economic improvements observed for the elevated presence of middlemen in the marketing process.

Keywords: Solidarity Economy. Tourism. Local development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 01 – Estado do Rio Grande do Norte região do Seridó	16
QUADRO 01 – Trabalho solidário <i>versus</i> sociedade capita.....	25
QUADRO 02 – Diferenças entre empresas e organizações Solidárias.	25
QUADRO 03 – Organizações coletivas no Estado do Rio Grande do Norte.....	53
QUADRO 04 – Perfil do setor artesanato no Estado do Rio Grande do Norte.....	54
QUADRO 05 – diferença entre empresas e organizações solidárias.....	62
QUADRO 06 – Trabalho Solidário <i>Versus</i> Sociedade Capitalista	65
QUADRO 07 – Caracterização dos membros e representantes das cooperativas e associações do Roteiro Seridó	73
TABELA 01 – Escolaridade <i>versus</i> o motivo para se integra ao grupo e o valor-p do teste Qui-quadrado.....	75
TABELA 02 – Correlações entre percepções dos membros com relação aos direitos e responsabilidade em relação aos cargos exercidos.....	76
TABELA 03 – Autonomia para tomar decisões segundo cargo que exerce na cooperativa e o valor-p do teste de Fisher	80
TABELA 04 – Frequência das variáveis/ Estatística descritiva.....	82
TABELA 05 – Melhorias da qualidade de vida segundos cargo que exerce na cooperativa e o valor-p do teste de Fisher.	83

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BC	Banco Central do Brasil
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
COOBARTS	Cooperativa das Bordadeiras e Artesãos do Seridó
CRACAS	Comitê Regional das Associações e Cooperativas de Artesanato do Seridó
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômico
EPS	Economia Popular Solidária
FPES	Fórum Potiguar de Economia Solidária
FLO	Fairtrade Labelling Organization
IFAT	International Federation of Alternative Trade
FIB	Felicidade Interna Bruta
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
TEM	Ministério do Trabalho e Emprego
MTUR	Ministério do Turismo
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
ONGs	Organizações Não Governamentais
OSCIPS	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
PNB	Produto Nacional Bruto
PIB	Produto Interno Bruto
PRONIC	Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas
SENAE	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEMTHAS	Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social

UNITRABALHO	Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho
USP	Universidade de São Paulo
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
WTTC	Conselho Mundial de Viagens e Turismo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
2 TURISMO, DESENVOLVIMENTO E SUAS PERSPECTIVAS	20
2.1 Desenvolvimento: um processo em construção	20
3 DA GESTÃO SOCIAL À ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM CAMINHO PARA UM TURISMO INCLUDENTE	20
3.1 Economia Solidária no Brasil	33
3.2 A colaboração da Economia Solidária e do Turismo na Integração do local ao Global	39
3.3 Do Associativismo ao Cooperativismo: novas formas de organização	42
4 O ARTESANATO SERIDOENSE	42
5 CARACTERIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES DO ROTEIRO SERIDÓ	49
5.1 Cooperativas de Bordado de Caicó	49
5.2 Associações de Artesanato do Roteiro Seridó	53
6 CARACTERIZAÇÃO DOS ATORES	65
6.1 Caracterização da amostra	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS	86
ANEXOS	92
APÊNDICES	98

INTRODUÇÃO

A trajetória deste estudo teve como motivação inicial a experiência da pesquisadora em trabalhos realizados anteriormente, dentre os quais destaca-se a monografia de graduação, quando estudou a “Economia Solidária e o turismo: uma análise nas cooperativas e associações de Natal/RN”. Naquele período foi observada a necessidade de se estudar o espaço cultural, religioso e gastronômico seridoense como fornecedores de produtos artesanais em suas diversas tipologias, para o mercado turístico e de artesanato de Natal, ficando com isso algumas lacunas, entre elas a necessidade de contrapor a visão dos membros das cooperativas e associações com a dos seus presidentes, bem como analisar as convergências e divergências relatadas sobre a realidade vivenciadas por ambos.

Objetivando a compreensão da realidade dos artesãos do Roteiro Seridó, observou-se a realidade socioeconômica na qual esses profissionais estão inseridos. O estudo foi norteado pela seguinte questão: a Economia Solidária, através do cooperativismo e do associativismo, em parceria com as atividades voltadas para o turismo, contribui para melhorar as condições sociais e econômicas dos artesãos do Roteiro Seridó?

Para se chegar ao objetivo geral, delinearam-se os seguintes passos; identificar as cooperativas e associações existentes no Roteiro Seridó/RN relacionadas de forma direta ou indireta ao setor turístico; mensurar as contribuições geradas e o grau de melhoria das condições socioeconômicas dos que presidem esses grupos, bem como dos cooperados e associados após sua adesão a essas organizações e, por fim, identificar as formas pelas quais o turismo e a Economia Solidária contribuem para melhorias socioeconômicas dos atores envolvidos.

As cooperativas e associações populares de trabalho, ou os chamados empreendimentos econômico-solidários, são organizações pautadas sob os princípios da autogestão e da solidariedade e se constituem com apoio do poder público, sindicatos ou como parte da organização dos trabalhadores em movimentos sociais.

O cooperativismo, segundo Nascimento (2004), é um modelo de inserção econômica que coloca o trabalhador na centralidade do processo produtivo, cujos

seres criadores e re-criadores assumem uma perspectiva de construtor-humano. Esse modelo é considerado uma forma alternativa e forjada pelos trabalhadores sob os pilares de uma racionalidade flexível e compatível com os princípios da solidariedade e da democracia. Tal sistema apresenta-se como um instrumento político e econômico no âmbito das estratégias de sobrevivência dos seres que buscam obter melhoria na vida dos atores envolvidos nesse espaço de cooperação.

A Associação tem significado amplo, sendo qualquer iniciativa formal ou informal que reúna pessoas físicas ou outras sociedades jurídicas com objetivos comuns, visando superar dificuldades e gerar benefícios para os seus associados. Isso quer dizer que a associação é uma forma jurídica de legalizar a união de pessoas em torno de seus interesses e que sua constituição permite a construção de melhores condições do que as que os indivíduos teriam isoladamente para a realização dos seus objetivos. Então, é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos, onde vários indivíduos se organizam de forma democrática em defesa de seus interesses (FABIANNE et al., 2002).

O ponto fundamental que difere as cooperativas das demais organizações sociais como, por exemplo, das associações, está centrado nas relações produtivas. As cooperativas têm como principal característica a produtividade comercial, sendo assim, podem ter inscrição estadual, ou seja, registro da Junta Comercial do Estado e, para tanto, se faz necessário a adesão de no mínimo vinte sócios no ato da formação do grupo.

Porém, no que se refere às associações, estas podem existir por meio da união de duas ou mais pessoas em defesa de um interesse comum. Como exemplo, pode-se citar uma associação comunitária de produtores rurais em defesa do abastecimento d'água para a comunidade por meio de construções de cisternas.

O ponto de convergência dessas organizações é a busca pelo desenvolvimento coletivo, pois o principal objetivo dos grupos ligados à Economia Solidária é proporcionar aos seus membros o bem comum, ou seja, o desenvolvimento pessoal e coletivo, por meio da participação em atividades produtivas, recreativas ou ocupacionais, em atividades que proporcionem aos membros uma ocupação remunerada ou não.

Para isso, toma-se como campo de estudo para elaboração deste trabalho a Região do Seridó Potiguar, área composta por 23 municípios, localizados na Mesorregião Central do Rio Grande do Norte, subdividida em Microrregiões,

sendo elas: Seridó Oriental¹, Seridó Ocidental² e a Microrregião da Serra de Santana³, como pode ser observado no mapa abaixo:

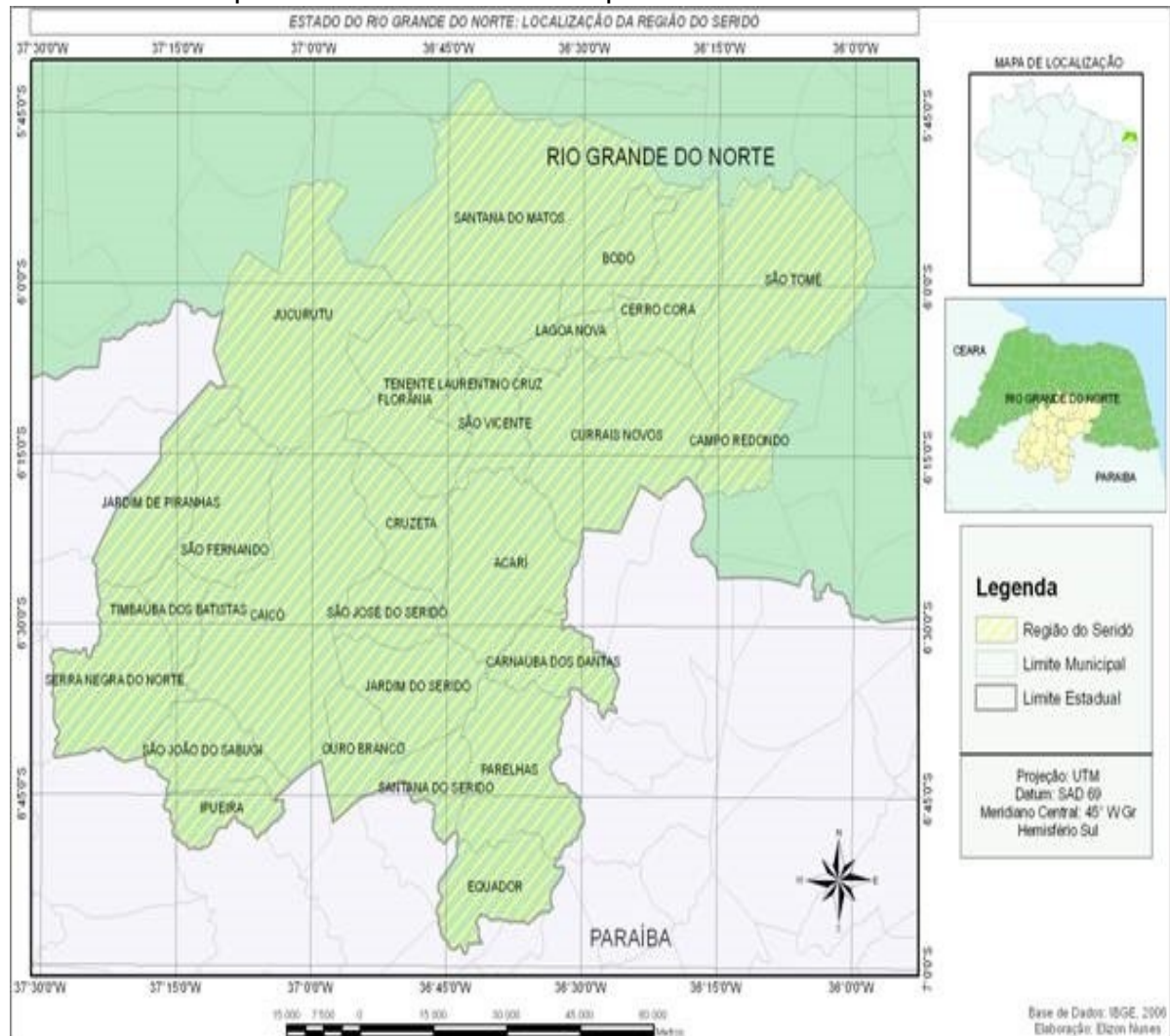


Figura 01 – Estado do Rio Grande do Norte, Região do Seridó
Fonte: Bacelar (2009)

¹ A microrregião do Seridó Oriental é uma das dezenove microrregiões do estado brasileiro do Rio Grande do Norte pertencente à mesorregião Central Potiguar. Sua população foi estimada, em 2006 pelo IBGE, em 118.004 habitantes e está dividida em dez municípios. Possui uma área total de 3.777,267 km². Os municípios que a compõem são: Acari, Carmaúba dos Dantas, Cruzeta, Currais Novos, Equador, Jardim do Seridó, Ouro Branco, Parelhas, Santana do Seridó, São José do Seridó.

² A microrregião do Seridó Ocidental é uma das microrregiões do estado brasileiro do Rio Grande do Norte pertencente à mesorregião Central Potiguar. Sua população foi estimada, em 2006 pelo IBGE, em 96.094 habitantes e está dividida em sete municípios. Possui uma área total de 3.065,724 km². Também é chamada como Região de Caicó. Os municípios que a compõem são: Caicó, Ipueira, Jardim de Piranhas, São Fernando, São João do Sabugi, Serra Negra do Norte, Timbaúba dos Batistas

³ A microrregião da Serra de Santana é uma das microrregiões do estado brasileiro do Rio Grande do Norte pertencente à mesorregião Central Potiguar. Sua população foi estimada, em 2006 pelo IBGE, em 64.213 habitantes e está dividida em sete municípios. Possui uma área total de 3.019,906 km². Os municípios que a compõem são: Bodó, Cerro Corá, Florânia, Lagoa Nova, Santana do Matos, São Vicente, Tenente Laurentino Cruz.

Do ponto de vista do turismo, o presente estudo foi impulsionado pela diversidade cultural que norteia os aspectos religiosos, arqueológicos, e gastronômicos da região seridoense, fato este que proporcionou a criação do Roteiro Turístico do Seridó como parte da Política Nacional de Turismo implantada pelo Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, lançado em abril de 2004. Esse programa do Governo Federal propõe a estruturação, o ordenamento e a diversificação da oferta turística no País.

Nessa perspectiva, o Governo do estado do Rio Grande do Norte, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), reuniu em Polo oito municípios que apresentam características diversificadas e complementares para formarem o Roteiro Seridó, sendo elas: Acari, Caicó, Carnaúba dos Dantas, Cerro Corá, Currais Novos, Jardim do Seridó, Lagoa Nova e Parelhas. Essa iniciativa teve como por objetivo

Criar um novo produto turístico, diferenciado e inovador, em roteiros que promovam a regionalização e a integração do homem com a natureza, dentro de limites que garantam a sustentabilidade ambiental, econômica, social e política, gerando novos empregos e melhorando a renda da população seridoense, com respeito a cultura e ao meio-ambiente (PLANO DE TURISMO SUSTENTÁVEL ROTEIRO SERIDÓ, 2004, p. 22).

Esses municípios têm como principal característica a representatividade cultural⁴, sendo referência no campo da produção de artesanato em suas diversas tipologias, dentre elas a que conta com maior destaque na mídia nacional é a produção de bordado do município de Caicó. Os demais municípios também se caracterizam por tal atividade, além das confecções com objetos feitos em palha, pedras, tecido, madeira, *biscuit*, redes, bonecas de pano e argila.

Para atingir os objetivos propostos neste estudo, realizou-se uma pesquisa quali-quantitativa com os grupos de artesanato que trabalham direta ou indiretamente com a cadeia produtiva do turismo. É importante ressaltar que quando se refere aos termos direto ou indireto, significa dizer que eles podem trabalhar diretamente, fornecendo produtos e adornos para cama, mesa, banho ou artigos de decoração para bares, restaurantes, pousadas e ou hotéis ou indiretamente, em feiras de artesanato, eventos como a Festa de Santana (Caicó), que reúne turistas de varias localidades que vão à procura do artesanato local.

⁴ Estas cidades são conhecidas no Brasil e no mundo pelo artesanato e, em especial, pela produção de bordado, arte sacra e objetos feito em pedras (chelita entre outras).

O público-alvo deste estudo foi constituído por presidentes e membros das cooperativas e associações de artesanato inseridos no Roteiro Seridó, mediante pesquisa e aplicação de questionário piloto com os presidentes de tais grupos, chegou-se ao número total de 953 membros, divididos em duas cooperativas⁵ e sete associações⁶. Para que se pudesse obter uma mostra confiável estatisticamente, dividiu-se a população em oito estratos. Para tanto, foi utilizado como método estatístico⁷ a amostragem estratificada com alocação proporcional. Esse plano amostral caracteriza-se por dividir a população em partes que sejam mais homogêneas do que a população em geral, e aloca o tamanho da amostra de maneira proporcional ao tamanho de cada estrato. Foi utilizado o software estatístico R para o cálculo do tamanho da amostra, obtendo-se, com isso, uma amostra de 193 membros e nove presidentes.

Para efeito de análise, utilizar-se-á a seguinte nomenclatura: a letra P para os presidentes das cooperativas e associações e a letra M para os cooperados e associados.

A coleta de dados ocorreu mediante aplicação de questionários tanto para os presidentes quanto para os membros, e as entrevistas foram realizadas apenas com os presidentes de cada grupo, proporcionando a pesquisa um caráter quali-quantitativo. A pesquisa aqui apresentada foi realizada em Junho de 2010 com os representantes e em meados de Janeiro e Fevereiro de 2011, com os associados e cooperados nos oito municípios em questão.

O trabalho está dividido em três partes. A primeira contempla as questões que envolvem a Economia Solidária e seu processo de construção que teve início através da gestão social. A segunda parte aborda os conceitos que permeiam o turismo, o desenvolvimento e suas perspectivas no processo de construção de melhorias dos aspectos sociais e econômicos das comunidades inseridas em atividades sociais e econômicas, em especial nos grupos solidários que

⁵ COASE e COBART

⁶ Associação Jardinense de Artesanato, Associação dos artesãos de Acari, Associação de Moradores de Carnaúba dos Dantas, Associações dos Artesãos e Micro Empresários de Parelhas (ASSOAMEP), Associações de artesanato de Currais Novos, Associação logoanovense de Artesanato e Centro Social Santa Zita.

⁷ Utilizou-se da Estatística Descritiva, com medidas de tendência central e dois testes estatísticos não paramétricos: teste qui-quadrado e o teste de Fisher com um nível de significância $\alpha = 5\%$. Utilizando-se o programa de domínio público R.

desenvolvem atividades artesanais que fazem parte do Roteiro Turístico do Seridó. Por fim, foram abordadas as análises e discussão dos dados, fazendo a ponte com a teoria discutida no referencial deste trabalho. Em seguida, têm-se as considerações finais da pesquisa.

2 TURISMO, DESENVOLVIMENTO E SUAS PERSPECTIVAS

2.1 Desenvolvimento: um processo em construção

De maneira geral, os termos desenvolvimento e crescimento econômico são relacionados ao progresso das nações, mas não podem ser definidos como sinônimos. Pensando nessa perspectiva, pode-se observar que o processo de crescimento trabalhado de forma isolada poderá trazer desequilíbrio estrutural para determinadas economias, e com isso gerar aos seus governantes e governados sérias dificuldades, entre elas alargamento da diferença entre os mais pobres e os mais ricos, ou seja, concentração de renda e desequilíbrio social, gerando pobreza e exclusão social. Já o desenvolvimento, em grande parte dos casos, é capaz de gerar o crescimento econômico e social de um povo (PASSOS; NOGAMI, 1998).

O crescimento econômico pode ser caracterizado pelo aumento da capacidade produtiva de bens e serviços de uma economia, que tem como consequência o aumento do Produto Interno Bruto (PIB), tanto em termos globais quanto em termos *per capita*, fato este que difere do processo de desenvolvimento, não estando centrado apenas nos fatores econômicos, mas também nos aspectos sociais e políticos que envolvem uma sociedade (PASSOS; NOGAMI, 1998).

Autores como Singer (1999) também reforçam o pensamento de Passos e Nogami quando afirmam que o crescimento econômico está centrado apenas no aumento do superávit primário, no aumento do PIB, na ampliação do consumo, na produção de bens e serviços e no aumento da renda *per capita*. Com isso, percebe-se que o crescimento econômico não leva em consideração outras variáveis, determinantes para o desenvolvimento da sociedade.

Em uma perspectiva mais ampla, pode-se dizer que o crescimento econômico é o aumento do Produto Nacional Bruto (PNB) e em sentido restrito, é o aumento do PNB *per capita* em um período de tempo (SINGER, 1999).

Contudo, o crescimento econômico não se processa somente pelo aumento das cifras do PNB ou do PIB (Produto Interno Bruto), como também pela:

- Melhoria da qualidade da mão de obra: que implica na melhoria dos níveis educacionais de treinamento e da capacidade dos indivíduos;
- Melhorias tecnológicas: eficiência na utilização do estoque de capital;

- Eficiência organizacional: maximização na utilização de recursos disponíveis (PASSOS; NOGAMI, 2003).

Diante disso, faço o seguinte questionamento: o crescimento econômico sozinho será capaz de reduzir a pobreza e melhorar a condição socioeconômica de uma população? Esse crescimento econômico apenas centrado no aumento do PNB ou do PIB pode ser sinônimo de desenvolvimento?

Em resposta a essas indagações, Sen (2000) afirma que: se o desenvolvimento estivesse ligado apenas a indicadores econômicos, não haveria a situação de nos Estados Unidos da América, onde existem grupos substanciais de indivíduos, por exemplo, os afro-americanos, com níveis de renda e expectativas de vida iguais aos das populações dos países mais pobres do planeta, tais como a Sri Lanka, Jamaica e Costa Rica.

Dados do relatório do Desenvolvimento Humano de 1992, do programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, apresentam um quadro demonstrativo sobre a polarização social em crescimento. Esse estudo revela que os 20% países mais ricos da população mundial são donos de 82,6% do Produto Interno Bruto Mundial, de 94,6% dos empréstimos comerciais, de 80,6% da poupança interna e de 80,5% do investimento interno. De acordo com essa pesquisa, a probabilidade é que a desigualdade aumente. Ainda segundo esse Relatório, as distâncias entre os 20% países mais ricos e os 20% países mais pobres da população mundial duplicaram nos últimos 30 anos (KLIKSBURG, 1994).

Nessa perspectiva, destaca-se que no Brasil, nas décadas de 1960 a 1980, a taxa de crescimento da economia era de 7% ao ano, e o país colocava-se entre as oito nações mais ricas do Ocidente. Essa percepção mudou, e em 2001 a nação brasileira era 11ª economia do mundo, porém, com relação ao IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) em 2002 ela estava representada apenas na 73ª posição no ranking das nações mais desenvolvidas do mundo (RABAHY, 2003). Por essas e outras razões, não se pode ver o crescimento econômico como fator *sine qua non* para o desenvolvimento de uma sociedade.

Portanto, o desenvolvimento não quer dizer simplesmente crescer ou regular a distribuição da riqueza, ele vai além do aumento e do crescimento numérico de valores econômicos, estando este pautado pelo desenvolvimento do ser humano (RODRIGUES, 2002).

O processo de desenvolvimento consolida-se quando os indivíduos tiverem os seus direitos básicos (saúde, educação, moradia, participação política não partidária) assegurados. Sendo assim, a liberdade individual é fator *sine qua non* no combate aos problemas enfrentados pelo ser humano (SOUZA, 1999).

Nessa mesma perspectiva, Sen (2000) argumenta que o desenvolvimento é compreendido como um estado de liberdade, e que esta pode ser precursora de várias outras, entre elas o livre-arbítrio político, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e a segurança protetora. Essas liberdades poderão gerar, entre outros, o desenvolvimento econômico, que aumentará a renda e a riqueza de um país, refletindo, dessa forma, no aumento do intitlamento⁸ econômico da população.

Destarte, não se pode pensar o processo de obtenção da liberdade como sendo apenas uma expansão econômica, tecnológica ou simplesmente modernização social (infraestrutura urbana); é preciso trabalhar a liberdade também sob a ótica de outras vertentes, pois se sabe que o atual estilo de desenvolvimento, predominantemente de viés econômico, no qual, muitas vezes, as empresas e instituições trabalham com foco no lucro individual, tem se mostrado ultrapassado, fato compreensível diante das inúmeras situações de desigualdades socioeconômicas enfrentadas pelas camadas menos desfavorecidas (ZECHNER et. al., 2008).

Nessa perspectiva, o estado de felicidade individual e/ou coletiva, a não exclusão social e a conservação ambiental também podem ser compreendidos como desenvolvimento local (SOUZA, 1999).

Apoiado nessas premissas, o Butão, país fincado nas Cordilheiras do Himalaia mede o estado de bem-estar de sua população não apenas pelo PIB, e sim pela Felicidade Interna Bruta (FIB). Esse fato mostra que a preocupação dessa nação não é apenas o crescimento numérico e sim o bem-estar de sua população (HIRATA, 2005 apud COZER, 2006, p. 83).

Em síntese, o desenvolvimento deve ser visto como um processo de superação de problemas sociais e econômicos, através do qual a sociedade se torna mais justa e legítima para os seus membros. Constata-se, com isso, que o crescimento econômico e o progresso tecnológico não são suficientes como

⁸ Ou seja, a população se apoderar dos benefícios gerados pelo desenvolvimento e em consequência ganha estabilidade social, política e econômica.

parâmetros definitivos ou como sinônimos de desenvolvimento, pois esse crescimento econômico pode se concretizar à custa da degradação ambiental ou em paralelo ao desemprego estrutural.

Os autores Sen (2000) e Aguiar (2007) afirmam que a base para um desenvolvimento justo é a obtenção de qualidade de vida, socialização do poder, distribuição de renda, democratização do acesso aos bens públicos, culturais, os benefícios da tecnologia, em suma, a obtenção de liberdades sociais, econômicas, políticas e civis.

Para tanto, são necessários indicadores para a mensuração desse desenvolvimento: “Os indicadores, além de condensarem informações para as tomadas de decisões referentes às escolhas políticas, têm também a função de espelhar a forma e os rumos que toma essa coisa gigantesca e misteriosa que é o coletivo” (HERCULANO, 1998).

Dessa forma, diversos autores no decorrer da história propõem os indicadores que medem o desenvolvimento pela riqueza, como é o caso do Produto Interno Bruto (PIB) e o que centraliza o desenvolvimento do ser humano, como é o caso do Índice de desenvolvimento Humano (IDH), que agrupa quatro indicadores: expectativa de vida, taxa de alfabetização, anos de escolaridade e PIB/capita e dispõe os cerca de 160 países em um ranking.

Em 1990 a ONU, dando-se conta do caráter restritivo do PIB, deu início a medição de um desenvolvimento com rosto humano, através do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano/HDI), que sintetiza quatro indicadores (expectativa de vida, taxa de alfabetização, anos de escolaridade e PIB/capita) e dispõe os cerca de 160 países em um ranking. Tratava-se de se ater a aspectos de fácil mensuração e que refletiriam a efetiva boa consequência do desenvolvimento na vida das pessoas. Seus pressupostos são óbvios: quanto maior a instrução, maior a informação e a predisposição para a ação positiva; quanto mais universalmente distribuída a educação, menos concentrada será a renda; quanto mais assistida uma pessoa - em nutrição, saúde, saúde pública, salubridade no trabalho, segurança contra formas de violência - mais longa sua expectativa de vida (HERCULANO, 1998).

Porém, estudos teóricos mostram que mesmo o IDH não é suficiente no processo de identificação das melhorias de vida da população sendo necessário articular o IDH com os indicadores ambientais.

O conceito de qualidade de vida é aqui proposto como um conceito no qual a questão ambiental se agregue aos demais itens hoje mensurados pelo IDH. Propomos que “qualidade de vida” seja definida como a soma das

condições econômicas, ambientais, científico-culturais e políticas coletivamente construídas e postas à disposição dos indivíduos para que estes possam realizar suas potencialidades: inclui a acessibilidade à produção e ao consumo, aos meios para produzir cultura, ciência e arte, bem como pressupõe a existência de mecanismos de comunicação, de informação, de participação e de influência nos destinos coletivos, através da gestão territorial que assegure água e ar limpos, higidez ambiental, equipamentos coletivos urbanos, alimentos saudáveis e a disponibilidade de espaços naturais amenos urbanos, bem como da preservação de ecossistemas naturais (HERCULANO, 1998).

Sendo assim, se faz necessário a criação de mecanismos de inserção voltados para comunidade local em atividades produtivas que proporcionem a seus membros buscar melhorias de suas condições sociais e econômicas e, dessa forma, alcançar o desenvolvimento pessoal e coletivo.

Como alcançar tal propósito? A pesquisa aqui apresentada ressalta o Turismo e a Economia Solidária como mecanismos capazes de proporcionar às comunidades receptoras locais a melhoria dos padrões econômicos e sociais dos atores sociais envolvidos direta ou indiretamente em atividades produtivas, representados por formas organizativas caracterizadas por cooperativas associações locais que inserem seus produtos em estabelecimentos turísticos como os de hospedagem e os de alimentos e bebidas, ou mesmo através da venda direta para os turistas por meio de feiras e eventos, agregando valor a seus produtos e obtendo melhores condições de venda, de trabalho e de vida.

Como o turismo pode ser parceiro nesse processo de desenvolvimento local? O Turismo é uma atividade humana e comercial que movimenta milhares de sujeitos por todo o globo terrestre deslocando indivíduos que viajam para locais distantes, interagindo com realidades distintas; apoiado por uma mídia e indústria de anúncios; que facilita as comunicações de ideias entre pessoas de culturas diferentes; encoraja a propagação de financiamentos e transações econômicas para intensificar o consumismo dos produtos e serviços turísticos por parte dos visitantes.

Diante da busca incessante das pessoas por conhecer novos lugares, os governantes de diversas localidades no Brasil e no mundo têm se utilizado desse cenário para tentar promover o desenvolvimento em seus países, transformando-os em destinos turísticos, devido à crença de que o turismo gerará benefícios econômicos mediante a circulação de pessoas oriundas de diversas partes do mundo (FERNANDES; COELHO, 2002 apud DANTAS, 2005). Alguns fatores como geração de emprego, arrecadação de impostos, geração de divisas, redução de

desequilíbrios regionais, indução de investimentos, multiplicação da produção, contribuem para a promoção do desenvolvimento local. Entretanto, algumas práticas não condizem com a concepção de desenvolvimento. Aqui pode-se mencionar a exploração da mão de obra como exemplo das ações que impactam negativamente o meio ambiente.

Por acreditarem que de fato o turismo pode gerar tanto benefícios, essa atividade tem poder simbólico e atrativo a diversos governantes de países subdesenvolvidos, e dessa forma, o turismo tem sido amplamente promovido tanto dentro dos países periféricos quanto pelos “especialistas” do Primeiro Mundo como meio de diversificação econômica e como importante mecanismo para a obtenção de divisas estrangeiras (MOWFORTH; MUNT, 2003).

Todavia, pode-se perceber que os benefícios advindos da atividade turística para os países subdesenvolvidos são insustentáveis, uma vez que o turismo praticado nos países periféricos, na sua grande maioria, é o turismo de massa, que gera poucos benefícios líquidos e não proporciona desenvolvimento para a população local. Dessa forma, corrompe as culturas locais e os benefícios econômicos potenciais são reduzidos como resultado da apropriação dos Países do Primeiro Mundo em grande parte do *trade* turístico mundial, ou seja, das corporações que detêm as principais cadeias produtivas do turismo mundial (MOWFORTH; MUNT, 2003).

Sendo assim, é pertinente ressaltar também que a atividade turística antes de ser vista como “tábua de salvação” para os países em dificuldades econômicas, tem que ser analisado de fato, para quem estes benefícios são gerados. Segundo, Rabahy (2003) e Mowforth e Munt (2003), o turismo somente vem gerando de fato contribuições para os países desenvolvidos, ou seja, para os que já tem uma elevada receita e um elevado nível de renda e essa concentração estar associada às condições socioeconômicas, ou seja, ao nível e distribuição de renda, ao tamanho da população às condições de acesso e proximidade do mercado consumidor.

Do mesmo modo, faz-se necessário ressaltar o desenvolvimento endógeno do turismo. Não se pretende com isso barrar completamente a entrada do capital internacional, mas procurar manter um desenvolvimento equilibrado e criar conexões (OMT, 2008) entre o mercado local e o internacional.

Essas conexões podem vir através da Economia Solidária, por meio das práticas coletivas, onde os membros comungam as expectativas de melhorias das condições sociais e econômicas, autonomia e reconhecimento, como ser social, através da colaboração e da vivência de princípios solidários nos grupos de produção, seja uma cooperada ou associada, ou até mesmo empresas autogestionárias, podendo estas ser organizações rurais e urbanas (ALVES, 2008).

Compreende-se que a turistificação traz de fato diversos efeitos como os citados por Mowforth e Munt (2003), mas pode também ser entendida como uma oportunidade do fazer local ter mais participação nas divisas oriundas da atividade turística. Para que se possa enfrentar a competitividade externa, faz-se necessário o fortalecimento da população local e, para tanto, se prima pelo desenvolvimento endógeno ou local, que pode ser compreendido como sendo um processo interno de ampliação continuada de agregação de valor na produção, bem como da capacidade de absorção da região (MARTINELLI; JOYAL, 2004).

3 DA GESTÃO SOCIAL À ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM CAMINHO PARA UM TURISMO INCLUDENTE

A sociedade de consumo teve origem com a filosofia de vida do capitalismo, que tem em uma de suas correntes a acumulação de bens e de capital um fim comprovador da sua eficiência, ou seja, quanto mais o indivíduo acumular, maior será o seu crescimento econômico e em consequência obterá o desenvolvimento. Porém, essa relação não condiz com a realidade, tendo em vista que, para obterem de fato o seu desenvolvimento, os indivíduos necessitam de algo a mais que bens materiais ou físicos.

O desenvolvimento vai além do simples crescimento, exemplo disso são os países (entre eles Brasil, China, Índia etc.) que alcançaram o tão almejado crescimento econômico, ou seja, avançaram expressivamente no processo de acumulação de capital, embora muitos dos seus membros⁹ não tenham alcançado o nível de renda necessário para satisfazer suas necessidades elementares¹⁰ (FURTADO, 2000).

Em linhas gerais, pode-se observar que o modelo norteado pelo viés prioritariamente econômico como chave para se alcançar o progresso, ou seja, o desenvolvimento, não é suficiente, pois o mesmo só contabiliza as cifras, ou seja, o aumento da balança comercial, ou quantidade de dólares que estar circulando no país, por exemplo. Esse modelo teve como ponto de partida a industrialização, como fórmula para o sucesso, ou seja, os países que almejassem alcançar o crescimento, tratado naquele momento da história como sinônimo de desenvolvimento, precisavam seguir os passos dos países considerados desenvolvidos que chegariam ao desenvolvimento, de forma linear, como se fosse uma receita de bolo, onde cada etapa seria um estágio a ser superado para que no fim, magicamente, o crescimento estivesse em paralelo ao bem-estar social e a ampliação da qualidade de vida, ou seja, ao desenvolvimento (CAMPOS, 2009).

Esse fato, como foi dito, foi impulsionado pelos preceitos do capitalismo que teve na Revolução Industrial sua pedra fundamental e, nessa perspectiva, o

⁹ População residente em um determinado país.

¹⁰ Saúde, educação, trabalho, renda, moradia digna.

referido aumento da produção de bens e serviços em constante expansão, e é esta lógica capitalista que deu origem à sociedade de consumo (SIQUEIRA, 2003).

Por essa razão, vale lembrar que essa produção em escala teve por consequência a desumanização dos processos de produção, exacerbada pelas longas jornadas de trabalho, e pela mecanização¹¹ da produção. Apesar de todo o esforço empreendido, o trabalhador não recebia remuneração condizente com as longas horas de trabalho, recebendo apenas pagamentos irrisórios.

O não engajamento dos trabalhadores ao processo produtivo desencadeou traços comportamentais como a fraqueza, falta de significado, de normas, isolamento e autoalheamento, que passaram a ser estudados pela psicologia e sociologia, uma vez que as condições de trabalho se tornam alvo de descontentamento dos trabalhadores (RAMOS, 1981).

Esse descontentamento provocou o surgimento de jogatinas e bebedeiras no entorno das fábricas e nos bairros periféricos, dando origem aos “homens sem ocupação ou sem futuro”, uma expressão do sociólogo Pierre de Bourdieu (2001) para designar os homens que por vários motivos estavam à margem dessa sociedade industrial, sem ocupação remunerada e fazendo da mesa de jogos o seu principal passatempo.

Simultaneamente a isso, Polanyi (1980) afirma que houve um aumento populacional, causando um impacto na sociedade comercial, pois com um tempo, começou-se a tomar forma a ideia de um mercado autorregulável. Entretanto, a ideia de um mercado autorregulável é uma utopia, pois a sociedade precisa do poder público para regulá-lo e tentar impedir crises financeiras que possam afetar a população de um modo geral.

A principal preocupação dos empresários e do poder público era com a industrialização, como sendo sinônimo de crescimento econômico que levaria os países e sua população ao desenvolvimento. Todavia, é notório observar que essa mecanização industrial não provocou de forma igualitária o bem-estar de todos os envolvidos principalmente no que se refere ao bem-estar dos operários.

¹¹ O trabalhador realizava a mesma atividade por muitas horas, como se fosse uma máquina, repetindo o mesmo movimento o tempo todo. Para exemplificar essa situação, temos o filme “Tempos Modernos”, onde Charles Chaplin interpreta um personagem que passava todo o expediente apertando parafusos das mesmas peças, chegando a repetir esse movimento quando saía à rua.

Em linhas gerais, pode-se observar que o modelo norteado pelo viés prioritariamente econômico como chave para se alcançar o progresso tinha como ponto de partida a industrialização, sendo esta a fórmula para o sucesso.

Contrário a esse argumento, Bourdieu (2003) assegura que os sujeitos podem alcançar, de forma individual, a melhoria de sua qualidade de vida, por intermédio do capital cultural adquirido através da educação formal, levando-o a dispor de uma mobilidade social, que no caso se traduz no capital social, que proporciona ao sujeito obter condições financeiras necessárias, aqui representadas pelo conjunto dos bens e recursos econômicos através dos rendimentos laborais, do patrimônio imobiliário e mobiliário que pode dar ao indivíduo prestígio e status pelo sucesso profissional excepcional, que é conhecido como capital simbólico.

Segundo Konder (1998), Fourier trouxe novas ideias como a construção de um falanstério¹², que deveria ser mais ou menos perto da cidade, com terras férteis, colinas, bosques e um rio, onde teriam as pessoas de várias faixas etárias, formações distintas, diversos níveis de cultura e conhecimentos, de modo que a renda delas dependeria de três fatores: o capital investido, as tarefas práticas realizáveis e o talento ou os conhecimentos demonstrados. No que tange ao comportamento dos indivíduos do falanstério, se estruturaria a partir de convicções adquiridas por conta própria e não no cumprimento de ordens.

No entanto, como era difícil se atingir esse patamar de inclusão social no período da Revolução Industrial, alguns autores defenderam ideias de cunho social na intenção de solucionar os problemas enfrentados pelos menos favorecidos, como no caso de Robert Owen, que embora tenha sido um homem simples e sem muita instrução, tornou-se culto e obteve sucesso profissional. Para isso, seria necessário investir na educação da classe trabalhadora e na vida comunitária, concebendo o cooperativismo e tratando de assuntos como qualidade de vida, urbanização, atenção à saúde coletiva, sistemas nacionais de emprego, lazer e descanso semanal (GATRELL, 1970).

Pautados nas ideias revolucionárias dos socialistas utópicos Owen (1771-1858), Polanyi (1886-1964) e Fourier (1772-1837), surgiu a Economia Solidária, em momentos de descontentamento dos trabalhadores ou desempregados do campo ou das cidades, que viram na união, na solidariedade e

¹² Consistiam em grandes construções comunais que refletiriam uma organização harmônica e descentralizada onde cada um trabalharia nos conformes de suas paixões e vocações.

no empreendedorismo uma forma de garantir seus direitos básicos, entre eles a garantia de ocupação profissional.

Nessa perspectiva, a Economia Solidária acena como caminho possível a ser percorrido por pessoas antes excluídas do mercado de trabalho, como é o caso das mulheres, que até meados das décadas de 1970 e 1980 não faziam parte da população economicamente ativa na sociedade brasileira. Porém, as mulheres ganham liberdade com a entrada no mercado de trabalho e participação na divisão das despesas domésticas.

Segundo Konder (1998, apud FOURIER, 1836), a posição das mulheres é o melhor indicador de nível de cultura e progresso social autêntico em cada sociedade, defendendo para tanto a liberdade das mulheres. Caso isso não seja levado em consideração, ocorre o declínio social.

Isso se faz evidente na pesquisa em questão, pois das 202 pessoas pesquisadas em dez grupos de oito cidades diferentes do Seridó Norte-rio-grandense apenas cinco eram homens, ou seja, mais de 97,52% dos membros desses grupos são constituídos por mulheres¹³, como também 100% das associações e cooperativas são presididas por elas.

Essa realidade também pode ser observada no âmbito nacional, através de pesquisa realizada pelo Mapeamento da Economia Solidária, efetivada entre os anos de 2005 a 2007. Segundo a pesquisa, 90% dos empreendimentos são presididos por mulheres. Ou seja, a realidade que foi diagnosticada nos municípios de Caicó, Jardim do Seridó, Parelhas, Carnaúba dos Dantas, Acari, Currais Novos, Cerro Corá e Lagoa Nova apenas reflete uma tendência nacional.

A Economia Solidária surge como revés ao paradigma fordista e ao bem-estar social. Entende-se, para tanto, ela teve origem na necessidade que os trabalhadores tinham de reverter a pobreza e o desemprego resultante da desregulamentação do capitalismo industrial, provocada pela difusão das máquinas-ferramentas e do motor a vapor. Os trabalhadores iniciaram a realização de uma atividade de forma cooperada como alternativa de obter trabalho e autonomia econômica, tendo por princípios básicos a igualdade e a democracia (LAVILLE; FRANÇA FILHO, 2004).

¹³ Ver as pesquisas sobre gênero na economia solidária: AMORIM, Luciana Martins. *Relações de gênero e economia solidária: um estudo na maricultura catarinense*.

A Economia Solidária é o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizado e realizado solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva, cooperada e autogestionárias (SINGER, 2001).

Alguns dos princípios que norteiam esses conjuntos de atividades são: Cooperação como existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária sobre os possíveis ônus; A Autogestão é a orientação para um conjunto de práticas democráticas participativas nas decisões estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, sobretudo no que se refere à escolha de dirigentes e de coordenação das ações nos seus diversos graus de interesses, nas definições dos seus processos de trabalho, nas decisões sobre a aplicação e distribuição dos resultados excedentes; A Solidariedade é expressa em diferentes dimensões, desde a congregação de esforços mútuos dos participantes para alcance de objetivos comuns; nos valores que expressam a justa distribuição; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; nas relações que se estabelecem com o meio ambiente e com a comunidade local; nas relações com os outros movimentos sociais; na preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras; A Ação econômica é uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para a produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo, o que envolve elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais (FRANÇA FILHO, 2007).

Esses princípios são a base diferenciadora dos valores do trabalho solidário dos grupos que se configuram como econômico-solidários, é por meio deles que esses trabalhadores se diferenciam dos que trabalham em uma empresa capitalista, como se percebe através do Quadro a seguir.

Trabalho solidário	Sociedade capitalista
Tolerância	Individualismo – <i>Cada um por si e Deus por todos</i> ou <i>Salve-se quem puder</i>
Democracia	
Diálogo permanente e franco	Ganância – <i>quanto mais tem, mais quer</i>
Participação	
Transparência	Concorrência – <i>os bons, sempre vencem</i>
Disciplina	
Compromisso	Competição – <i>não acredita nem na própria sombra</i>
Aprendizagem permanente e contínua	A capacitação e uma exigência do capital, porém fica a critério de cada um correr atrás.
Igualdade no relacionamento	Heterogeneidade nas relações
Engajamento político	Alienação política

Quadro 01 – Trabalho solidário versus sociedade capitalista

Fonte: adaptado de SOUZA, 2010

No que tange às diferenças entre os princípios solidários e os princípios capitalistas, pode-se observar que também existem diferenças entre uma empresa e uma organização solidária e estes são a base organizativa dessas duas configurações, como se pode observar no Quadro abaixo:

Empresa	Organização Solidária
Lucro	Sobra
Salário	Retirada
Emprego	Ocupação
Necessidade	Vocação
Trabalho para sobreviver	Trabalho como realização
Contrato em desiguais (capital X trabalho)	Associação entre iguais
Desigualdade entre os vários empregados	Igualdade entre sócios

Quadro 02 – Diferenças entre empresas e organizações Solidárias

Fonte: compilação de dados de diversos autores e entre eles IASKIO¹⁴

¹⁴ Ver IASKIO, Emerson Leonardo Schmidt. *Economia Solidária e concorrência capitalista*.

Tudo na teoria parece possível, porém sabe-se que concretamente é arriscado assegurar que todos esses princípios serão garantidos e que de fato os membros desses empreendimentos tenham assegurado todos esses direitos. Porém, vale ressaltar que mesmo os grupos que não trabalham, na essência, com todos os princípios que norteiam a Economia Solidária, a agulha magnética destes é a ação solidária, justamente o princípio ético essencial para a constituição de um grupo econômico solidário.

No entanto, é importante refletir que esses grupos, mesmo trabalhando ajustados sobre os pilares da solidariedade, não é garantia de melhoria das suas condições sociais e econômicas, tendo em vista a vulnerabilidade das ações e a necessidade que seus membros têm de assegurar o pão de cada dia, ou seja, todos necessitam de respostas rápidas e em alguns casos, alguns membros de determinados grupos não tem como esperar por melhorias em longo prazo.

Pode-se observar tal afirmativa na pesquisa realizada no Roteiro Seridó com membros das associações e cooperativas de artesanato que alegam não mais participar de tal atividade por não ter respostas imediatas às suas necessidades financeiras. Como afirma M: “Quem borda é escravo, eu estou com abuso disso” [...] “Não estou muito ativa na cooperativa, pois os produtos não têm muita rotatividade na loja da cooperativa” [...] “Ela é quem dita tudo” (Cooperadas da COBARTS).

Porém, é notório observar nessa pesquisa que os membros envolvidos nessas organizações, de uma forma ou de outra, obtêm vantagens e melhorias de vida antes não alcançadas individualmente, como por exemplo, o acesso a créditos ou a financiamentos bancários, como relatam os cooperados de Caicó: “O benefício eu obtive em me associar foi fazer um empréstimo destinado às bordadeiras que fazem parte de cooperativa”.

3.1 Economia Solidária no Brasil

Nos últimos anos, a temática da Economia Solidária ganhou espaço em diversos cenários na sociedade brasileira, seja ele no âmbito acadêmico em suas diversas instâncias: ensino, pesquisa e extensão, como também na sociedade civil e nos movimentos populares que clamam por mudanças sociais e econômicas; ou

ainda experiências de políticas públicas que estão sendo desenvolvidas em diferentes partes do país.

Por se tratar de uma temática ampla, a Economia Solidária é permeada por diversas nuances, o que torna esse tema um objeto sujeito a múltiplas possibilidades de interpretações. Nessa perspectiva, podem-se percorrer ao menos cinco caminhos distintos, entre eles teremos:

No plano da discussão teórica conceitual, a Economia Solidária permeia por diversos caminhos e com diferentes compreensões entre enfoques econômicos e antropológicos para fortalecer a compreensão teórica do assunto. Já no que se refere à discussão contextual, a temática em questão é discutida a partir de suas relações concretas com realidade, e os problemas da sociedade contemporânea e as implicações do capitalismo neste contexto.

Nessa perspectiva, as questões cruciais dessa discussão são os problemas da atualidade, como a crise do trabalho, da renda, e seus impactos sobre o combate à pobreza e inclusão social, além da luta contra a desigualdade social. Busca-se, com isso, analisar a Economia Solidária como fenômeno e prática investigativa situada em contextos societários específicos (FRANÇA FILHO, 2007).

Na condição de estudo de caso, procura-se compreender a Economia Solidária enquanto fenômeno em si, a partir de suas práticas organizativas peculiares. A perspectiva é entender a dinâmica de forma geral, partindo da análise de experiências concretas.

Enquanto metodologia de intervenção, a Economia Solidária é abordada como uma tecnologia social, ou seja, um instrumento ou ferramenta para geração de trabalho, renda e para a promoção de desenvolvimento em regiões com alto grau de vulnerabilidade e exclusão social. A proposta é discutir a Economia Solidária em nível prático, e operacional, no sentido da formatação de técnicas ou tecnologias sociais para o fomento de transformações sociais, no intuito de sugerir meios de intervenção na realidade. Esses processos são concretizados por meio das Incubadoras tecnológicas que exercem o papel de articuladoras entre os órgãos financiadores, como por exemplo, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e as incubadoras universitárias que fazem a articulação do fazer local com o fazer acadêmico, o que proporciona para os grupos a consolidação de suas ideias.

Como Políticas públicas, a Economia Solidária é uma prática incipiente, que vem ganhando status de política pública em função das inúmeras experiências

já disseminadas em diferentes partes do Brasil; no interior das estruturas de governo e também em outros países. Nesse nível, discute-se o caráter desse novo gênero de política pública, bem como seus efeitos e resultados alcançados. Pode-se observar que nesse contexto a Economia Solidária passa a ser uma política pública em âmbito federal ao se constituir a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), que

Surgiu em 2003, num momento em que a Economia Solidária estava entrando numa fase de crescente reconhecimento público e incipiente institucionalização. Ela havia começado a tomar corpo na primeira metade dos anos 1990, com a multiplicação das empresas recuperadas (frutos da desindustrialização e do desemprego em massa), das cooperativas nos assentamentos de reforma agrária, das cooperativas populares nas periferias metropolitanas, formadas com o auxílio de incubadoras universitárias e dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs) semeados pela Cáritas nos bolsões de pobreza dos quatro cantos do Brasil (SINGER, 2009).

A SENAES foi criada como parte da Política Nacional de Combate à Pobreza, para tanto o Governo Federal vinculou-a ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e o apoio do Fórum Brasileiro de Economia Solidária como o principal instrumento de articulação entre as experiências nas diversas regiões do país e os governos dos estados e municípios.

Com a crise do sistema capitalista o desemprego ganha ênfase, deixando de ser um problema dos pobres, passando a ser também um problema dos que formam a classe média¹⁵ de diversos países do mundo. Ele é apontado como a principal causa da exclusão socioeconômica vigente em vários países, desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Entretanto, o desemprego é só a ponta deste *iceberg*, ou seja, ele é apenas a expressão parcial de um problema maior: a crise da sociedade salarial. Pode-se observar que um número cada vez maior de pessoas está se submetendo à condição cada vez mais desumana de trabalho, pois essas relações trabalhistas vêm sofrendo um acelerado processo de desregulamentação, ou seja, longas jornadas, baixa remuneração, desamparo legal e instabilidade (SOUZA, 2003).

¹⁵ A classe média é uma classe social presente no capitalismo moderno que se convencionou tratar como possuidora de um poder aquisitivo e de um padrão de vida e de consumo razoáveis, de forma a suprir não apenas suas necessidades de sobrevivência, como também a permitirem-se formas variadas de lazer e cultura, embora sem chegar aos padrões de consumo eventualmente considerados exagerados das classes superiores. A classe média surgiu como uma consequência da consolidação do capitalismo e não antes dele devido aos fatores de segmentação social em camadas, resultantes do desenvolvimento econômico; é um fenômeno típico da industrialização.

A desregulamentação do trabalho tem gerado uma elevada parcela de pessoas à margem da formalidade e suscetível ao engajamento em atividades informais e precárias. Esses trabalhadores, em sua essência, estão sempre em busca da estabilidade e da garantia e preservação dos seus direitos. No entanto, a procura por formalização trabalhista tem contribuído com o declínio dos salários dos empregados que contam com o benefício da carteira assinada, além de fragilizar a atuação dos sindicatos em suas lutas reivindicatórias.

Este é o discurso usado pelo empresariado: existem diversas pessoas esperando uma oportunidade de trabalho. Com esse argumento, os detentores dos meios de produção alienam o trabalhador em suas tarefas cotidianas, para que assim, eles não reivindiquem melhores salários, menores jornadas de trabalho entre outros benefícios, pois não os deixam esquecer que lá fora existem muitos querendo ocupar seu posto. Essa conformação tem o respaldo do chamado banco de reserva industrial, já lembrado por Karl Marx no século XIX (MARX, 1985).

Percebe-se que nos séculos vindouros (XX e XXI) esse banco de reserva não mais está centrado nas expectativas de inserção da massa ociosa pela formalidade nos postos de trabalho no setor industrial e sim no setor de serviços, ou seja, no setor terciário no qual o turismo está inserido e esse banco de reserva de pessoas tem cumprido um papel crucial para a contenção salarial. No entanto, crucial para quem? Para os trabalhadores que estão ociosos e querem fazer parte da população economicamente ativa, esse contingente de reservistas não é satisfatório.

Essa situação gera diversos problemas sociais, entre eles o aumento do custeio público e a perda da dignidade dos cidadãos que não mais podem se prover, necessitando, com isso, de ajuda de terceiros para sobreviver, gerando com isso problemas sociais, ocasionado pela falta do emprego, ou mesmo de uma ocupação profissional e remunerada.

É factível afirmar que nos últimos anos, o elevado índice de desemprego no Brasil vem provocando a proliferação de diversos núcleos de associações, cooperativas e grupos informais, grupo de trocas, de inspirações igualitárias e democráticas com uso de moeda alternativa de circulação local. Essas relações têm gerado resultados que vão além dos aspectos econômicos (DIEESE, 2011).

Os principais ganhos são subjetivos, pois envolvem diversos ganhos, entre eles: melhoria de vida, no que se refere à saúde física e psicológica; acesso a

crédito e/ou financiamento. Segundo os membros das Cooperativas de Bordado do Seridó e da Associação de Bordado do Seridó, conseguiram obter facilidade de crédito após a adesão ao grupo.

O crédito ao quais os cooperados e associados fizeram referência na pesquisa é o Agroamigo, que tem por objetivo financiar atividades agropecuárias e não agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, assim como a implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e prestação de serviços agropecuários e não agropecuários.

Utiliza-se uma metodologia de microcrédito rural baseada na experiência do Programa Crediamigo, linha de microcrédito urbano operacionalizada pelo Banco do Nordeste (BNB) há dez anos. Dessa forma, a principal característica do Agroamigo é a forte presença local do assessor de microcrédito rural, que discute com o cliente as propostas de crédito e presta orientações sobre os negócios (BNB, 2011).

No entanto, para que as bordadeiras de Caicó recebessem o direito ao crédito, deveriam estar cooperadas ou associadas a grupos ligados ao Comitê Regional das Associações e Cooperativas de Artesanato do Seridó (CRACAS). Segundo relato das próprias associadas e cooperadas, o cadastro foi feito apenas para receber o direito de obter o empréstimo.

Conforme a verbalização da cooperada M: “para fazer o empréstimo, a cooperativa cobrou o valor de R\$100,00 por cada pessoa”. Observa-se que para ser sócio ativo, o membro do grupo contribui mensalmente com o valor de R\$ 5,00 e no período de um ano, esse valor chega a R\$ 60,00. As presidentes dos grupos alegam que o valor cobrado dos associados é para ajudar com as despesas, que são muitas. Segunda elas, é preciso pagar água, luz, telefone, funcionários, como também as despesas com as viagens para participação em feiras e eventos ligados ao Turismo.

Porém, as associadas, em entrevistas concedidas para esta pesquisa, relataram insatisfação com a administração dos processos. Segundo M: “o financiamento era feito por cara, pois tem gente que é bordadeira e não consegue o empréstimo.” E ainda com relação aos valores pagos na cooperativa além da mensalidade, ela afirma: “Pagam 5% tanto no que vende quanto na compra dos produtos (linha, toalha)”.

Os empréstimos ou financiamentos na Economia Solidária são de fundamental importância para que os grupos possam dar continuidade às tarefas diárias, oferecendo suporte para aquisição de matéria-prima e comercialização dos produtos ou serviços. Essas variáveis são de grande relevância quando se analisa um dos principais gargalos da Economia Solidária, a falta de crédito, ou seja, os grupos têm pouco acesso a recursos de terceiros, de agências financiadoras, como confirma análise de dados da (SENAIS, 2007), quando revela que apenas 16% dos Empreendimentos Econômico-solidários (EES) contam com financiamento.

No entanto, em contrapartida esses mesmos grupos afirmam que 73% deles só contam com apoio técnico geralmente fornecido pelas incubadoras Universitárias. Com isso, observa-se que a presença de incubadoras com a assessoria técnica é mais presente no cotidiano da maioria dos grupos do que o acesso ao crédito. Fato este que compromete a continuidade das atividades, pois sem crédito para a produção e a comercialização, os grupos têm dificuldade para dar continuidade às atividades produtivas. O que compromete, ainda mais, a manutenção desses grupos, impactando na empregabilidade de suas localidades.

Singer (2001), pensando no caso da economia brasileira constata que, ao final dos anos 1990, surgia no país uma dinâmica que ele chama de “desassalariamento da economia”: de cada 10 postos de trabalho gerados naquele momento no Brasil, apenas três eram de carteira assinada. Nos últimos anos, o país tem passado por um processo de recuperação significativo do chamado emprego formal, modificando o dado anterior.

Contudo, o tamanho do *déficit* de trabalho formal continua extremamente elevado, refletido no alto grau de informalidade do trabalho no Brasil, o que aponta um horizonte de superação quase inatingível desse *déficit*, pois supõe taxas de crescimento econômico acima de 10% ao ano durante pelo menos duas décadas;

Já nos países de economia emergente, a exemplo do Brasil, em consequência da inferioridade no que se refere à saturação de mercado, observa-se uma luz no fim do túnel, já que esses países demonstram capacidade de expansão econômica, fato este que pode ser maximizado através do microcrédito e do empreendedorismo social.

3.2 A colaboração da Economia Solidária e do Turismo na Integração do local ao Global

O termo globalização não é uma terminologia nova, pelo menos em se tratando do capital. O que é novo é a simbiose do aspecto econômico com o político, por meio da expansão do neoliberalismo (TEDESCO; CAMPOS, 2001).

Nessa perspectiva, surge uma nova ordem global que se estabelece mediante a narrativa neoliberal vigente em meados dos anos de 1970, onde foi imposta uma “nova ordem global” em um mundo onde as fronteiras foram quebradas, na qual a livre competição promoveria o bem comum, a igualdade de oportunidades e a distribuição equitativa de renda e riqueza. Pois era este o discurso da política neoliberal que pregava o afastamento do governo a favor da livre comercialização dos mercados financeiros.

Todavia, na prática a teoria foi outra, tendo em vista que o processo de globalização financeira e da desregulamentação dos mercados, a liberdade e a igualdade é melhor aplicado ao capital, os trabalhadores tiveram seus direitos e garantias negligenciados pela ausência do estado de bem-estar, como também pelo processo de inovação tecnológico, onde os menos qualificados perdem seus empregos para as máquinas, situação que ficou conhecido como desemprego estrutural, revelando uma face profundamente excludente do capitalismo (MAURIEL, 2008).

Essas mutações sofridas pelo sistema capitalista alteram suas formas, suas ideologias e criam sempre novas tensões e contradições, ou seja, se a prioridade do Estado no século XIX era o bem-estar da população, nas últimas décadas tem sido a de adaptar a economia nacional à economia mundial (LEAL; MINGHELI, 2001).

Por essa razão, Milton Santos (2004) enfatiza que a saída do estado-nação detentor da tutela e guarnição das necessidades dos cidadãos foi resultado da pressão para deixar as ações protetoras em favor dos condutores da globalização, já que eles necessitam de um Estado flexível a seus interesses.

Essa retirada do Estado, no que se refere à proteção e à garantia dos direitos básicos dos cidadãos, ou seja, a não presença do estado de bem-estar, teve como consequência a ampliação dos problemas sociais, entre eles: a desigualdade,

a pobreza e o desemprego já massificados pelos movimentos da economia “globalizada” (MAURIEL, 2008).

Na Europa o desemprego emerge como quadro social, pois o trabalho além de ser uma fonte primária de subsistência, é o principal vetor de interação social, sendo este o principal elemento na construção das identidades individuais e coletivas. Percebe-se que as questões que envolvem o desemprego vão além do fator econômico financeiro como mecanismo para a sobrevivência, envolve a dignidade do cidadão, enquanto ser social, é por meio dele que o ser humano se torna uma pessoa respeitada e reconhecida como parte integrante da sociedade.

Essa situação é ainda mais grave para os países de economia consolidada, pois a economia de muitos se encontra saturada, o que agrava a situação, tornando o problema uma tragédia social. Castells (1999), quando exemplifica os casos da França e dos Estados Unidos, observa que a realidade desses dois países não é diferente no século XXI, ou seja, no ano de 2010 os índices de desempregados na União Europeia e nos Estados Unidos cresceram de modo significativo.

Assim, pode-se depreender que a nova economia da sociedade globalizada fez presente uma rede de conexões entre os agentes econômicos (empresas, regiões, nações), que buscam a lucratividade para adquirirem capital e investirem na tecnologia informacional, a qual é fonte de produtividade nas economias avançadas, colaborando para competitividade de tais agentes (CASTELLS, 1999).

Entretanto, pode-se conjecturar que a adaptação da economia nacional à economia mundial pode, em alguns casos, vir a prejudicar as camadas pobres da população, visto que com o papel do motor econômico da sociedade, surgiram desigualdades sociais que acompanham o crescimento econômico, dando continuidade ao processo de dominação dos explorados, obrigando-os a se submeter à vontade e aos interesses dos dominantes. Nesse sentido, pode-se dizer que esse processo produziu uma classe operária cada vez mais solidária e revoltada com a sua exploração e miséria (BOURDIEU, 2003).

Destarte, é evidente que durante o processo de globalização as fronteiras foram exauridas e, com a crise do Estado de Bem-Estar citada anteriormente, entram em crise também nos países desenvolvidos, e nos países periféricos torna-se evidente, o desemprego e a dependência econômica. Do mesmo modo, esse

contexto beneficia o ressurgimento de uma reflexão ética que propõe novos rumos para o desenvolvimento a partir de valores como a democracia participativa, a justiça social e a sustentabilidade, alinhado com o comércio justo e à Economia Solidária, que se insere entre tais propostas (RIBAS, 2005).

Nessa perspectiva, pode-se asseverar que as práticas solidárias visam a inserção das comunidades aos serviços solidários a partir do fazer local, e têm por objetivo a melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente. No sentido morfológico da palavra, a economia nos reporta a uma atividade geradora e distribuidora de riquezas, e essas riquezas podem ser resumidas pelas trocas efetuadas pelo Estado e o mercado nas sociedades contemporâneas (LAVILLE; FRANÇA FILHO, 2004). Em se tratando de economia, diversos autores afirmam que a Economia Solidária faz parte de outro patamar econômico, é outra economia, que se gesta em diversas partes do mundo sobre os pilares das cooperativas e associações.

Diante dos fatos mencionados, pode-se depreender que o aprofundamento das relações econômicas, sociais, culturais e políticas entre os povos, ou seja, a globalização, não precisa ser visto apenas como um fator negativo, posto que em alguns casos, como na Economia Solidária, tal processo tem contribuído para as redes de conexão entre os agentes econômicos, vindo a facilitar a relação comercial entre os empreendimentos econômico-solidários e outras empresas, ou regiões nações.

Nesse sentido, é permitido asseverar que o turismo, enquanto atividade econômica, pode se utilizar dessas práticas econômico-solidárias como forma de inserir a comunidade local nos benefícios advindos do turismo, por meio da inserção dos produtos como artigos de cama mesa e banho produzidos por grupos (cooperativas e/ou associações), em feiras ou eventos ligados ao turismo; e/ou de serviços prestados, ao *trade* turístico, como: serviços de jardinagem e paisagismo oferecidos por cooperativas de floricultores.

Conforme Dantas (2005), a atividade turística contribui para: a geração de empregos, arrecadação de impostos, geração de divisas, redução de desequilíbrios regionais, indução de investimentos e multiplicação de produção para consumo dos turistas e promoção ao desenvolvimento sustentável. Desta forma, a comunidade organizada e cooperada pode usufruir destes benefícios que não se resume ao econômico, como também psicossocial, pois o ser passa da condição de pessoa marginalizada do contexto produtivo e social, para a categoria de cidadão no sentido

amplo da palavra, pois o trabalho é referência para se ter dignidade e espaço no cotidiano em sociedade.

Em pesquisa anterior realizada por Medeiros (2008), foi identificado que dentre os 32 grupos de Economia Solidária de Natal/RN, o que equivale a cerca de 60% dos pesquisados, responderam que além dos ganhos trabalhistas e financeiros, também obtiveram elevados ganhos subjetivos, ou seja, foi possível melhorar as suas condições de saúde, de moradia, a integração com a família e a sociedade.

Para Singer (2003), os ganhos ultrapassam os aspectos econômicos e proporcionam melhorias socioeconômicas para os envolvidos nessas atividades. Dessa forma, pode-se conjecturar que a Economia Solidária associada ao Turismo (global relacionado ao local) pode contribuir para inserção da comunidade local, como por exemplo, na produção de produtos ou serviços que possam ser comercializados para os turistas ou mesmo para empreendimentos turísticos¹⁶ que atendem aos turistas.

Em linhas gerais, ao se analisar o processo de globalização, nota-se que ao contrário do que se pensa, é preciso dar destaque ao desenvolvimento local, reforçando a identidade local e a diferenciação entre as regiões e comunidades, para que tenham condições de enfrentar um mundo de extrema competitividade (MARTINELLI; JOYAL, 2004).

Assim, Martinelli e Joyal (2004) asseveram que para evitar competitividade externa, é essencial que a população local se fortaleça, primando pelo seu desenvolvimento, que pode ser entendido como um processo interno de ampliação continuada de agregação do valor na produção, bem como da capacidade de absorção da região.

3.3 Do Associativismo ao Cooperativismo: novas formas de organização

Desde os nômades, os homens buscam formas de se associar para solucionar seus problemas, seja para caçar, colher, pescar, defender ou atacar, seja para produzir, ganhar dinheiro, comprar ou vender produtos ou serviços, construir suas casas, entre outras atividades (VEIGA; FONSECA, 2002).

¹⁶ Bares, restaurantes e estabelecimentos de hospedagem.

É por meio da associação de pessoas que os homens buscam solucionar os problemas individuais e coletivos. Nesse sentido, surge a união de forma cooperada, pois perceberam que unidos poderiam obter melhores resultados.

Os pensadores do socialismo utópico, os trabalhadores e os governantes europeus organizaram-se em grupos cooperativistas com intuito de lutar por uma sociedade mais justa e igualitária, por meio da autogestão como fórmula para solucionar os problemas gerados pelo desemprego e pelas péssimas condições de vida e de trabalho dos operários da indústria (LIMA, 2003).

Esse movimento teve início na Inglaterra e na França em meados da Revolução Industrial, porém ganhou dimensões transnacionais e desembarcou em diversos países do mundo, como o Brasil, atingindo diferentes esferas da economia no país, tanto na organização econômica da agricultura de exportação quanto para a comercialização dos produtos dos pequenos produtores rurais.

Hoje em dia, essa perspectiva também foi expandida na tentativa de solucionar o desemprego de um extenso contingente de trabalhadores de diversas categorias profissionais das mais qualificadas as de baixa qualificação. Essa afirmação pode ser ratificada por meio da existência de cooperativas de profissionais liberais, a saber: de médicos, advogados, arquitetos entre outras, como também as cooperativas de industriários que passaram da condição de operários a de cooperados. Por exemplo, as cooperativas formadas por metalúrgicos do ABCD paulista.

Essa diversidade assegura ao cooperativismo uma dinâmica diferenciada, que pode operar junto a qualquer ramo da economia, desde a construção de habitações, unidades fabris até a produção artesanal, podendo prestar qualquer serviço, desde faxinas a complexos serviços de informática ou mesmo uma cooperativa de crédito.

Teoricamente, o cooperativismo é um modelo de inserção econômica que coloca o trabalhador na centralidade do processo produtivo, cujos seres criadores e re-criadores assumem uma perspectiva de construtor-humano. Esse modelo é considerado uma forma alternativa e forjada pelos trabalhadores sob os pilares de uma racionalidade flexível e compatível com os trilhares da solidariedade e da democracia. Esse sistema apresenta-se como um instrumento político e econômico no âmbito das estratégias de sobrevivência dos seres que buscam obter melhoria da qualidade de suas vidas (NASCIMENTO, 2004).

O modelo de cooperativas nas relações de trabalho é centrado pela autogestão e seus cooperados são sujeitos de suas próprias decisões (NASCIMENTO, 2004). Esse modelo tem como princípios básicos: a adesão livre e voluntária, espaços abertos a todas as pessoas que se enquadrarem nas suas ideias e que estejam dispostas a trabalhar. A gestão democrática também faz parte de seus princípios, assim como a participação econômica dos sócios em seus direitos e responsabilidades de forma igualitária. Ainda se enquadram nesses princípios a autonomia e independência, pois as cooperativas são autônomas, de forma que a contribuição entre os seus membros se manifesta mutuamente.

A autogestão é um modelo de organização em que o relacionamento e as atividades econômicas combinam propriedade e/ou controle efetivo dos meios de produção com participação democrática dos seus membros.

Autogestão também significa autonomia, assim, as decisões e o controle pertencem aos profissionais que estão ligados diretamente à empresa. Os trabalhadores devem ter a capacidade e o poder de decisão sobre tudo o que acontece na empresa: as metas de produção, política de investimentos, modernização, política de pessoal etc. Isso quer dizer que as atividades educativas e o incentivo à inteligência coletiva constituem a base das empresas autogestionárias (ANTEAG, 2008).

Como já mencionado, a autogestão é a principal bandeira do cooperativismo enquanto expressão social específica, pois objetiva a expansão da qualidade de vida de seus membros. Ao menos teoricamente, as cooperativas são orientadas por valores diferenciados dos que conduzem as organizações estritamente capitalistas. Sabe-se que na prática nem sempre é isso que acontece. Muitas vezes o cooperativismo foi instituído intencionalmente para facilitar e propagar a dinâmica capitalista, de modo que em muitos casos ele tem sido muito mais um instrumento de manutenção dessa dinâmica do que a fundamentação de uma nova proposta de sociedade (SCHÜTZ, 2008).

É importante refletir quanto à autogestão interna, pois a mesma não necessariamente representa um rompimento com a identidade capitalista, ou seja, com os princípios que norteiam as relações capitalistas onde um manda e os outros obedecem. Isso quer dizer que a proposta de autogestão deveria oferecer a seus cooperados autonomia de decisão sobre tudo que se passa na cooperativa, como também sobre os seus lucros.

No entanto, o que se observa em alguns grupos é que a lógica capitalista que se faz presente, ou seja, que os cooperados só têm o direito de concordar com as decisões tomadas por seus representantes, e não uma gestão colegiada onde todos são donos e arcam tanto com os lucros ou sobras quanto com os prejuízos, pois são orientados por uma cadeia produtiva voltada para a produção de valores de troca e não para o bem-viver dos consumidores e produtores em geral.

Entretanto, essa realidade pode ser modificada, pois existe uma extensa variedade de formas cooperadas que trabalham com os princípios norteadores do cooperativismo e que buscam a melhoria de vida de seus membros, entre elas pode-se destacar as cooperativas denominadas alternativas, que têm como principal objetivo a democratização, tendo como linha de partida as melhorias sociais e não o aumento da lucratividade. Não que o lucro não faça parte dos objetivos de seus sócios, porém ele é mais um entre os objetivos de melhoria de vida dos cooperados.

Essas cooperativas estão representadas pelas editoras, livrarias, lojas, escolas, entre outras. Há as cooperativas de geração de renda, que primam pela geração de emprego, que surgiram com o crescimento do desemprego. Essa realidade é bastante trabalhada em países periféricos por agências de desenvolvimento, e o seu principal objetivo é a formação de cooperativas em comunidades carentes que têm problemas para distribuir e comercializar seus produtos; outra vertente das cooperativas de renda são as cooperativas especializadas em terceirização industrial ou simplesmente cooperativas populares, criadas por políticas públicas nos âmbitos estaduais ou municipais, Organizações Não Governamentais (ONGs), sindicatos, instituições religiosas ou simplesmente a sociedade civil organizada. Elas estão voltadas principalmente à população de baixa renda e aos desempregados (LIMA, 2004).

Observa-se também que outros pontos exercem relevância em relação às cooperativas ditas alternativas, onde os seus cooperados têm que buscar mecanismos que proporcionem educação, treinamento e informação para todos os cooperados. Uma característica marcante nesse sistema é a preocupação com a comunidade buscando formas de proporcionar alternativas de desenvolvimento sustentável para as localidades nas quais elas estão inseridas.

Associação são organizações da sociedade civil sem fins lucrativos onde vários indivíduos se organizam de forma democrática em defesa de seus interesses. Podem existir em vários campos da atividade humana e sua constituição pode

derivar de motivos sociais, filantrópicos, científicos, econômicos e culturais. É comum as pessoas se reunirem para alcançar objetivos que, individualmente, seriam bem mais difíceis ou mesmo impossíveis de serem alcançados (FABIANNE, 2002).

As associações assumem os princípios do associativismo, que é uma doutrina baseada na crença de que, juntas, as pessoas podem encontrar soluções melhores para os conflitos que a vida em sociedade apresenta.

Segundo (VEIGA, 2001) os princípios do associativismo estão embasados nas diversas formas que as associações podem assumir, entre elas, as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), cooperativas, sindicatos, fundações, organizações sociais, clubes. O que as diferem são as formas jurídicas de cada tipo de associação, que dizem respeito, basicamente, aos objetivos que pretendem alcançar. Os princípios gerais são os seguintes (ALBUQUERQUE, 2003):

- Princípio da adesão voluntária e livre;
- Princípio da gestão democrática pelos sócios;
- Princípio da participação econômica dos sócios;
- Princípio da autonomia e independência;
- Princípio da educação, formação e informação;
- Princípio da interação;
- Interesse pela comunidade.

De maneira geral, as associações se caracterizam pela reunião de duas ou mais pessoas para a realização de objetivos comuns; seu patrimônio é constituído pela contribuição dos associados, por doações, subvenções etc.; seus fins podem ser alterados pelos associados; os seus associados deliberam livremente; são entidades do direito privado e não público (ALBUQUERQUE, 2003).

Dessa forma, as associações têm por objetivo criar condições de permitir que seus membros possam competir no mercado de maneira mais justa, de tal forma que eles possam comprar e obter serviços pelo menor preço, melhor prazo de pagamento, garantindo, com isso, melhores condições para comercialização, na prática pode-se observar que os grupos do roteiro Seridó estão inseridos nestas perspectivas.

Assim, enquanto as associações são organizações que têm por finalidade a promoção de assistência social, educacional, cultural, representação política, defesa de interesses de classe e filantropia, as cooperativas têm finalidade essencialmente econômica. Seu principal objetivo é o de viabilizar o negócio produtivo de seus associados junto ao mercado (VEIGA, 2001).

O cerne da diferença entre associações e cooperativas está a princípio no conceito, onde a associação é uma sociedade de pessoas sem fins lucrativos e as cooperativas: sociedade de pessoas sem fins lucrativos e com especificidade de atuação na atividade produtiva/comercial.

As associações têm por finalidade representar e defender os interesses dos associados; estimular a melhoria técnica, profissional e social dos associados e realizar iniciativas de promoção, educação e assistência social. Já as cooperativas têm por finalidade viabilizar e desenvolver atividades de consumo, produção, prestação de serviços, crédito e comercialização, de acordo com os interesses dos seus associados, além de formar e capacitar seus integrantes para o trabalho e a vida em comunidade.

Ambas estão respaldadas pela legislação brasileira, conforme artigo 5º, parágrafos XVII a XXI e artigo 174, inciso 2º do Código Civil, porém o que as diferem é a lei 5.764/71, que está de acordo com o Plano Nacional de Cooperativismo, conforme o regime jurídico das sociedade cooperativas.

Para que essas organizações se constituam como tais, se faz necessário para as associações o número mínimo de duas pessoas e no caso das cooperativas, esse número passa para vinte pessoas.

Com relação ao patrimônio/capital das associações, este é formado por taxa paga pelos associados, doações, fundos e reservas. As associações não possuem capital social e isso dificulta a obtenção de financiamento junto às instituições financeiras. No que concerne às cooperativas, estas possuem capital social, facilitando com isso a obtenção de financiamento junto às instituições financeiras. O capital social é formado por quotas-partes, podendo ser proveniente de doações, empréstimos e processos de capitalização.

Os cooperados e associados podem ser representados pelos seus respectivos presidentes em ações coletivas de seu interesse, podendo constituir federações e confederações para a sua representação.

Tanto nas associações como nas cooperativas, as decisões devem ser em assembléia geral, cada pessoa tem direito a um voto. As decisões devem sempre ser tomadas com a participação e o envolvimento dos associados.

No tópico operações, a associação não tem como finalidade realizar atividade de comércio, podendo realizá-las para a implementação de seus objetivos sociais. Já as cooperativas podem realizar plena atividade comercial, operações financeiras, bancárias e podem candidatar-se a empréstimos e aquisições do Governo Federal.

Os dirigentes das associações não têm remuneração pelo exercício de suas funções, recebem apenas o reembolso das despesas realizadas para o desempenho dos seus cargos. Nas cooperativas os dirigentes podem ser remunerados por retiradas mensais pró-labore, definidas pela assembleia, além do reembolso de suas despesas.

As possíveis sobras obtidas de operações entre os associados serão aplicadas na própria associação. Nas cooperativas a distribuição acontece após decisão em assembleia geral, as sobras são divididas de acordo com o volume de negócios de cada associado. Destinam-se 10% das sobras para o fundo de reserva e 5% para o fundo educacional (VEIGA, 2001).

4 O ARTESANATO SERIDOENSE

A região do Seridó está inserida no Semi-árido nordestino, região esta que abrange os estados do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. O Seridó norte-rio-grandense possui cerca de 300 mil habitantes, 11% da população estadual e está dividida em duas microrregiões: Ocidentais e Orientais, com um total de (24) municípios incluindo MR 6 de Serra de Santana.

Historicamente, o desenvolvimento econômico da região sempre esteve ligado às atividades algodoeirais, agropecuaristas de cunho familiar e mineradora, afetadas pelas diversas crises econômicas, fazendo declinar a economia seridoense. Entretanto, pode-se conjecturar que o Seridó potiguar encontra-se em processo de reestruturação em diversos setores da economia local, dentre elas: cerâmica, a bonelária, o artesanato e, especialmente, o turismo que nos últimos anos tem dado ênfase aos aspectos culturais e religiosos da região com destaque para a produção de bordado (BACELAR, 2005).

A arte de bordar foi introduzida na região do Seridó através das esposas dos colonizadores portugueses, a partir do século XIX inicialmente, a atividade extensiva da linha no tecido era realizada manualmente, passando, com o decorrer do tempo, por vários processos de elaboração, chegando hoje a ser um ícone do Seridó.

As peças são bordadas com motivos florais, cheio, matizado ou colorido, com crivo e rechiliê, que juntos caracterizam o bordado do Seridó. Peças bordada na quais sobressai a flora frutífera nativa de caatinga Seridoense (ARAÚJO, 2009).

A arte e a produção local ora representada pela cultura material¹⁷ e imaterial¹⁸, como também pela produção artesanal, têm um grande peso entre as cadeias produtivas vocacionadas¹⁹ no que se refere ao Nordeste brasileiro, tendo em vista que o artesanato tem ocorrência registrada em mais de 600 municípios da

¹⁷ São os objetos de uso pessoal, as danças típicas, as comidas regionais, o patrimônio histórico, por exemplo, as cidades de Olinda com seus casarios do período colonial, reconhecida como patrimônio histórico da humanidade.

¹⁸ Refere-se aos costumes e a oralidade das culturas entre outros.

¹⁹ As Cadeias Produtivas vocacionadas compreendem todas as atividades articuladas desde a pré-produção até o consumo final de um bem ou serviço. O seu estudo visa à definição de ações que possibilitem o aproveitamento das oportunidades identificadas na formação de empreendedores e empreendimentos que atendam às deficiências e demandas do setor cultural. Além disso, pretende suprir carências de informações a respeito do mercado.

região Nordeste, possuindo onze tipologias e 57 segmentações que contemplam os seguintes produtos: imagens sacras, esculturas, jarros, mobiliário, tapetes, acessórios do vestuário, calçados, brinquedos, instrumentos musicais, utilitários para o lar, trajes típicos, redes, mantas, artigos de cama, mesa e banho, miniaturas, doces de frutas regionais e bebidas de frutas regionais típicas, testemunhos do talento de uma gente que usa as mãos para transformar a arte e criatividade em caminho para o progresso e a obtenção de qualidade de vida²⁰. Essa produção artesanal tem seu potencial enfatizado pelo expressivo potencial turístico da referida região (BNB, 2002).

Em síntese, o que torna a produção artesanal objeto de desejo de tantas pessoas é o poder simbólico que a mesma exerce sobre as culturas, como também o seu papel no que se refere à expressão cultural dos povos que habitam as diversas localidades do Brasil e do mundo. Por essa razão, Dias (2006) afirma que a produção artesanal é observada pelos estudiosos como marcadores de fronteiras, ou seja, por meio dos objetos e utensílios tornam-se visíveis as identidades dos grupos que os produziram.

A produção local é, então, de suma importância para as localidades, tendo em vista que é através dela que se forma a identidade local, ou seja, é por meio da expressão, dos costumes e hábitos que a população tem perpetuado sua cultura, tomando a oralidade como forma de transmissão desse conhecimento, seja para os seus descendentes, como também para os estudiosos cientistas (historiadores, antropólogos) ou para os visitantes.

É nessa perspectiva que o fazer local, associado às perspectivas socioeconômicas, vem proporcionando às comunidades tradicionais o não esquecimento de suas práticas culturais, pois muitos grupos étnicos encontram resistência em seu próprio seio. Os mais jovens não veem as práticas culturais como algo que faz parte de suas vidas, como também não observam nessas tradições um caminho a ser trilhado.

Os grupos de Economia Solidária no turismo são representados pela população local que desenvolve atividades cotidianas, como pesca artesanal, artesanato, entre outros, de forma cooperada e ou associada. Tem-se como exemplo tanto os grupos de artesanato da capital quanto os do Seridó norte-rio-

²⁰Pode-se compreender que a qualidade de vida permeia o campo da obtenção de trabalho digno, renda, saúde, moradia digna, ou seja, o desenvolvimento como liberdade.

grandense, que inserem seus produtos em feiras e eventos de artesanato e turismo, como a Feira Internacional de Arte (FIARTE) e a Brasil Mostra Brasil, eventos realizados em Natal e que contam com a presença de diversos expositores do Brasil e do mundo, além inúmeros turistas, gerando com isso a participação dos grupos de Economia Solidária e melhorias para os envolvidos.

Dessa forma, mostrar-se-á como exemplo o estado do Rio Grande do Norte, em especial, o município de Natal, na Vila de Ponta Negra, onde existe um grupo de mulheres rendeiras com idade superior a 65 anos, porém sua maioria é composta por octogenárias. Essas mulheres trabalham com a produção artesanal do bilro²¹.

É a partir dessas rendas que são confeccionadas e customizadas, colchas de cama, blusas, vestidos, entre outros produtos; porém as filhas e netas dessas mulheres não tinham o interesse de continuar desenvolvendo tal atividade até a chegada de um grupo de professores e alunos do curso de Engenharia de Produção da Universidade Federal do Rio Grande do Norte com o projeto “Rendeiras da Vila” (AGECOM, 2010). Nesse projeto, os professores e alunos desenvolveram vários trabalhos como a divulgação dessas peças em eventos de moda como o Natal Fashion Week (MEDEIROS, 2008). A partir dessa iniciativa, as mais jovens passaram a ver possibilidades para além da continuidade cultural, como também a possibilidade de extrair dessa atividade sustento financeiro, além de vislumbrarem a garantia de um futuro profissional.

Diante disso, observa-se que inventar é reinventar e necessário para que as culturas tradicionais não fiquem apenas nas lembranças dos anciãos. Porém, se sabe que as tradições estão em processo contínuo de mudanças e são essas mudanças que fazem com que o fazer local na perspectiva da produção artesanal não seja exaurido com o passar dos tempos.

Nesse processo de inventar e reinventar, os grupos sociais se unem com a finalidade de preservar as tradições, como também a de agregar valor à sua produção, por meio das práticas solidárias, entre elas, a da Economia Solidária, que abre caminhos em especial para as mulheres que veem nessa atividade a oportunidade de inserção em atividades geradoras de renda, além de abrir trilhas

²¹ Renda feita com instrumentos chamados bilros, que são peças feitas em madeira e fixadas por cordas finas sobre uma almofada em formato cilíndrico.

para que se tornem proprietárias dos meios de produção, mediante a propriedade coletiva, buscando o desenvolvimento da comunidade da qual estão inseridas.

Observar-se-á também que nesses sistemas baseados na solidariedade e na geração renda, é mais bem equacionada a divisão do trabalho entre homens e mulheres, tendo em vista que a distribuição do excedente²² parte do princípio democrático de igualdade e direitos aos cooperados e associados independentemente do sexo (DIAS, 2006).

Percebe-se, então, que a Economia Solidária associada à produção da arte local, ou seja, do artesanato local, pode fazer o elo entre a simbologia da arte local e a melhoria dos aspectos sociais e econômicos dos envolvidos nesses processos como foi identificado pela pesquisa feita por esta dissertação com os membros das associações e cooperativas do Roteiro Seridó, que demonstrou que os grupos econômico-solidários, em sua maioria, eram formados por produtores artesanato em diversas tipologias, dentre elas: o bordado à mão, à máquina, com destaque para o município de Caicó, além das produções de peças feitas em retalho, redes, argila, cestarias, *biscuit*, pedras e madeira.

Contatou-se, por meio de entrevista e questionário, que os membros desses grupos por meio da inserção de seus produtos no mercado consumidor e que as melhorias não foram só relacionada aos aspectos econômicos, como também ganhos subjetivos como a melhoria da saúde e da capacitação técnica relacionada a cursos e oficinas ligados ao artesanato e à comercialização de seus produtos, como também pelo simples fato de fazer parte de uma atividade laboral e rentável, podendo assim contribuir com as despesas domésticas.

O fazer local deve ser observado como oportunidade de melhoria das condições socioeconômicas de todos os envolvidos e foi pensando nessa perspectiva que o Banco do Nordeste criou o Programa de Desenvolvimento do Artesanato do Nordeste o CREDIARTESÃO, tem por objetivo conceder crédito ao artesão e desta forma fortalecer a cadeia produtiva do artesanato, com base em um diagnóstico feito pelo Ministério do Desenvolvimento onde foi identificado que no nordeste brasileiro existem em atividades cerca de 3,3 milhões de pessoas vivendo da produção artesanal de variadas tipologias, entre elas: rendas, bordado, cerâmica,

²² A distribuição do excedente diz respeito as sobras, que em si tratando dos grupos econômicos solidários não trabalham com a terminologia lucro e sim com as sobras ou excedentes, ou seja, em termos econômicos quer dizer retira-se as despesas e divide-se o excedente.

cestarias, trançados, pedras, cerâmicas, tecelagem, madeiras, couros, etc. Estimular o desenvolvimento do artesanato nordestino denota abrir possibilidades de atenuação das desigualdades sociais verificadas na referida Região, além de promover a preservação de valores da cultura popular local (BNB, 2002).

É de suma relevância observar que o artesanato é uma atividade predominantemente manual de produção de bens, exercida em ambiente doméstico ou em pequenas oficinas, postos de trabalho ou centros associativos, no qual se admite a utilização de máquinas ou ferramentas, desde que não dispensem a criatividade ou a habilidade individual e que o agente produtor participe, diretamente, de todas ou quase todas as etapas da elaboração do produto (CENTRO DE REFERÊNCIA CULTURAL, 1979).

Com base no exposto, observa-se que essa realidade se faz presente também no Estado do Rio Grande do Norte, com uma grande variedade de tipologia, bem como elevado potencial de desenvolvimento para essa atividade. Fato este enfatizado pelas políticas de incentivo ao artesanato e ao artesão por meio de entidades Governamentais e Não Governamentais, além das organizações coletivas como as cooperativas e as associações que estão dispostas conforme o Quadro abaixo no RN:

ORGANIZAÇÕES COLETIVAS ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	
1. Cooperativa do Vale do Açu	Assu
2. Associação das Bordadeiras do Seridó	Caicó
3. Cooperativa de Produção Artesanal do Seridó	Caicó
4. Casa do Artesão	Natal
5. Cooperativa Artesanal dos Assistidos	Natal
6. Cooperativa das Oficinas Comunitárias de Produção Artesanal	Natal
7. Cooperativa dos Produtores Artesanais do Rio Grande do Norte	Natal
8. Cooperativa de Produção Artesanal do Potengi	S. Gonçalo do Amarante
9. Associação das Bordadeiras de Serra Negra do Norte	Serra Negra do Norte
10. Associação das Bordadeiras de Timbaúba dos Batistas	Timbaúba dos Batistas
11. Associação dos Artesãos de Touros	Touros

Quadro 03 – Organizações coletivas no Estado do Rio Grande do Norte

Fonte: SEBRAE/PRODART

Por intermédio dessas políticas vem sendo trabalhado o incentivo às diversas tipologias, em especial à produção de rendas e bordados, uma das mais

importantes do Estado em termos econômicos e qualidade dos produtos. Entretanto, o perfil observado em todo o Estado é o seguinte:

PERFIL DO SETOR ARTESANAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	
• Potencial de crescimento do artesanato no Estado (motivos):	Alto, de acordo com as instituições de fomento ao artesanato contatado, em virtude das várias instituições de apoio e desenvolvimento do artesanato
• Tipologias com maiores possibilidades de crescimento:	Rendas e Bordados/Cestarias e Trançados
• Principais problemas da produção:	Falta de capital de giro e padronização da produção
• Principais polos produtores:	Caicó
• Ocorrências de Produção Artesanal	35 Municípios

Quadro 04 – Perfil do setor artesanato no Estado do Rio Grande do Norte

Fonte: Banco do Nordeste, 2002

Observa-se que a produção artesanal está presente em todas as mesoregiões do RN, com destaque para a região metropolitana de Natal, por ser este o polo de distribuição e comercialização do artesanato produzido pelas diversas regiões do Estado. Observa-se também que a tipologia que melhor obteve destaque foi as rendas e os bordados/cestarias e trançados com destaque para a produção executada no município de Caicó, que tem se destacado como polo produtor.

No que se refere à produção de bordados do polo Caicó, ele é o mais tradicional polo produtor dessa tipologia, tendo na mão de obra feminina a principal força motriz do setor. Dessa forma, as intervenções realizadas pelas instituições de fomento ao artesanato, a exemplo da qualificação e inserção profissional das artesãs no mercado formal de artesanato, são dirigidas a Caicó, abrangendo toda a região do Seridó. Porém, mais que qualificar seja necessário, é necessário sanar o principal problema observado no que diz respeito à comercialização desses produtos.

No que diz respeito à expressão simbólica do fazer local, o bordado feito à mão e à máquina tem papel fundamental nessa conjuntura cultural e social não só para os seridoenses, mas também para a população norte-rio-grandense que tem orgulho de dizer que esses produtos são do Seridó e que são fruto do trabalho de

muitas mulheres que têm nessa tradição o caminho para sustentação de famílias e a busca por melhores condições sociais e econômicas, como relata uma artesã seridoense: “A melhoria da qualidade de vida vem do bordado”.

Nesse sentido, o Governo Federal, através das políticas desenvolvidas pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, gestor do Programa do Artesanato Brasileiro, demonstra o interesse das autoridades federais em tratar a atividade como prioritária, traçando desafios de conquistar definitivamente os mercados interna e externo, principalmente através dos ganhos advindos da ligação do artesanato com a atividade turística (BNB, 2002).

Todavia, para que os artesãos do Roteiro Seridó possam dar continuidade a essa arte, faz-se necessária uma melhor valorização dessa atividade, tornando-a menos árdua. A alternativa possível para a solução desses problemas seria a estruturação dos grupos de Economia Solidária por meio das cooperativas e associações, além da parceria com as entidades públicas e privadas, para que a expressão simbólica do fazer local possa se perpetuar tanto nos laços sociais quanto nos laços econômicos.

Isso autoriza afirmar que o fazer local, atrelado ao turismo, se trabalhado de maneira integrada com Economia Solidária, poderá trazer resultados favoráveis no combate à pobreza e à exclusão social, pois a EES mostra-se capaz de propor alternativas viáveis para a geração de emprego, renda, bem como a conquista das necessidades básicas da sociedade²³. Essas conquistas podem vir através da sociedade organizada de novas formas de produção e reprodução dos seres sociais, de tal forma a reduzir as desigualdades, bem como a difusão dos valores solidários.

²³ Educação, saúde, moradia, lazer, cultura, direitos políticos, entre outros.

5 CARACTERIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES DO ROTEIRO SERIDÓ

5.1 Cooperativas de Bordado de Caicó

Na década de 1970, segundo Batista (1998 p. 22) o “bordado de Caicó”, alcançou sua plenitude em todas as dimensões, visto que as pessoas passaram a consumir mais, fazendo investimentos lucrativos, como por exemplo, bordado do tipo rechiliê²⁴, ponto cheio entre outros. Nessa perspectiva, surge a necessidade dos grupos se unirem para obter crédito no mercado, comprar matéria-prima mais barata e assim poder competir com os grandes produtores de bordado vindos de Fortaleza no Ceará.

Para efeito de análise do material coletado em campo, a presente pesquisa tomou como objeto de investigação duas cooperativas no município de Caicó, sendo elas: a Cooperativa de Produção Artesanal do Seridó (COASE) e a Cooperativa das Bordadeiras e Artesãos do Seridó (COBARTS), esta derivada da ABS (Associação de Bordadeiras do Seridó).

A COASE foi fundada por uma antiga bordadeira da região, Mirian Araújo, que ficou no cargo de 1975 até início de 2010, quando adoeceu e passou o cargo para sua filha Gercineide, atual presidente. No período de 1980 até meados de 2000 o grupo era constituído por 240 cooperados. Diante da falta de incentivo e incertezas na comercialização, diversos membros da organização se desvincularam.

O grupo atual, conta com 70 membros entre os quais 40 são efetivos, que contribuem com uma mensalidade no valor de R\$ 5,00, taxa cobrada para custear as despesas geradas pela lojinha, onde os sócios expõem os produtos. Vale ressaltar que a cooperativa não conta com o apoio dos órgãos públicos municipais nem do governo do estado.

²⁴ O bordado faz parte da cultura e da história da Madeira (Portugal) e foi originalmente introduzido pela família inglesa Phelps, que se instalou na ilha em 1784. Tudo começou com a filha mais velha de Joseph Phelps, Elizabeth, que em 1854 fundou uma escola em sua casa e, seguindo desenhos originais seus, ensinou crianças e mulheres a bordar. Esses bordados inicialmente eram vendidos de forma privada a amigos da família e só mais tarde se expandiu a venda a turistas. Tornaram-se populares e muito procurados na Ilha da Madeira.

Os valores pagos pelas sócias, segundo a presidente do grupo, possibilitam a elas o direito à compra de matéria-prima mais barata, como toalhas, linhas e tecidos para executarem suas atividades. Apesar de participarem de feiras e exporem seus produtos na loja da cooperativa, localizada no centro comercial de Caicó, a participação do grupo na festa de Santana em Caicó ainda é restrita.

Caminhando pelos espaços da 25ª Feira de Artesanato dos Municípios do Seridó (FAMUSE), edição 2011, observou-se apenas estandes empresariais e alguns poucos grupos (associações) representadas pelo SEBRAE. É factível afirmar que o estande na maioria das vezes é representado pelos atravessadores e não por quem o faz. Esse é o reflexo de uma cadeia produtiva enfraquecida por diversas dificuldades, entre elas: instalações físicas, recursos financeiros para compra matéria-prima, divulgação e comercialização dos produtos, baixa participação em feiras e eventos, articulação dos grupos (associações e cooperativas) e a presença dos atravessadores, pois é com eles que fica a maior fatia desse mercado.

As tipologias trabalhadas pelo grupo são: bordado à mão, bordado à máquina, cestarias, bonecas de pano pintura em tela, licores, trabalhos em madeira e redes.

Em entrevista concedida pela presidente do grupo sobre as bordadeiras em atividades coletivas, a mesma afirma que não há participação nem mesmo nas reuniões para tomada de decisões. A única reunião a ser realizada é para definições do Conselho Fiscal, onde são tomadas as decisões, sem a presença dos sócios, gerando com isso insatisfação.

Segundo relato de diversas cooperadas, elas não participam por se sentirem desvalorizadas e desprezadas fato este que contrasta aos princípios da Economia Solidária que são igualdade, democracia e coletividade “Não estou muito ativa na cooperativa, pois os produtos não têm muita rotatividade na loja da cooperativa”, afirma M. São muitas as taxas pagas pelos cooperados, os artesãos pagam tanto pela venda quanto pela compra de matéria-prima na cooperativa, sendo esse mais um motivo para o descontentamento de ambas. Conforme relata M: “nós pagamos 5% tanto no que colocamos na loja para ser vendido, quanto na compra dos produtos linha, toalha”.

A COBARTS destaca-se pela comercialização e articulação do bordado de Caicó. Antes de ser cooperativa era Associação de Bordadeiras do Seridó (ABS) fundada no ano de 1975, pela articuladora e também bordadeira Maria Deusa Alves

de Medeiros. A associação foi criada com o propósito de outra filiada organizar um grupo de mulheres bordadeiras, para melhoria das condições de compra e venda de seus produtos. O grupo se caracterizava pela confecção de produtos de cama, mesa e banho, bordados em especial para as noivas. A mudança de associação ABS para cooperativa COBARTS, no ano de 2006, foi em consequência das dificuldades enfrentadas na compra de matéria-prima para executar suas atividades e na comercialização de seus produtos. Com isso, a cooperativa ganha nova gestão passando para Arlete Silva Dantas também articuladora e artesã desde a infância, segundo relato da mesma (MEDEIROS et al., 2010). De acordo com relato de 42% dos entrevistados, a eleição não existiu, o que existiu foi à indicação dela para o cargo, pois a mesma tem prestígio dentro e fora da cooperativa, indicando com isso a ausência de democracia e autogestão base dos princípios solidários.

Também para facilitar a vida do artesão foi criado o Comitê Regional das Associações e Cooperativa Artesanais do Seridó (CRACAS), onde funcionam oficinas de várias tipologias com novos *designs*, enfocando a fauna, a flora da vegetação da caatinga, assim como os pontos turísticos regionais.

A cooperativa conta com cerca de 300 membros dos quais apenas 30 são membros efetivos, e que contribuem mensalmente com R\$ 5,00 para manutenção da cooperativa. O número expressivo de cooperados é consequência da articulação promovida pela COBARTS em ter sido a mediadora no processo de concessão de crédito para as bordadeiras de Caicó, uma parceria firmada entre o programa Agroamigo do Banco do Nordeste e o SEBRAE/CAICÓ.

Para que fosse possível obter o empréstimo, as bordadeiras deveriam estar ligadas a alguma organização de classes como cooperativas ou associações de bordadeiras. Foi com base nesse argumento que diversas mulheres que não eram vinculadas a nenhum grupo, tiveram que se associar e pagar uma taxa de R\$100,00 para obter o aval e a carteira de artesão associado. Somente assim o empréstimo seria liberado.

A concessão do crédito foi fato questionável pelas bordadeiras, pois segundo M: “o financiamento era feito por cara, pois tem gente que é bordadeira e não consegue o empréstimo.” Além desse fato, constatou-se na fala das bordadeiras que há uma super valorização de uns em detrimento de outros: “a cooperativa escanteia as que têm menos estrutura e prioriza as bichonas, pagam barato, só têm futuro para elas que têm condições”.

Foi perguntado também para as cooperadas, se fazer parte da cooperativa tem contribuído com a melhoria das suas vidas? As mesmas afirmaram que a participação no grupo não tem muita relevância, conforme verbalização de M: “são sempre os mesmos cursos, a associação não influencia muito na divulgação e no financiamento”; “a melhoria da qualidade de vida vem do bordado e não por ser cooperada”.

O grupo trabalha com diversas tipologias, porém o produto principal é o bordado à máquina, outra vez um dos motivos que provoca discórdias e insatisfações entre os membros da COBARTS. Pois a prioridade é o bordado à máquina, outras tipologias são desvalorizadas. Por esse motivo, a artesã M disse: “nós somos chapéu de frade e sertanejas o bordado não nos representa como artesãos é apenas comércio”.

Além de pagarem a mensalidade, os artesãos também pagam 5% sobre as peças vendidas na loja. Para participar das feiras e eventos, precisam pagar o aluguel dos estandes, mesmo sendo membros da cooperativa. Mesmo contando com o apoio financeiro e técnico do SEBRAE, Banco do Brasil, Governo do Estado e Movimento de Integração e Orientação Social (MEIOS), é preciso pagar pelo aluguel dos estandes.

Teoricamente, o cooperativismo é um modelo de inserção econômica que coloca o trabalhador na centralidade do processo produtivo, cujos seres criadores e re-criadores assumem uma perspectiva de construtor-humano. Esse modelo é considerado uma forma alternativa e forjada pelos trabalhadores sob os pilares de uma racionalidade substantiva pautado na solidariedade e da democracia. Este sistema apresenta-se como um instrumento político e econômico no âmbito das estratégias de sobrevivência dos seres que buscam obter melhoria da qualidade de suas vidas (NASCIMENTO, 2004).

O modelo de cooperativas nas relações de trabalho é centrado pela autogestão, na qual seus cooperados são sujeitos de suas próprias decisões (NASCIMENTO, 2004).

De acordo com a discussão teórica, o cooperativismo como atividade solidária se configura como alternativa para os trabalhadores que estão à margem do mercado de trabalho ou fragilizados por injustiças sociais e econômicas, e resolvem unir forças e passam a dominar os meios de produção e também de gerenciamento das atividades de forma autogestionada, passando a gerenciar

coletivamente todo o processo produtivo e gerencial. Porém, não é essa a realidade encontrada no município de Caicó, onde as cooperativas exercem um papel mais voltado para o viés capitalista, existindo a figura do empregador e dos empregados, onde um manda e os outros obedecem. Conforme é posto no discurso do cooperado M: “ela é quem dita tudo, só tem assembleia anual” e ainda conforme verbalização da cooperada M: “quem borda é escravo eu estou com abuso disso”.

5.2 Associações de Artesanato do Roteiro Seridó

A Associação Jardinense de Artesanato (AJA) foi fundada em 2006, através da mobilização dos artesãos de Jardim do Seridó, que necessitavam se organizar para obter benefícios como cursos, matéria-prima mais barata entre outros. Atualmente é presidida por Maria da Guia Senna Santos. O grupo conta com 75 associados, dos quais 38 são ativas, que mensalmente contribuem com o valor de R\$ 3,00. Esse valor é pago para custear as despesas da associação. O grupo trabalha com diversas tipologias, entre elas: pinturas em tela e em tecidos, arte em madeira, tapeçaria, com destaque para o bordado à máquina.

A associação conta com o apoio da prefeitura na comercialização de mercadorias, através da concessão do espaço na Casa de Cultura para a instalação da lojinha onde é comercializado o artesanato produzido pelo grupo. Segundo relato feito pela presidente (P): “não há presença de atravessadores, elas fazem consórcio para vender seus produtos”. Ainda conforme a mesma entrevistada: “não há sobras em dinheiro e sim em mercadorias para as sócias, ou seja, retiram-se as despesas e o restante vai para comprar matéria-prima para as sócias ativas”. “Quando vai começar outra tipologia, cada uma doa uma peça que será vendida, para que possa dar subsídio para a realização do trabalho”.

O grupo conta com o apoio do SEBRAE, que concede as instrutoras para ministrar cursos e oficinas e com o apoio do Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável.

A presidente ainda relata que os artesãos de Jardim do Seridó “são libertos”, pois eles não pagam a taxa de 10% sobre o valor da peça vendida na lojinha da associação, além de serem isentos da taxa cobrada para expor em feiras e eventos. Entretanto, relatos concedidos pelas associadas nos deixam algumas

dúvidas sobre tal “liberdade”, tendo em vista que há priorização de uns em detrimento dos outros, conforme o relato da associada M: “priorizam muito o bordado em detrimento das outras tipologias”, o que não tem provocado algumas discórdias entre os membros da AJA, pode-se observar na fala da associada M: “o grupo não é formado apenas por bordadeiras e sim por diversas tipologias”. Porém, é essa a política trabalhada em muitos grupos, há uma priorização por produtos que tenham mais visibilidade ou mesmo lucratividade, como é o caso do bordado, tanto em Jardim quanto em Caicó, com a diferença que no grupo de Jardim os associados têm maior poder de escolha, ou seja, não estão presos a taxas e aos atravessadores conforme relato da comissão gestora (presidentes, tesoureira e secretária) e das associadas.

De acordo com a discussão teórica, as associações têm por objetivos criar condições de permitir aos seus membros competir no mercado de maneira mais justa, de tal forma que eles possam comprar e obter serviços pelo menor preço, melhor prazo de pagamento. Garantindo melhores condições para comercialização, além de terem por finalidade representar e defender os interesses dos associados; estimular a melhoria técnica, profissional e social dos associados e realizar iniciativas de promoção, educação e assistência social (VEIGA, 2001).

Dessa forma, pode-se conjecturar que mesmo os laços entre os artesãos são frágeis no que diz respeito aos princípios econômico-solidários. A priorização por parte dos dirigentes da associação para com os membros no que se refere à igualdade e à democracia, ressalta-se que de modo geral a AJA, na condição de representante dos artesãos de Jardim do Seridó, consegue realizar efetivamente os seus objetivos. Porém, na condição de grupo econômico solidário os laços são fracos, pois um dos princípios básicos norteadores da ECOSOL e a igualdade é a democracia entre seus membros.

Casa do Artesão é o nome fantasia dado para a Associação de Artesãos de Acari, fundada em outubro de 2005, com sede na Casa do Artesão. Localizada no centro de Acari, próximo ao Museu do Homem Sertanejo, até janeiro de 2011 era presidida por Suzete, porém desavenças internas a depuseram do cargo, provocando com isso alguns conflitos. Os conflitos aos quais refere-se dizem respeito à discordância no modo de gerenciamento do grupo, pois existiam privilégios de uns em detrimento de outros. O grupo trabalha com diversas tipologias

dentre elas: bordado rústico, rococó, ponto cruz, vagonite, retalho (fuxico, *patchwork*) redes, bonecas entre outros.

A associação conta com 62 membros, sendo a maioria mulheres; destas, apenas 45 participam ativamente das atividades desenvolvidas pelo grupo, em especial os cursos (bordado rústico e redes) e a confecção de artesanato, realizadas duas vezes na semana. Para que essas atividades sejam realizadas, bem como para a manutenção do prédio onde estão instaladas, é cobrado das associadas uma taxa mensal no valor de R\$ 5,00. Quanto ao resultado da comercialização, este é revertido para a associação, segunda a fala da associada M: “quando é vendido o lucro fica na associação”. Conforme argumento da então presidente P: “é necessário para que se possam custear as despesas e as compras de matéria-prima para a realização dos cursos”.

As associadas também pagam 10% sobre o valor das peças vendidas na loja da associação, pelo fato de estarem colocando suas produções individuais na Casa do Artesão. Foi relatada também pela presidente que a associação exerce influência na atividade turística da localidade, pois, elas têm um espaço amplo para a comercialização do artesanato. Porém, o fato de ter um espaço de comercialização reduz as dificuldades, mas não as eliminam, tendo em vista a desvalorização do artesanato local e a falta de apoio por parte dos órgãos públicos de Acari (como prefeitura e secretaria de turismo da cidade).

As taxas e cobranças feitas aos associados e o pensamento capitalista se configuram parcialmente como conteúdos e pensamentos não solidários e nem igualitários, como prezam os princípios solidários. Alguns desses princípios podem ser observados no Quadro a seguir:

Empresa	Organização Solidária
Lucro	Sobra
Salário	Retirada
Emprego	Ocupação
Necessidade	Vocação
Trabalho para sobreviver	Trabalho como realização
Contrato em desiguais (capital X trabalho)	Associação entre iguais
Desigualdade entre os vários empregados	Igualdade entre sócios

Quadro 05 – diferença entre empresas e organizações solidárias

Fonte: compilação de dados de diversos autores e entre eles **IASKIO**²⁵

²⁵ Ver IASAKIO, Emerson Leonardo Schmidt. *Economia Solidária e concorrência capitalista*.

Conforme se pode observar na associação Casa do Artesão, os princípios econômico-solidários trabalhados na associação são frágeis, tendo em vista que não é levada em conta a base da Economia Solidária, como retiradas e não salários, além do pagamento por atividade desenvolvida. Como denuncia o discurso da então presidente P: “quando é vendido, o lucro fica na associação”. Além desse, observa-se que não há associação entre iguais, havendo a priorização de uns em detrimento de outros. Desse modo, não pode-se afirmar se a mesma se constituiu como solidária e com a necessidade de se adaptar a competitividade do mercado e se desvirtuou e tornou-se capitalista (SINGER, 2001).

É notória a insatisfação por parte da presidente ao falar do apoio ao artesanato, tanto em âmbito municipal quanto estadual. Durante muitos anos, a presidente, na condição de artesã e funcionária da Prefeitura, coordenava o Museu do Sertanejo e, sem motivo aparente destituída do cargo, mesmo tendo capacitação técnica para exercer a função. Por esses e outros fatos não relatados, a então presidente P afirma “não se dá o devido valor em Acari ao artesanato nem tão pouco à cultura”. Esse discurso também pode ser observado na fala da associada M: “não somos ativas na associação, pois preferimos vender nossos produtos individualmente, pois dessa forma não ficamos com as peças congeladas por muito tempo e também não pagamos o valor de 10% por peça vendida na Casa do Artesão. Associados M, M e M relataram também que “há priorização por determinados grupos ou tipologias dentro da própria associação fato este que desmotiva a participação na associação”. Esse é um ponto denunciado pelas associadas que vem gerando conflitos e enfraquecendo os laços entre os componentes do grupo.

A Associação de Moradores de Carnaúba dos Dantas foi fundada em 1978, com o objetivo de melhorar e valorizar a cadeia produtiva do artesanato, promovendo a autonomia financeira dos grupos envolvidos com essa atividade produtiva. Os associados pagam o valor de R\$ 5,00 e com isso, têm direito à assistência médica em outros municípios, à distribuição da Mesa Brasil²⁶, além de curso de alfabetização do Brasil Alfabetizado e artesanato.

²⁶ O Programa Mesa Brasil SESC é uma iniciativa de ação social e educativa que integra empresas, instituições sociais e voluntários. Criado em 1994 pelo SESC São Paulo, tem por objetivo contribuir

O grupo é formado por 185 sócios dos quais a maioria são artesãos. Eles realizam diversas atividades coletivas, dentre elas os cursos e as oficinas de arte e cultura. Em 2004 a associação submeteu um projeto ao Ministério da Cultura com o objetivo de resgatar a cultura imaterial²⁷, denominado “Carnaúba dos Dantas sua Cultura encanta”. Com o projeto receberam o valor de R\$185.000 para desenvolver as atividades propostas pelo projeto de resgate da cultura carnaubense. Dentro dos objetivos, tem-se o resgate do bilro, do bordado casa de abelha, que já não mais era realizado pelos artesãos do município. Para que se alcançasse esse objetivo, foram ministradas 16 oficinas em duas etapas, e por fim, será realizada uma Feira de Artesanato e a construção de espaço de comercialização para o artesanato local. Na feira serão vendidas as peças produzidas nas oficinas, e por cada peça vendida o artesão que a produziu receberá 20% e o restante, 80%, ficará com a Casa de Cultura.

Além do projeto Ponto de Cultura, a associação conta com outros parceiros entre eles o programa de Desenvolvimento Regional Solidário²⁸, que aprovou um valor de R\$10.000 para a compra de máquinas e realização de oficinas com oferta de cursos voltados para o bordado à máquina e corte e costura. Das peças produzidas na associação que forem comercializadas, o artesão fica com 80% do valor e a associação com o restante. Esses produtos são vendidos em feiras e eventos de turismo e artesanato em diversos municípios, entre eles Caicó, Currais Novos, e a Cidade de Belo Horizonte.

Mesmo com o Ponto de Cultura, a atual presidente da associação afirma que não há valorização por parte da população nem tão pouco dos turistas. Ao mesmo tempo pode-se constatar tal descontentamento através da fala dos associados M: “não se dar valor ao artesanato em Carnaúba” e ainda segundo a presidente P: “a associação não atua no setor turístico de Carnaúba dos Dantas, pois não há valorização da cultura, a prefeitura é quem recebe o turista de Carnaúba

para diminuir o desperdício de alimentos e a fome, bem como promover a melhoria da qualidade de vida de populações carentes institucionalizadas.

²⁷ Cultura imaterial (ou cultura intangível) é uma concepção de patrimônio cultural que abrange as expressões culturais e as tradições que um grupo de indivíduos preserva em respeito da sua ancestralidade, para as gerações futuras. São exemplos de patrimônio imaterial: os saberes, os modos de fazer, as formas de expressão, celebrações, as festas e danças populares, lendas, músicas, costumes e outras tradições.

²⁸ Programa de combate à pobreza rural desenvolvido pelo Governo do Estado do RN que disponibiliza recursos financeiros para grupos como associações e cooperativas que tenham trabalhos sociais em seus municípios mediante a submissão de projetos. Sendo aprovado, o programa disponibiliza o dinheiro e o apoio técnico para a execução do mesmo.

e disponibiliza os guias que levam os turistas até os pontos turísticos²⁹ do município, não incluindo o Ponto de Cultura”.

As associações são organizações voltadas para a promoção da assistência social, educacional, cultural, representação política, defesa de interesses de classe e filantropia. Com base nos princípios associativistas que são: criar condições de seus membros competirem no mercado de maneira mais justa e igualitária, de tal forma que eles possam comprar e obter produtos e serviços pelo menor preço, melhor prazo de pagamento para com isso ganhar um melhor poder de barganha (VEIGA, 2001). O Quadro abaixo mostra as diferenças ente o trabalho solidário e a sociedade capitalista.

Trabalho solidário	Sociedade capitalista
Tolerância	Individualismo – <i>Cada um por si e Deus por todos</i> ou <i>Salve-se quem puder</i>
Democracia	
Diálogo permanente e franco	Ganância – <i>quanto mais tem, mais quer</i>
Participação	
Transparência	Concorrência – <i>os bons, sempre vencem</i>
Disciplina	
Compromisso	Competição – <i>não acredita nem na própria sombra</i>
Aprendizagem permanente e contínua	
Igualdade no relacionamento	
Engajamento político	

Quadro 06 – Trabalho Solidário Versus Sociedade Capitalista
Fonte: SOUZA, 2010

Dentre os princípios do trabalho solidário observados na associação carnaubense, destaca-se a transparência. O grupo criou um *blog* para divulgar todo o trabalho desenvolvido, além do compromisso, aprendizagem permanente e contínua e a democracia. Esse princípios foram observados na pesquisa. Porém, mesmo observando o cumprimento de tais princípios, alguns dos associados ainda em entrevista fizeram algumas observações que são motivos de questionamento por parte dos associados, fato este identificado na fala da associada M: “elas priorizam uns em detrimento dos outros” ou ainda, “a minha arte não é valorizada”.

²⁹ Sítios arqueológicos, entre eles o da Pedra do Alexandre e o xiquexique e o santuário religioso do Seridó, o Monte do Galo, fundado em 1927, que recebe milhares de peregrinos todos os anos. De longe, se avista o Castelo Bivar, de arquitetura medieval francesa, que surpreende pelo inusitado.

Mesmo com alguns descontentamentos, de uma forma geral, pode-se inferir que esse grupo apresenta características fortes de um grupo econômico solidário, porém não são suficientes para que possamos afirmar que a associação seja de fato um grupo alicerçado sobre os princípios da Economia Solidária.

A Associação dos Artesãos e Micro Empresários de Parelhas (ASSOAMEP) iniciou suas atividades por volta de 1993. O grupo é formado por cerca de 300 associados, porém os que participam regularmente das atividades são apenas 25, conforme mencionado pela presidente. A associação é composta em sua maioria por mulheres, que contribuem com uma taxa mensal no valor R\$ 5,00. A sede da associação fica na Casa da Cultura de Parelhas, localizada no centro comercial do município.

Segundo a presidente da associação, no início, o grupo realizava as atividades em conjunto, pois o mesmo tinha um financiamento do Banco do Brasil, para compra de máquinas e insumos (matéria-prima) *para a realização das atividades*. Todavia, com o passar do tempo o grupo foi reduzindo as atividades coletivas e as individualizando. Conforme fala da associada M: “não participamos de atividades coletivas, só na montagem das partes das redes e das bonecas”.

As principais tipologias trabalhadas são: bonecas, redes e panos de prato. Para essa produção, o grupo recebe subsídio da prefeitura de Parelhas, a mesma repassa mensalmente um valor para subsidiar a produção do grupo. Segundo relato feito pela associada M: “a associação recebe uma ajuda de custo da prefeitura para a compra de matéria-prima para a fabricação de redes, bonecas e pano de prato”.

Conforme relato proferido pela associada M: “o preço pago pela associação para confecção das varandas das redes varia de R\$ 45,00 a R\$ 50,00 reais. A associação também remunera as associadas pelos bordados nos panos das redes e pela confecção dos punhos. Ao final, a rede é vendida na associação pelo valor de R\$ R\$ 350,00 reais.

As demais tipologias trabalhadas pelos associados individualmente não recebem ajuda por parte da associação, que só emprega a ajuda de custo concedida pela Prefeitura de Parelhas para a confecção de panos de prato, redes e boneca. Conforme pode-se observar na fala da associada M: “o dinheiro é só para os panos de pratos, redes e bonecas e quando eu falei isso em reunião ela (presidente), disse se não estiver satisfeita pedisse para sair do grupo”. Porém, o

referido sujeito depende das vendas para ajudar nas despesas da casa, e por essa razão se calou, para não perder o pouco que ganha.

A associação comercializa outras variedades, entre eles: objetos feitos de palha da carnaúba, licor, lambedores, almofadas de fio, quadros, entre outros. Todos esses produtos são feitos pelos artesãos sócios que para ter o direito a expor seus produtos, precisam pagar uma taxa mensal de R\$ 5,00. Porém, não são cobrados os 10% sobre as vendas das peças na lojinha. O local é concedido pela Prefeitura Municipal de Parelhas e todo o trabalho é feito individualmente, porém, as montagens de algumas peças, como as bonecas e as redes, são feitas de forma coletiva. Só que elas recebem pelo trabalho desenvolvido e o produto final é vendido na associação e o dinheiro não é repartido entre os sócios. Essa é a principal característica do trabalho capitalista, em que os operários disponibilizam suas forças de trabalho e por elas são remunerados.

De acordo com a discussão teórica, as associações são organizações constituídas por pessoas, sem fins econômicos, dirigidas por uma diretoria eleita, cujas funções estão subordinadas à vontade coletivas e democráticas de seus associados e cristalizadas no seu Estatuto Social, aprovado em Assembleia Geral (FABIANNE et. al., 2002). Porém no caso da ASSOAME observa-se que essas relações sociais são fracas e provocam conflitos característicos de organizações capitalistas, como a competição, a ganância e a concorrência desleal.

No município de Currais Novos encontram-se diversas associações de artesãos e também de culinárias, estando estas localizadas no Centro de Artesanato e Culinária de Currais Novos. Dentre elas temos: A Associação Curraisnovense de Artesanato, fundada por volta do ano 2000. A organização conta com cerca de 50 associados, porém nem todos são ativos no grupo, desse total, apenas 30, em sua maioria mulheres, participam efetivamente das atividades do grupo (bingos, comemorações, reuniões, feiras e eventos). Uma das sócias e também membro da comissão gestora alega que o principal motivo para a associação ter diversas pessoas ligadas ao grupo foi a falta de emprego e a necessidade de articulação para facilitar as vendas.

O grupo, segundo a secretária e também sócia, tem uma participação ativa na atividade turística de Currais Novos, principalmente por estar localizada em uma área de passagem dos turistas que transitam de diversos municípios da Região

do Seridó, e que se não fosse este local a atividade do artesanato curraisnovense teria dificuldade de continuar. Conforme é constatado na das associadas M: “o centro de artesanato facilita a comercialização, sem ele teríamos mais dificuldade para comercializar”.

O grupo trabalha com diversas tipologias, dentre elas: bordado à mão e à máquina, *biscuit*, tapeçaria, arte tela, arte em madeira. A associação em questão também conta com o apoio da Prefeitura de Currais Novos, com a cessão do espaço, ficando sob responsabilidade das associações apenas o pagamento da água, luz e telefone. O grupo conta também com o apoio do SEBRAE/Currais Novos e o da Secretária de Turismo do município.

A Associação de Artesãos e Culinaristas de Currais Novos foi fundada no ano de 2004. O grupo também está localizado no Centro de Artesanato de Currais Novos e conta com a presença de cerca de 30 membros. A produção do grupo é individual, porém realizam algumas atividades em conjunto, dentre elas: reuniões, feiras de artesanato e as oficinas de arte e cultura.

A associação atua no setor turístico do município de Currais Novos por meio do Turismo pedagógico e de passagem, tendo em vista que a mesma está localizada à margem de uma rodovia, via de acesso de turistas e moradores de diversas partes da cidade. Quando indagada sobre a influência da associação na continuidade da atividade do artesanato da cidade, a presidente P afirma: “o artesanato é alto suficiente e não depende da associação para ter continuidade”. Porém, a associação exerce papel fundamental no turismo curraisnovense por fazer parte do Conselho Turístico do Seridó e do Roteiro Turístico do Seridó, além de participar do Fórum Potiguar de Economia Solidária e, por intermédio deste realiza trocas solidárias com outros grupos do estado. Dessa forma, os produtos circulam por varias partes do estado e movimenta a economia local.

A Associação das Bordadeiras de Currais Novos iniciou suas atividades por meio de um grupo de produção que contava com o apoio da paróquia local. A associação foi formalizada em 2001, sob as condições necessárias para participação em feiras e eventos ligados ao artesanato. O grupo também conta com 30 artesãos efetivos em sua maioria mulheres que trabalham com diversas tipologias. Merece destaque no grupo a produção de bordado à mão. É através dele que as sócias se reúnem para a atividade coletiva. Os sócios também pagam R\$ 5,00 para fazer parte da associação, contudo, se eles não tiverem em dia com as

mensalidades não são impossibilitados participar das atividades, nem tão pouco de expor seus produtos no Centro de Artesanato. O grupo também participa das atividades turísticas do município.

A presidente P relata: “há quarenta anos sou artesã e só com a criação da associação passamos a ser valorizadas e obtivemos mais facilidades para a comercialização”. Ela afirma também que: “havendo a dissolução do grupo, os artesãos darão continuidade as atividades, porém com muita dificuldade”. Essa realidade condiz com princípios que norteiam o associativismo, pois

Associação é uma sociedade civil sem fins lucrativos, onde vários indivíduos se organizam de forma democrática em defesa de seus interesses. Pode existir em vários campos da atividade humana e sua constituição pode derivar de motivos sociais, filantrópicos, científicos, econômicos e culturais. São muito comuns as pessoas se reunirem para alcançar objetivos que, individualmente, seriam bem mais difíceis ou mesmo impossíveis de serem conseguidos. Assim, podemos concluir que as associações surgem do interesse, da necessidade, da vontade de um grupo de pessoas que se organiza para realizar uma ou mais atividades comuns (FABIANNE et al., 2002).

Nesse sentido, pode-se inferir que as associações de artesanato e culinária de Currais Novos, em suas relações sociais dentro dos grupos, apresentam características fortes de um grupo econômico-solidário, crescimento da economia, pois a democracia, igualdade e o diálogo permanente e franco são valores presentes no cotidiano desses grupos. Nota-se, ainda, que existe igualdade no relacionamento e engajamento político, porém não partidário, mas no sentido de reivindicar cobrar e questionar suas necessidades. Por essa razão, a presidente do grupo relata que os membros participam das discussões do Fórum Potiguar de Economia Solidária, que tem por objetivo fortalecer a articulação entre as organizações solidárias.

A Associação Logonovense de Artesanato foi fundada em 2005. Esse grupo conta com a participação de 25 mulheres que há muitos anos desenvolvem a atividade do artesanato. Entretanto, a atividade exercida ainda assume um caráter informal. Por diversas vezes tentaram se organizar em forma de associação e no ano de 2010 formalizaram essa iniciativa e passaram a desenvolver atividades coletivas como produção, comercialização e atividades gerenciais, dentre elas as reuniões para decidir o destino do grupo. Um dos obstáculos vivenciados pelo grupo é a desmotivação e a falta de perspectivas de continuidade, o que vem fragilizando o grupo.

A referida associação trabalha com diversas tipologias, dentre elas a confecção de licores, fuxico, tricô, crochê, bonecas, objetos com material reaproveitado, *petwork* entre outros.

Segundo a tesoureira e representante do grupo: “A associação ainda não tem muita influência na atividade turística do município e nem na região do Seridó pelo fato de o grupo ainda ter suas atividades coletivas ainda incipientes”. No entanto, segundo a presidente P: “o fato de Lagoa Nova ter um fluxo turístico sazonal, quer dizer que em determinados momentos do ano o município recebe um maior número de pessoas, em especial nos meses de baixa temperatura, por se tratar de uma região localizada na Serra de Santana, com altitude de 686 metros. Nos meses de junho a Agosto, as temperaturas podem oscilar entre 14° a 18° Celsius, o que favorece a continuidade, conforme pode-se observar na fala da presidente P: “As baixas temperaturas favorecem o turismo e a continuidade das atividades artesanais” e mesmo com a desarticulação da associação a produção de artesanato tem continuidade, pois diversas mulheres dependem da produção do artesanato para se sustentar.

É o que pode-se comprovar através da fala da associada M: “Eu vivo da produção artesanato, pois durante muitos anos tinha um trabalho pesado na agricultura e agora faço artesanato, com muito mas prazer”. A articulação organizacional em Lagoa Nova é embrionária, fato este gerado pela desmotivação do grupo e necessidade de resultados imediatos. Conforme fala da presidente P: “Muitas delas dependem do artesanato para sobreviver”. Entretanto, o que pode-se observar através de algumas falas é que o maior problema é a falta de articulação. Observa-se também que a visão capitalista presente nos grupos de Caicó e Parelhas não se faz presente na associação logoanovense, pois o que elas buscam é a melhoria da cadeia produtiva do artesanato e a valorização das mulheres.

O Centro Social Santa Zita está em atividade desde a década de 1970, com diversas atividades de formação destinadas à população local. Essas atividades são voltadas para a formação profissional, oferecendo desde curso de cozinheiro, por exemplo, até cursos voltados para atividades artesanais. O referido centro tem sede própria e conta com o apoio do SEBRAE e da prefeitura municipal de Cerro Corá.

No Santa Zita existem diversos grupos de trabalho que produzem colares, almofadas, cochas de *petwork*, peças de bordado à mão (fuxico, tricô e crochê). As

atividades são desenvolvidas de forma coletiva, pois se trata de um grupo de formação profissional. A presidente do grupo relata que o Santa Zita é um refúgio para diversas mulheres do município, pois lá as pessoas aprendem fazer diversas atividades e compartilham experiências, a partir da realidade de cada uma. É o que se pode observar na fala da associada M: “frequentemente o Santa Zita para aprender, para conversar com as amigas e esquecer as dificuldades e problemas de saúde, além de aprimorar meus trabalhos, pois com a venda deles eu compro remédios e ajudo em casa já que a renda daqui vem apenas do roçado”.

A experiência do Centro Santa Zita gerou frutos e, entre eles a criação da Associação de artesãos do Cerro Corá. A associação foi fundada em 2010 e conta com a presença de diversas componentes do Santa Zita. Mesmo antes de se configurar como associação, o grupo realizava atividades coletivas, dentre elas a comercialização em feiras e eventos ligados ao turismo como a FIARTE, o Brasil Mostra Brasil e o artesanato na região do Seridó. A presidente relatou que tanto ela quanto as mulheres que participam do grupo iniciaram a atividade artesanal de forma profissional por não terem oportunidade de trabalho e renda. “Hoje tenho uma renda graças ao aprendizado adquirido no Centro Santa Zita”, diz a associada M.

A Economia Solidária acena como caminho possível a ser percorrido por pessoas antes excluídas do mercado de trabalho. O caso das mulheres se configura nessa perspectiva, até meados das décadas de 1970 e 1980, as mulheres não faziam parte da população economicamente ativa na sociedade brasileira. Porém, elas ganham liberdade com a entrada no mercado de trabalho e a participação na divisão das despesas domésticas.

Segundo Konder (1998, apud FOURIER, 1836) que a posição das mulheres é o melhor indicador de nível de cultura e progresso social autêntico em cada sociedade, defendendo para tanto a liberdade das mulheres, caso isso não seja levado em consideração ocorre o declínio social.

A Solidariedade é expressa em diferentes dimensões, desde a congregação de esforços mútuos dos participantes para alcance de objetivos comuns, nos valores que expressam a justa distribuição, nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes, nas relações que se estabelecem com o meio ambiente e com a comunidade local, nas relações com os outros movimentos sociais, na preocupação

com o bem-estar dos trabalhadores e consumidores, e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras (FRANÇA FILHO, 2007).

Então, por intermédio das discussões teóricas pode-se inferir que tanto a associação logoanovense, quanto o Centro Santa Zita estão no caminho para a formação de um grupo econômico solidário, pois os mesmos buscam melhorias coletivas e uma gestão participativa.

6 CARACTERIZAÇÃO DOS ATORES

A seguir, serão demonstradas as análises e interpretações dos resultados, de acordo com os objetivos propostos neste estudo, como também a natureza dos dados obtidos através da aplicação de questionário e das entrevistas realizadas, conforme detalhado nos procedimentos metodológicos. Os dados das associações e das cooperativas, objeto deste estudo, estão unificados de forma a promover uma melhor representação da caracterização da amostra, representados pelos empreendimentos de Economia Solidária situados no Roteiro Seridó que desenvolvem atividades de produção artesanal de diversas tipologias e que estão inseridos no turismo direta ou indiretamente.

Todavia, diante das realidades semelhantes, faz-se necessário descrever e demonstrar as contribuições da Economia Solidária no processo de agregação de valores e na promoção do desenvolvimento local dos atores envolvidos, bem como suas contribuições para a atividade turística.

6.1 Caracterização da amostra

Para alcançar a população deste estudo e obter informações sobre os artesãos do Seridó recorreu-se ao programa de apoio ao artesão (PROART), órgão da administração pública do Governo do Estado do RN. Após a utilização desse recurso, obteve-se o cadastro de alguns grupos do Roteiro Seridó, em seguida foram aplicados formulários junto aos presidentes dos grupos informados pelo PROART. Na oportunidade foi informado o número de membros de cada grupo, o

que levou à quantificação exata da população deste estudo, caracterizados pelos representantes e membros das cooperativas e associações do roteiro Seridó.

A população total está constituída por um número total de 953 membros, porém foram aplicados 202 questionários, dos quais 193 com os membros e 9 com os presidentes. Para efeito didático, a referida população foi dividida em 8 estratos, sendo cada um composto por um município do roteiro Seridó, entre eles: Acari – 62 membros, Caicó – 448 membros, Carnaúbas dos Dantas – 148 membros, Cerro Corá – 35 membros, Currais Novos – 90 membros, Jardim do Seridó – 75 membros; Lagoa Nova – 25 membros; Parelhas – 70 membros.

O plano amostral utilizado foi amostragem estratificada com alocação proporcional. Nessa perspectiva, a amostragem estratificada incide em decompor a população em subgrupos homogêneos para determinadas características e selecionar uma amostra em cada um deles, separadamente. Estes subgrupos não se interceptam e totalizam a população. Cada uma das subdivisões populacionais é denominada de estrato. Esse tipo de amostragem é recomendado quando se deseja obter estimativas com certa precisão para cada uma das subdivisões (COCHRAN, 1977).

A partir da aplicação dos formulários, foram obtidos os seguintes dados:

Cargo	N	%
1-Associado	102	50,5
2-Cooperado	91	45,0
3-Presidente	09	4,5
Sexo		
Masculino	05	2,5
Feminino	197	97,5
Estado civil		
Solteiro	59	29,2
Casado	112	55,4
Divorciado	20	9,9
Amasiado	01	0,5
Viúvo	10	4,9

Quadro 07 – Características dos membros representantes das cooperativas e associações do Roteiro Seridó

Fonte: Dados da pesquisa 2010/2011

Após o tratamento dos dados foram averiguados percentuais que constataam que entre os componentes deste estudo há uma predominância de

associação em detrimento das cooperativas. Isso acontece porque se tratar de qualquer iniciativa formal ou informal que reúne pessoas físicas ou outras sociedades jurídicas com objetivos comuns, visando a superar dificuldades e gerar benefícios para os seus associados. Isso quer dizer que a associação é uma forma jurídica de legalizar a união de pessoas em torno de seus interesses e que sua constituição permite a construção de condições maiores e melhores do que as que os indivíduos teriam isoladamente para a realização dos seus objetivos, caracterizando com isso a forma mais básica para se organizar juridicamente um grupo de pessoas para a realização de objetivos comuns (FABIANNE et al., 2002).

Por esse motivo, pode-se inferir que as associações são em maior número por serem organizações mais simples de serem constituídas e que atende a diversos objetivos, em especial a união de pessoas com objetivos comuns, o que proporciona o surgimento de tais organizações. Dentro desse contexto de união e força, tem-se a presença expressiva das mulheres tanto nas associações quanto nas cooperativas, chegando ao total de 97, 5%, o que corresponde a um total de 197 mulheres. Isso comprova apenas o que foi diagnosticado por estudos anteriores, entre eles o mapeamento da Economia Solidária 2005 a 2007. Para Culti (2004),

Um processo de organização coletiva como este pode transformar o papel das mulheres na sociedade como a identidade a elas relacionada, apesar de não ser um movimento ou ação coletiva apenas de mulheres. Ampliando este olhar sobre a Economia Solidária e considerando as relações sociais de gênero, vemos algo interessante, que é a grande participação das mulheres e também a expressiva presença delas como dirigentes. Entendemos que as experiências coletivas, em funções de liderança ou não, possibilitam reconhecimento e visibilidade às atividades das mulheres e a sua atuação ultrapassa a ação comumente a elas atribuída, de reivindicações sociais. Quebra-se, inclusive, a ideia de que as atividades na Economia Solidária são muito próximas do trabalho comunitário, tido como território das mulheres. São atividades de trabalho coletivo e solidário, mas não assistencialistas, ao contrário, trata-se de atividades produtivas geradoras de renda, como cooperativas e outros empreendimentos coletivos autogeridos industriais e comerciais, com forte presença das mulheres.

Dessa forma, a teoria apenas constata o que a pesquisa confirmou. Há uma predominância do gênero feminino tanto na composição dos grupos, quanto no gerenciamento dessas organizações sociais.

Em se tratando dos motivos que levaram os sujeitos a se integrarem a organizações sociais e se estes foram influenciados pelo grau de escolaridade, a Tabela a seguir mostra que em níveis baixos de escolaridade a motivação principal

foi a falta de emprego e a necessidade de comprar matéria-prima por um preço melhor, pois unidos eles têm mais poder para questionar preços e baratear o valor final dos produtos. Porém, há um equilíbrio maior quando se trata da variável complementar no tocante à renda familiar. Nesta coluna, observa-se que os sujeitos que apresentam níveis de escolaridade mais elementares até os que têm pós-graduação foram motivados a se associar tiveram uma variação baixa entre os números. Sendo assim, pode-se inferir que de maneira geral, com média 25,26%, a motivação principal foi a complementação da renda familiar, que pode ser motivada pelo fato de a maioria dos grupos serem constituídos por mulheres casadas, o que pressupõe responsabilidades a serem divididas, já que a partir do século XXI a mulher luta por direitos iguais e direito pressupõe responsabilidade, dessa forma pode-se inferir que é este o motivo que as leva a querer complementar a renda familiar.

Tabela 1 – Escolaridade verso o motivo para se integra ao grupo e o valor-p do teste Qui-quadrado³⁰

Escolaridade	Motivo para integrar os grupos (cooperativas e associações)				
	Falta emprego	Complementar Renda familiar	Matérias-primas	Outros	Valor-p
	(N) %	(N) %	(N) %	(N) %	*0,912
Sem instrução	(01) 50,0	(00) 0,0	(01) 50,0	(00) 0,0	
Fundamental incompleto	(08) 14,8	(11) 20,4	(09) 16,7	(26) 48,1	
Fundamental completo/médio incompleto	(07) 15,2	(12) 26,1	(07) 15,2	(20) 43,5	
Médio completo/superior incompleto	(06) 7,8	(22) 28,6	(14) 18,2	(35) 45,4	
Superior completo	(00) 0,0	(05) 26,3	(01) 5,3	(02) 66,7	
Pós-graduação	(23) 11,4	(50) 24,9	(32) 15,9	(96) 47,8	

Fonte: Dados da pesquisa 2010-2011

Em relação à escolha da comissão gestora, na visão de todos os presidentes tanto das cooperativas quanto das associações, a maioria afirma que suas escolhas aconteceram por meio de eleição. Comungam dessa ideia 81,6% dos membros das associações pesquisadas. Porém, quando essa pergunta foi feita aos cooperados de Caicó 52,2% destes não concordaram com o argumento proferido

³⁰ Para fazer o teste Qui-Quadrado, foi necessário agrupar as categorias da variável escolaridade, sem instrução com fundamental incompleto e superior completo com pós-graduação

pelas presidentes dos seus grupos e afirmam que elas são eleitas porque têm mais influência no grupo e dessa forma são escolhidas para representá-las.

No que se refere à participação dos membros nos grupos em seus direitos e responsabilidades, 72,9% dos associados responderam que suas participações em direitos e responsabilidades acontece na mesma proporção, são sempre iguais perante à associação.

Entretanto, no caso das cooperativas 44,9% dos entrevistados responderam que não têm seus direitos e responsabilidades garantidos na mesma proporção. Asseveram que têm mais responsabilidades do que direitos, sendo este um argumento perceptível quando remete-se à resposta dada para a formação da comissão gestora, onde os cooperados mencionam a escolha dos representantes por intermédio da influência, podendo ser política, social e econômica.

Em se tratando das sobras, muitos associados responderam que não há divisão destas, pois como a produção é individualizada, e a associação só recebe os valores das mensalidades e uma pequena porcentagem sobre as peças vendidas nas lojinhas, esse dinheiro é utilizado nas despesas, o restante fica na associação.

Assevera a associada M da Associação de Artesanato de Parelhas: “não, há divisão dos lucros, fica sempre com a associação para custear as despesas”. Perguntou-se: então quando as despesas são pagas, o restante vai para onde? Associada M responde: “vai para a conta da associação e passa de um ano para outra sempre para pagar as despesas, nunca recebemos nada”. Da mesma forma, 84,4% dos cooperados responderam que as sobras ficam na associação e que não há divisão, como pode ser observado na Tabela a seguir.

Tabela – 2 Correlações entre percepções dos membros com relação aos direitos e responsabilidade em relação aos cargos exercidos.

Análise dos cooperados e associados sobre os grupos	Cargo que exerce na cooperativa			
	Associados	Cooperados	Presidente	Valor-p
	(N) %	(N) %	(N) %	(N) %
9.Comissão gestora				
Por meio de eleição	(80) 81,6	(28) 40,6	(09) 100,0	<0,001
Mais influência	(17) 17,3	(36) 52,2	(00) 0,0	
Quem contribuiu	(01) 1,0	(05) 7,2	(00) 0,0	
10.Participação dos membros				
Sempre igualitária	(70) 72,9	(24) 30,8	(09) 100,0	<0,001
Às vezes	(15) 15,6	(19) 24,4	(00) 0,0	

Nunca	(11) 11,5	(35) 44,9	(00) 0,0	
13. Sobras (Lucros)³¹				
Divide entre os membros	(01) 1,0	(02) 3,1	(00) 0,0	
Fica com a associação	(63) 64,9	(54) 84,4	(01) 11,1	
Volta para os membros	(17) 17,5	(02) 3,1	(00) 0,0	<0,001
As sobras são individuais	(12) 12,4	(03) 4,7	(04) 44,4	
Outros	(04) 4,1	(03) 4,7	(04) 44,4	

Fonte: Dados da pesquisa 2010-2011

Por intermédio da discussão teórica proferida por FABIANNE (et al., 2002), na qual ela afirma que

a Lei 5764-71 no artigo 4º item VII, estabelece que o retorno das sobras líquidas do exercício será proporcional às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembleia. Por isso, as sobras e/ou perdas devem ser levadas à apreciação da Assembleia, constando de item específico da ordem do dia. Destinação das sobras: pagas ao associado na proporção das operações; capitalização na conta capital do associado, na proporção das respectivas operações; destinadas a um fundo indivisível.

pode-se perceber que as relações entre os sujeitos das cooperativas de bordado do Roteiro Seridó apresentam laços fracos no que diz respeito aos princípios que norteiam as cooperativas em se tratando das sobras. Pois as mesmas só participam aos seus sócios as decisões, não há assembleia para decidir o que fazer com as sobras, ficando estas na associação sem que haja o consentimento dos membros. Como afirma cooperada M: “só existe assembleia anualmente e é para o Conselho Fiscal”. Ou também na fala da cooperada M: “ela é quem dita tudo, só quem tem vez é as bichonas”.

Entretanto, não pode-se inferir que essa forma de se posicionar das cooperativas não tenha sido acordada em assembleia, mas pelo que foi relatado por diversos membros, não há uma participação efetiva dos associados nas tomadas de decisões, pois vários não concordam com a forma com que é conduzida a gestão da cooperativa, pois a opinião deles não é levada em consideração.

Quando à teoria, reporta-se à palavra autonomia em relação aos grupos associativos ou cooperativos, tem-se a intenção de perceber quão se faz presente a

³¹ A expressão lucro foi usada entre parênteses porque ao se aplicar a pesquisa piloto observou-se que a maioria dos representantes dos grupos não sabiam o que significava a palavra sobras no contexto de suas atividades. Percebeu-se, então, a necessidade de colocar entre parênteses a palavra lucro e sempre que eram aplicados os questionário, era esclarecido para os entrevistados a diferença entre os termos.

autogestão, prática esta desenvolvida para proporcionar aos sujeitos das organizações sociais o direito de decidir coletivamente independente dos mesmos terem ou não contribuído com valores vultosos na gestão financeira dos grupos. Essa perspectiva de gestão coloca os sujeitos no mesmo grau de valorização, pois no grupo ao qual ele pertence o seu poder de decisão é igual ao de todos do grupo (SINGER, 2001). Dessa forma, perguntamos aos associados, aos cooperados e aos presidentes se a autonomia para tomada de decisão está presente nas organizações às quais eles estão vinculados.

Analisando as réplicas no quesito autonomia, percebe-se que há convergência nas respostas dos associados no que se refere às decisões cotidianas do empreendimento relacionadas às categorias: compra de matéria-prima, venda de produtos e capacidade de decisão coletiva. Para essas categorias, foram atribuídas as seguintes notas: 58,7% dos Associados entrevistados afirmaram que sempre tem autonomia para realizar a compra de matéria-prima para a realização de suas atividades e que não são obrigados a comprar via associação. Do mesmo modo, afirmaram que se elas conseguirem preço mais em conta, podem realizar as compras para a associação mesmo sem a presença dos representantes legais, pois é concedida a elas autonomia.

Porém, quando perguntados sobre a autonomia para realizações de pagamentos nos grupos, 86,2% dos associados e 71,4% dos cooperados responderam que nunca têm autonomia para realizar pagamentos nos grupos e que essa atividade compete à comissão gestora dos grupos. Entretanto, não foi essa a resposta dada por 50% dos presidentes dos grupos envolvidos, elas afirmam que os membros de tais organizações podem realizar pagamentos na ausência dos responsáveis por tais atividades.

Porém, no que se refere aos cooperados, essa autonomia não se faz presente na opinião de 60% dos entrevistados, eles afirmam que na cooperativa quem manda é as presidentes, elas é quem escolhem onde vão comprar a matéria-prima e por qual preço vão vender para os cooperados; o mesmo acontece com a venda dos produtos que serão comercializados nas feiras, ou seja, onde e qual o preço que serão ser vendidas as peças. Por essa razão, diversos cooperados relataram que não fazem parte da cooperativa, pois não se sentem motivados a participar das atividades, administrativas e comerciais da associação.

Entretanto, na percepção de 77,8% dos presidentes, o grupo tem autonomia para comprar matéria-prima, no caso de ser mais barata do que o preço comercial. O mesmo percentual de entrevistados respondeu que os integrantes dos grupos sempre têm autonomia para vender seus produtos em qualquer lugar. Com relação a esses dois tópicos, pode-se inferir que essa autonomia referida pelos presidentes diz respeito à compra e venda de produtos confeccionados individualmente. Porém, segundo os associados essa autonomia não é revertida quando se trata de aquisição e comercialização coletiva de matéria-prima e produtos respectivamente.

A variável autonomia no tocante à efetivação de pagamentos e tomada de decisão, também foram bem avaliados pelos presidentes das cooperativas de bordado e das associações de artesanato do Roteiro Seridó pesquisadas, com respectivamente 50,0% e 87,5 das respostas. A variável respondida pelos gestores que melhor se aproximam entre as respostas dos presidentes em relação aos representados é a que se refere à autonomia para tomada de decisão, pois as respostas dos associados 85,1% e as dos presidentes 87,5 são equivalentes.

Pode-se inferir que essa proporção é mais evidente entre as associações e seus representantes, pois nessas organizações há participação coletiva para as tomadas de decisões. Nesse sentido, todos têm vez e voz independente da contribuição financeira e social que cada componente desempenha na organização.

Após ponderar os resultados no que diz respeito à autonomia nos grupos que compõem o Roteiro Seridó, pode-se constatar que a mesma se faz presente em escalas maiores nas associações, onde pode se perceber o que a teoria expõe como pressuposto para quem trabalha nas perspectivas da autogestão como pode-se observar na fala a seguir:

É a orientação para um conjunto de práticas democráticas, participativas nas decisões estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, sobretudo no que se refere à escolha de dirigentes e de coordenação das ações nos seus diversos graus de interesses, nas definições dos seus processos de trabalho, nas decisões sobre a aplicação e distribuição dos resultados excedentes (SINGER, 2001).

Tabela 3 – Autonomia para tomar decisões segundo cargo que exerce na cooperativa e o valor-p do teste de Fisher

Autonomia em decisões	Cargo que exerce na cooperativa			Valor-p
	Associados	Cooperados	Presidente	
	(N) %	(N) %	(N) %	
12.1.Compra (de matéria prima)				
Sempre	(54) 58,7	(17) 22,1	(07) 77,8	<0,001
Às vezes	(02) 2,2	(09) 11,7	(02) 22,2	
Nunca	(36) 39,1	(51) 66,2	(00) 0,0	
12.2.Venda dos produtos				
Sempre	(72) 76,6	(22) 29,3	(07) 77,8	<0,001
Às vezes	(05) 5,3	(12) 16,0	(02) 22,2	
Nunca	(94) 18,1	(41) 54,6	(00) 0,0	
12.3.Pagamentos				
Sempre	(10) 10,6	(12) 15,6	(04) 50,0	0,003
Às vezes	(03) 3,2	(10) 13,0	(01) 12,5	
Nunca	(81) 86,2	(55) 71,4	(03) 37,5	
12.4.Capacidade de decisão				
Sempre	(80) 85,1	(15) 19,5	(07) 87,5	<0, 001
Às vezes	(06) 6,4	(17) 22,1	(01) 12,5	
Nunca	(08) 8,5	(45) 58,4	(00) 0,0	

Fonte: dados da Pesquisa 2010-2011

Também tomando como embasamento a discussão dos teóricos, pode-se afirmar que a relação entre os cooperados e seus dirigentes apresenta uma correlação fraca no que diz respeito às práticas democráticas, participativas nas decisões estratégicas para a autogestão e interesse coletivos.

Para efeito deste estudo, a ligação da Economia Solidária com o Turismo é a produção do artesanato. Nesse sentido, a teoria assevera que a turistificação é entendida como uma oportunidade do fazer local ter mais participação nas divisas oriundas da atividade turística.

Para que se possa enfrentar a competitividade externa, faz-se necessário o fortalecimento da população local e, para tanto, se prima pelo desenvolvimento endógeno ou local, que pode ser compreendido como sendo um processo interno de ampliação continuada de agregação de valor na produção, bem como da capacidade de absorção da região (MARTINELLI; JOYAL, 2004).

Desse modo, a pesquisa procurou investigar junto aos membros dos grupos (associações e cooperativas), bem como aos seus representantes, se a produção de seus grupos eram direcionadas também para o mercado turístico e 94,3% dos mesmos responderam que sim, seus produtos eram também destinados para o mercado turístico.

Os sujeitos desta pesquisa responderam também que comercializavam em feiras e eventos ligados ao turismo como a feira Brasil Mostra Brasil e a FIARTE, além de participarem de feiras e eventos no próprio município, como também em outros municípios brasileiros.

Foram questionados também a respeito da participação dos grupos no turismo de suas localidades e como esta ocorre. Dessa forma, 90,8% dos entrevistados responderam que os grupos participam das atividades turísticas de suas localidades e 84,1% afirmaram que vendem seus produtos, souvenir³², para os turistas e 15,9% dos mesmos responderam que também vendem seus produtos para equipamentos turísticos como hotéis, bares e restaurantes.

Ao serem questionados sobre as dificuldades que enfrentam ao trabalharem com o mercado turístico, a maioria deles, 38,3%, responderam que a maior dificuldade enfrentada pelos grupos é a divulgação de seus produtos, quer dizer os grupos, exceto os de Caicó, pois a imagem do município quanto referência nacional na produção de bordados é consolidada.

Entretanto, mesmo com relação a Caicó, os entrevistados afirmaram ter dificuldades não com a divulgação, mas com o acesso ao mercado, pois para participarem das feiras e eventos, é preciso pagar altos valores pelos estandes onde irão expor seus produtos. É por esse motivo que os mesmos dificilmente expõem os artigos na Feira de Artesanato dos Municípios do Seridó (FAMUSE), pois o valor pago pelos estandes é muito alto, variando de R\$ 3.000 a R\$ 5.000, conforme relato da cooperada M: “só quem pode são as bichonas elas nós compram o bordado e os revendem a preços altíssimos”.

³² Um souvenir ou *souvenir* (do francês, para lembrança) é um objeto que resgata memórias que estão relacionadas ao destino turístico. Objeto que caracteriza determinado lugar e que é vendido como lembrança, principalmente a turistas.

Tabela 4 – Frequência das variáveis/Estatística descritiva

Variável	N	%
Q.17.Mercado turístico		
(1) sim	182	94,3
(2) não	11	5,7
Q.18.Setor turístico		
(1) sim	177	90,8
(2) não	18	9,2
Q.19.Atividade turística Localidade		
Q.19.1(1) Vendas hotéis	41	15,9
Q.19.2(2) vendas turistas	169	84,1
Q.19.2(3) Prestação Serviço hotéis	00	0,0
Q.19.4(4) Prestação Serviço/turistas	00	0,0
Q.20 Maiores dificuldades		
(1) Acesso ao mercado	57	32,6
(2) divulgação	67	38,3
(3) competitividade	41	23,4
(4) Outros	10	5,7

Fonte: Dados da pesquisa 2010-2011

Questionou-se também juntos aos associados, cooperados e presidentes se suas vidas melhoraram após a inserção dos mesmos nos grupos. Para tanto, foram analisados as respostas dadas pelos sujeitos desta pesquisa.

Nessa perspectiva, a Tabela 6 apresenta os resultados do Teste de Fisher, realizado para testar a associação entre as variáveis de qualidade de vida e o cargo que exerce nas organizações, ao nível de significância $\alpha = 5\%$, há evidências de que exista associação entre as variáveis melhorias socioeconômicas: saúde, educação formal e capacidade técnica, Integração familiar e social, segurança, lazer, Participação política³³ e preocupação com os aspectos ambientais do seu município com o cargo que exerce na cooperativa.

³³ Quando se fez referência à participação política nesta pesquisa, foi esclarecido aos entrevistados que a mesma não dizia respeito à política partidária e sim o exercício da cidadania, ou seja, se o sujeito sabe de seus direitos e dessa maneira cobra questiona e participa ativamente do cotidiano de sua cidade, reivindicando seus direitos e cumprindo com suas responsabilidades.

Tabela 5 – Melhorias da qualidade de vida segundo cargo que exerce na cooperativa e o valor-p do teste de Fisher

Qualidade de vida	Cargo que exerce na cooperativa			
	Associados	Cooperados	Presidente	Valor-p
	(N) %	(N) %	(N) %	
21.1.Saúde				
Piorou	(07) 7,2	(23) 25,6	(00) 0,0	
Permaneceu (não mudou)	(42) 43,3	(55) 61,1	(05) 55,6	<0,001
Melhorou	(48) 49,5	(12) 13,3	(04) 44,4	
21.2.Condições alimentares				
Piorou	(01) 1,0	(04) 4,4	(00) 0,0	
Permaneceu	(46) 47,4	(46) 51,1	(02) 22,2	0,231
Melhorou	(50) 51,5	(40) 44,4	(07) 77,8	
21.3.Condições de trabalho				
Piorou	(06) 6,2	(07) 7,9	(00) 0,0	
Permaneceu	(26) 27,1	(36) 40,4	(01) 11,1	0,131
Melhorou	(64) 66,7	(46) 51,7	(08) 88,9	
21.4.Educação formal e capacidade técnica				
Piorou	(03) 3,1	(02) 2,2	(00) 0,0	
Permaneceu	(19) 19,6	(59) 65,6	(05) 55,6	<0,001
Melhorou	(75) 77,3	(29) 32,2	(04) 44,4	
21.5.Integração familiar e social³⁴				
Piorou	(02) 2,1	(02) 2,2	(00) 0,0	
Permaneceu	(29) 29,9	(56) 62,2	(03) 33,3	<0,001
Melhorou	(66) 68,0	(32) 35,6	(06) 66,7	
21.6.Habitação³⁵				
Piorou	(04) 4,2	(02) 2,2	(00) 0,0	
Permaneceu	(49) 51,6	(53) 58,9	(04) 44,4	0,702
Melhorou	(42) 44,2	(35) 38,9	(05) 55,6	
21.7.Segurança				
Piorou	(02) 2,1	(09) 10,0	(00) 0,0	
Permaneceu	(60) 62,5	(61) 67,8	(03) 33,3	0,009
Melhorou	(34) 35,4	(20) 22,2	(06) 66,7	
21.8.Lazer				
Piorou	(04) 4,1	(06) 6,7	(00) 0,0	
Permaneceu	(42) 43,3	(60) 66,7	(04) 44,4	0,005
Melhorou	(51) 52,6	(24) 26,7	(05) 55,6	
21.9 Participação política³⁶				
Piorou	(06) 6,3	(10) 11,2	(00) 0,0	
Permaneceu	(48) 50,5	(62) 69,7	(05) 55,6	0,006
Melhorou	(41) 43,2	(17) 19,10	(04) 44,4	
21.10.Preocupação com os				

³⁴ Estado civil, contatos com amigos e parentes.

³⁵ Número de pessoas por cômodo, amenidades (conforto doméstico).

³⁶ Capacidade de apresentar demandas e reclamações.

aspectos ambientais do seu município				
Piorou	(03) 3,1	(16) 18,2	(00) 0,0	
Permaneceu	(30) 30,9	(44) 50,0	(03) 33,3	<0,001
Melhorou	(64) 66,0	(28) 31,8	(06) 66,7	
21.11. Acesso a financiamento				
Piorou	(02) 2,1	(06) 6,7	(00) 0,0	
Permaneceu	(44) 45,4	(29) 35,6	(02) 22,2	0,180
Melhorou	(51) 52,6	(54) 60,7	(07) 77,8	
21.12. Acesso ao consumo				
Piorou	(03) 3,1	(02) 2,2	(00) 0,0	
Permaneceu	(35) 36,5	(39) 43,3	(03) 33,3	0,839
Melhorou	(58) 60,4	(49) 54,4	(06) 66,7	
2113.. Acesso a informação				
Piorou	(02) 2,1	(01) 1,1	(00) 0,0	
Permaneceu	(19) 19,6	(31) 34,4	(02) 22,2	0,184
Melhorou	(76) 78,3	(58) 64,4	(07) 77,8	

Fonte: dados da pesquisa 2010/2011

No que se refere à variável saúde, 49,5% associados responderam que houve melhorias após a adesão ao grupo. Ao se associarem, eles passam a contar com convênios médicos firmados através da parceria das associações com clínicas médicas, como é o caso da Associação de Moradores de Carnaúba dos Dantas, que presta assistência aos sócios por meio de parcerias. Já no caso dos cooperados, 61,1% responderam que nesse aspecto não houve nenhuma modificação com relação a mudanças na saúde, seja ela assistencial ou preventiva.

Concomitante ao pensamento dos cooperados, 55,6% dos presidentes afirmaram não haver mudanças no que diz respeito às melhorias da saúde individual e coletiva dos sujeitos dos grupos. Afirmam que nesse aspecto não houve mudanças significativas entre o antes e o depois do ingresso delas nas associações. Porém, 44,4% dos presidentes responderam que a saúde dos sócios melhorou, pois o fato de participarem de atividades coletivas proporcionou a elas uma interação social e economia, melhorando, com isso, a autoestima e por consequência a saúde e o bem-estar.

A viável condição alimentar foi respondida por 51,5% dos sócios. Estes que houve melhorias nas condições alimentares após adesão ao grupo, neste caso também pode-se inferir que tais melhorias são ocasionadas, pois as associações têm parcerias com o projeto Mesa Brasil, que distribui alimentos não perecíveis para grupos e organizações por todo Brasil; as instituições beneficiadas repassam para os seus sócios os produtos recebidos, contribuindo, dessa forma, para a melhoria

das condições alimentares dos membros dos grupos. Comungam desse argumento 77,8% dos presidentes quando afirmam que as condições alimentares dos membros melhoraram, não só pelo fato da parceria com o projeto do Mesa Brasil, mas também pela inserção dos sócios em uma atividade produtiva da qual podem tirar seu sustento ou ao menos contribuírem com as despesas domésticas.

Entretanto, os cooperados pensam diferente, 51,1% afirmam que suas condições alimentares não sofreram modificações pelo fato de terem se associado às cooperativas e, se houve mudanças, estas foram proporcionadas por serem bordadeiras, pois é dessa atividade que tiram o sustento de suas famílias.

Quando questionados sobre as condições de trabalho, 66,7% dos associados, 51,7% dos cooperados e 88,9% dos presidentes responderam que houve melhorias significativas nesse aspecto, pois em todos os grupos sempre há cursos de aprimoramento para as técnicas já trabalhadas, bem como o aprendizado de novas técnicas e tipologias. Nesse sentido, pode-se constatar que os grupos levam em consideração um dos princípios básicos do trabalho solidário (SOUZA, 2010), sendo esta uma aprendizagem permanente e contínua.

Os grupos de modo geral apresentam algumas características das organizações econômico-solidárias, os laços ora fracos ora fortes existentes em diferentes proporções, como é o caso das cooperativas de Caicó, que apresentam mais características das organizações capitalistas do que propriamente ditas da Economia Solidária.

Para a variável integração social e familiar, foi perguntado para os sujeitos da pesquisa se após a adesão aos grupos a relação familiar e a integração com a sociedade (amigos, vizinhos) sofreu alguma mudança, 68,0% dos associados e 66,7% dos presidentes afirmaram que as suas relações sociais e familiares sofreram melhorias significativas, pois a partir do convívio com o grupo passaram a se relacionar bem com seus entes, como também no ambiente social. Porém, diferentemente do pensamento dos presidentes e associados, 62,2% dos cooperados disseram que a relação social e familiar permaneceu a mesma não sendo alterada pelo fato de estarem vinculados ao grupo.

Para a variante habitação, foram feitos os seguintes questionamentos: após a inserção no grupo, a sua moradia sofreu alguma alteração? Tanto os associados quanto os cooperados afirmaram que as suas moradias permaneceram

as mesmas, chegando a um percentual de 51,6% e 58,9%, pois os recursos financeiros não foram suficientes para tal melhorais.

Entretanto, outros grupos também formados por associados e cooperados responderam que houve melhorias significativas em suas habitações, concordando com os relatos feitos por 55,6% dos presidentes afirmaram ter feito melhorias em suas casas, como relata a presidente da AJA: “a minha casa não tinha banheiro acoplado à residência e com as melhorias nas vendas proporcionadas pela participação na associação, hoje estou reformando a minha casa”.

Para o item segurança foram feitos os seguintes esclarecimentos: vale ressaltar que a segurança aqui questionada trata tanto da segurança (relacionada a assaltos, roubos à moradia) quanto à segurança de vida, ou seja, se no momento o sujeito se sente seguro nos aspectos relacionados à realização de uma compra de medicamentos, por exemplo, e ao final do mês, saber que pode contar com um dinheiro certo para honrar com suas despesas.

Nessa perspectiva, 62,5% dos associados e 67,8% dos cooperados responderam que não, a segurança de vida não sofreu alteração, tudo permaneceu o mesmo. Já 66,7% dos presidentes afirmam que houve mudanças significativas no que diz respeito à segurança, tanto de vida quanto nas suas moradias. Pode-se inferir que as melhorias nas moradias proporcionaram, além de conforto, segurança.

No item lazer, foi feito o seguinte questionamento: a inserção no grupo proporcionou a vida de vocês modificação quanto aos aspectos recreação e cultura/ tempo de lazer ou viagens de férias? Mediante ao questionamento, 52,6% dos associados e 55,6% dos presidentes responderam que também nesse aspecto houve melhorias principalmente no que se refere aos momentos de recreação e tempos de lazer, como pode-se perceber por meio da verbalização da associada M: “nas reuniões e as atividades que desenvolvemos juntas nos proporcionam muitos sorrisos, brincadeiras e alegria, além das feiras e eventos que participamos, pois quase sempre acontece em outros municípios e nós podemos conhecer e vivenciar momentos únicos”.

Contrário a esses argumentos, 66,7% das cooperadas de Caicó responderam que os aspectos relacionados ao lazer não sofreram modificações após a inserção delas ao grupo, pois não convivem coletivamente nem tão pouco realizam viagens coletivas para feiras e evento, pois sempre são as mesmas pessoas que as representam em feiras e eventos.

Entretanto, 26,7% das mesmas cooperadas responderam que a inserção ao grupo melhorou quanto aos momentos de lazer, pois conseguiram fazer a carteirinha do SESC (Serviço Social do Comércio), como se pode observar através da fala da cooperada M: “pois oferecem serviços diversos dentre eles: parque aquático e esportivo, que podemos frequentar nos fins de semana e praticarmos esportes na semana como hidroginástica”.

Quanto à variável participação política, foram feitos os seguintes esclarecimentos: esta pergunta não quer saber sobre a participação partidária e sim a capacidade de discutir questões relacionadas ao grupo, ou seja, se eu sei meus direitos eu cobro, questiono e reivindico. Esses aspectos sofreram modificação após inserção de vocês ao grupo? Dessa forma, 50,5% das associadas, 69,7% das cooperadas e 55,6% das presidentes responderam que suas participações nesse aspecto não sofreram modificações tudo permaneceu na mesma.

Nesse sentido, pode-se inferir que em sua maioria os grupos não possuem o hábito de reivindicar ou questionar melhorias para si ou para o grupo, mesmo não concordando com certas resoluções internas ou externas. Mesmo não sendo maioria, 4,32% dos associados e 44,4% dos presidentes afirmam que a participação políticas deles melhorou significativamente após a inserção ao grupo, pois as mesmas passaram, a saber, dos seus direitos e também dos deveres com isso cobram e questionam mais. Como pode-se constatar por meio da fala da associada M: “quando não concordamos com algo, levamos para a reunião e questionamos, pois sabemos que temos direito e por isso cobramos”.

Com relação à variável preocupação com os aspectos ambientais do seu município, foram feitas as seguintes perguntas: No seu dia a dia vocês se preocupam e agem com relação à poluição das águas, das ruas, com o desmatamento a redução do consumo de energia? E também, se essa preocupação se reflete na produção de vocês reutilizando matéria-prima reciclando, ou reaproveitando? Para 66,0% associados e 66,7% dos presidentes dos grupos afiançaram que após a adesão ao grupo o comportamento com relação aos aspectos ambientais melhorou, isso fez com que os sujeitos passassem a utilizar em suas produções o reaproveitamento de material para confeccionar fuxico, *petwork*, colares e diversas peças feitas com retalho, pois aprenderam novas técnicas e tipologias, já 50,0% dos cooperados relataram que suas preocupações com os

aspectos ambientais do município permaneceram o mesmo, pois já eram atentos a esses aspectos.

Quanto à variável acesso ao financiamento, foi feita a seguinte pergunta: após a adesão ao grupo, o acesso ao financiamento sofreu alguma alteração? Dessa forma, 52,6% dos associados, 60,7% dos cooperados e 77,8% dos presidentes afirmaram que houve melhorias significativas com relação ao acesso ao financiamento. Inclusive esse foi o principal motivo que levou muitos dos profissionais do bordado a se associarem às cooperativas de Caicó, pois esta era condição *sine qua non* para a obtenção do crédito, pois para receber o direito ao financiamento era necessário ser sócia; por isso muitos o fizeram só com esse fim. Por esse motivo, com relação a diversas variáveis dessa pesquisa, os cooperados responderam que não houve melhoria, pois não existe participação no grupo.

Como pode ser observado na verbalização da presidente P: “são sócios só por necessidade de crédito”, essas melhorias no acesso ao financiamento se devem ao programa AGROAMIGO do Banco do Nordeste, que concede crédito aos artesãos vínculos a associações ou cooperativas de artesanato em suas diversas tipologias.

Com relação à variável acesso ao consumo, foram feitos os seguintes questionamentos à inserção aos grupos impulsionou alguma mudança no consumo pessoal, familiar ou doméstico? Sendo assim, 60,4% dos associados, 54,4% dos cooperados e 66,7% dos presidentes disseram que houve melhorias no consumo, pois muitos grupos firmam convênios com diversas lojas na cidade e quem é sócio tem descontos levando ao consumo de diversos produtos no comércio local.

As cooperativas de Caicó revendem os produtos a preços abaixo do mercado, como linhas, toalhas e tecidos para a confecção de bordados. Dessa forma, alguns cooperados denunciam ser mais vantajoso, pois os preços são abaixo do mercado. Segundo a cooperada M: “Compro na cooperativa, pois os preços são melhores e tem prazo bom para pagar”.

No que diz respeito ao acesso à informação, foi feito o seguinte questionamento: após adesão ao grupo, as informações com relação a eventos, a cursos, a financiamento e atividade ligados ao artesanato tiveram alguma mudança na opinião de vocês? Nesse sentido, 78,3% dos associados, 64,4% dos cooperados e 77,8% dos presidentes responderam que houve melhorias após a adesão, a informação chega mais rápida para os sócios, como pode-se observar através do

discurso da cooperada M: “sempre que vai haver reunião ou novo curso, elas colocam na rádio para que todas fiquem sabendo, sobre cursos, pedidos, feiras, eventos ou qualquer benefício para a gente”.

Então, por intermédio das discussões teóricas segundo Herculano (1998, s/p)

"qualidade de vida" seja definida como a soma das condições econômicas, ambientais, científico-culturais e políticas coletivamente construídas e postas à disposição dos indivíduos para que estes possam realizar suas potencialidades: inclui a acessibilidade à produção e ao consumo, aos meios para produzir cultura, ciência e arte, bem como pressupõe a existência de mecanismos de comunicação, de informação, de participação e de influência nos destinos coletivos, através da gestão territorial que assegure água e ar limpos, higidez ambiental, equipamentos coletivos urbanos, alimentos saudáveis e a disponibilidade de espaços naturais amenos urbanos, bem como da preservação de ecossistemas naturais.

Dessa forma, pode-se inferir de modo geral que os grupos (cooperativas e associações) do Roteiro Seridó encontram-se em processo de construção e agregação de valor para a melhoria da qualidade de vida dos sujeitos envolvidos neste espaço, pois mesmo que não apresentem laços fortes em todos as variáveis propostas pelo modelo de Herculano, pode-se perceber pelos discursos que os sujeitos são favorecidos pelas inserções nos grupos, como também pelo contexto social e econômico favorável em que se encontra o Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste instrumento de pesquisa, pode-se responder os questionamentos iniciais, onde buscou-se entender como a Economia Solidária através do cooperativismo e associativismo, em parceria com as atividades voltadas para o turismo, contribuíram para melhorar as condições sociais e econômicas dos artesãos do Roteiro Seridó?

Entretanto, foi preciso delinear os caminhos a ser percorrido, o primeiro passo foi a identificação das cooperativas e associações existentes no Roteiro Seridó/RN relacionadas de forma direta ou indireta ao setor turístico. Dessa forma, foram identificados 11 grupos, sendo duas cooperativas de bordado no município de Caicó e as nove espalhadas em sete cidades, estando distribuídas da seguinte forma: uma associação de artesanato em Cerro Corá e uma em Lagoa Nova. Ambas trabalham com tipologias variadas em especial com reaproveitamento de matérias. Três associações em Currais Novos que trabalham com diversas tipologias, mas o carro chefe é o bordado à mão e à máquina, além da culinária regional.

Parelhas conta com uma associação de artesanato que realiza trabalhos especializados em redes, panos de prato e bonecas. Em Carnaúba dos Dantas tem uma associação de moradores que divide suas atividades entre a assistência social e a produção de arte e cultura e confecção de artesanato. Em Acari existe um grupo que trabalha com tipologias, dentre elas fuxico, tricô, redes, bonecas, bordados à máquina. Em Jardim do Seridó, assim como Caicó, a principal atividade da associação é a produção de bordado à máquina.

O passo seguinte foi executado quando se mensurou as contribuições geradas e o grau de melhoria das condições socioeconômicas dos que presidem esses grupos, bem como dos cooperados e associados após adesão a tais organizações. Constatou-se que houve diversas melhorias no que se refere às associações com destaque para as condições de trabalho, acesso ao consumo, acesso à informação e acesso ao financiamento para as cooperativas. Essas variáveis foram as que tiveram as melhores avaliações por todos os sujeitos envolvidos.

Entretanto, pode-se perceber que as melhorias socioeconômicas foram melhor percebidas pelos associados e presidente de tais grupos do que polos

cooperados. Conclui-se, então, que este fato é ocasionado pela participação ativa dos associados nos grupos, facilitando, dessa forma, o processo de construção do desenvolvimento dos membros das associações, que além dos itens com crédito, consumo e condições de trabalho afirmaram que os aspectos lazer, preocupação com os aspectos ambientais do seu município, educação formal e capacidade técnica, além da integração familiar e social sofreram modificações positivas após a adesão ao grupo.

O terceiro e último passo foi alcançado quando identificou-se as formas pelas quais o turismo e a Economia Solidária contribuem para a inclusão socioeconômica dos atores envolvidos. Dessa forma, conclui-se que a inserção dos artesãos nas associações e cooperativas de forma geral tem contribuído para a inclusão destes sujeitos.

Percebe-se, então, que a Economia Solidária associada à produção da arte local, ou seja, do artesanato local, pode fazer o elo entre a simbologia da arte local e a melhoria dos aspectos sociais e econômicos dos envolvidos nestes processos, como foi identificado pela pesquisa feita por esta dissertação com os membros das associações e cooperativas do Roteiro Seridó.

Essa pesquisa demonstrou que os grupos econômico-solidários, em sua maioria, eram formados por produtores de artesanato em diversas tipologias dentre elas: o bordado à mão, à máquina, além das produções de peças feitas em retalho, redes, argila, cestarias, biscoito, pedras e madeira. Através de entrevista e questionário, constatou-se que os membros desses grupos, por meio da inserção de seus produtos no mercado consumidor, as melhorias obtidas não estavam relacionadas somente aos aspectos econômicos, mas também a ganhos subjetivos como a melhoria da saúde e da capacitação técnica, relacionada a cursos e oficinas ligados ao artesanato e à comercialização de seus produtos. Outro ponto fundamental, mencionado pelos entrevistados, foi o simples fato de fazer parte de uma atividade laboral e rentável, o que permite contribuir com as despesas domésticas.

É pertinente refletir sobre a necessidade de melhor articulação dos produtores por meio das associações e cooperativas para que seus produtos obtenham melhor expressividade no mercado local regional e global, o que sugere novos canais de comercialização, pois o que foi observado tanto pela pesquisa realizada pelo Banco do Nordeste quanto por esta dissertação, é que uma das

principais dificuldades enfrentadas pelos grupos é a comercialização de seus produtos, que perdem valor ou são comercializados a preços reduzidos em relação aos que normalmente são vendidos em feiras e eventos na capital do Estado, em especial pelos atravessadores, superfaturando essas mercadorias, em eventos realizados em especial para os turistas que nela se encontram.

As contribuições deste estudo para a sociedade apontam para o retrato de uma cadeia produtiva fragilizada que necessita de mecanismos de ligação para que o grupo possa comercializar seus produtos sem a presença dos atravessadores, interposto que proporciona o enriquecimento de poucos e a fragilização de uma atividade cultural e econômica que sustenta diversas gerações que dependem da atividade produtiva do bordado, como é o caso das bordadeiras de Caicó.

O estudo também constatou que os grupos, em sua maioria, apresentam laços fracos em relação à Economia Solidária, necessitando da intervenção de entidades públicas ou privadas para fomentar as ideias e melhorar as relações já concretizadas. Estas podem vir a ser uma das atividades desenvolvidas pela incubadora de tecnologias sociais do Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES), da Unidade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte/Campus Caicó.

Para a comunidade acadêmica, o estudo proporcionou novas inquietações a serem trabalhadas posteriormente, como a necessidade da presença de projetos de extensão na cadeia produtiva do artesanato para a região do Seridó.

O presente estudo apresentou as seguintes limitações: dificuldade de identificar os atores da pesquisa, pesquisa de campo, pois a distância inviabilizou a ida mais de duas vezes aos locais de pesquisa, deixando algumas lacunas não identificadas na aplicação do questionário.

Sendo assim, encaminha-se para pesquisas futuras a necessidade de estudar os gêneros na Economia Solidária, as contribuições das incubadoras do processo de consolidação dos grupos incubados e o nível de exploração dos artesões pelos atravessadores e comerciantes.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Geraldo Medeiros. Turismo, desenvolvimento local e integração regional. In: SEABRA, Giovanni (Org). *Turismo de base local: identidade cultural e desenvolvimento regional*. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 2007.

ALVES, Flávia Keller; FALK, Vanessa Cristina Venzke; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. *Arranjo socioprodutivo de base comunitária: interconectando o turismo comunitário com redes de comércio justo*. Disponível em: <<http://www.sits2008.org.br/oktiva.net/1893/secao/16333>>. Acesso: 18 abr. 2008.

ALBUQUERQUE, P. Associativismo. In: CATTANI, A. (Org). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.

AQUINO, Cássio Adriano Braz; MARTINS, José Clerton de Oliveira. Ócio, lazer e tempo livre na sociedade do consumo e do trabalho. In: *Mal-Estar Subj.* v. 7 n. 2, Fortaleza, set. 2007

ANTEAG. Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão Disponível em: em<http://www.anteag.org.br/index.php?option=com_content&task=section&id=5&Itemid=84> Acesso: 9 Maio 2008.

ARAÚJO, Tânia Barcelar de. Rio Grande do Norte: a contribuição da experiência do Seridó. In: *Brasil, o desafio da diversidade: experiência de desenvolvimento regional*. Natal: SENAC, (2005).

_____; MEDEIROS, Adriana Paula de. *Bordado de Caicó: uma etnografia da prática dos bordados e da trajetória das bordadeiras do município de Caicó – RN*. 92 f. Natal, 2009 Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Departamento de Antropologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

ARCOVERDE, Ana Cristiana Brito. LEÃO, Éder Lira de Souza. DIAS, Thiago Ferreira. (Org.). *Economia popular solidária em Pernambuco*. Recife: NECSO, 2007.

BANCO DO NORDESTE. *Ação para o desenvolvimento do artesanato do Nordeste*. 2. ed. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2002.

BRANDÃO, Pamela de Medeiros. *Contribuições ao desenvolvimento turístico local sustentável: a dimensão sociocultural na perspectiva da sociedade natalense*. Natal-RN, 2006. 159 f. Natal, 2005 Monografia (Graduação em Turismo) – Departamento de Ciências Administrativas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

BARRETTO, Margarita. *Cultura e turismo: discussões contemporâneas*. Campinas, SP: Papirus, 2007. (Coleção Turismo).

BATISTA, Iracema Nogueira. *O Bordado artesanal de Caicó: as relações de produção*. Natal, 1998.

BAUMAN, Zygmunt Zygmunt. *Globalização as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1999.

BOURDIEU, Pierre. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BURKE, Peter. *Cultura popular na idade moderna*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BURSZTYN, Ivan. *Políticas públicas de turismo visando à inclusão social*. Dissertação de Mestrado, UFRJ, 2005. Disponível em: <<http://www.sits2008.org.br/oktiva.net/1893/secao/16333>>. Acesso: 18 abr. 2008.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede - a era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CENTRO DE REFERÊNCIA CULTURAL. *Caderno de cultura*. Fortaleza, 1979. Ano I, n. 01.

Cochran WG. *Sampling Techniques*, 3rd Edition. New York: John Wiley & Sons; 1977.

CONSELHO MUNDIAL DE VIAGENS E TURISMO (WTTC). *Tourism satellite accounting*. Disponível em: <[http://www.wttc.org/eng/tourism research/tourism satellite accounting](http://www.wttc.org/eng/tourism%20research/tourism%20satellite%20accounting)>. Acesso em: 10 jun. 2008

CORIALANO, Luiza Neide. *Turismo comunitário e economia solidária no Ceará*. Disponível em: <<http://www.sits2008.org.br/oktiva.net/1893/secao/16333>>. Acesso em: 18 abr. 2008.

COZER, Raquel. *Sorria, você está no Butão*. Disponível em: <http://super.abril.com.br/superarquivo/2006/conteudo_450887.shtml>. Acesso em: 12 jun. 2008

CULTI, Maria Nezilda. *El cooperativismo popular en Brasil: importancia y representatividad*. Bratislava-República Eslovaca, 2004.

_____, Maria Nezilda. *Mulheres na economia solidária: desafios sociais e políticos*. Bratislava-República Eslovaca, 2004.

DANTAS, Andréa Virgínia Sousa. *Uma análise sobre a relação turismo e pobreza no Rio Grande do Norte*. Natal, 2005. 161 f. Monografia (Graduação em Turismo) – Departamento de Ciências Administrativas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. *Métodos e técnicas de pesquisa em turismo*. São Paulo: Futura, 1998.

DIAS, Carla da Costa. Os saberes em tradições: a fabricação das painéis de barro de Goiabeiras. *Textos escolhidos de cultura e arte populares*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 49-56, 2007.

DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos *Taxa de desemprego total, por sexo*. Disponível em:

<<http://turandot.dieese.org.br/icv/TabelaPed?tabela5>> Acesso em: 06 abril 2011.

FABIANNE, Ratzke Turra; SANTOS, Flávio Eduardo de Gouvêa; COLTURATO. *Associações e cooperativas*. Brasília: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo, 2002.

FINLEY, M. *Mundo de Ulisses*. Lisboa: Presença, 1988.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho; LAVILLE, Jean Louis. *Economia Solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: UFGM, 2004.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. *Civitas*, Porto Alegre v. 7 n. 1 jan. jun. 2007, p. 155-174.

FURTADO, Celso. *Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural*. 3.ed. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 2000.

GALLERO, Lopes. *El impacto de la globalizacion sobre el turismo*. In: RODRIGUES, Adyr A. B. (Org.). Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 1996.

GISBORNE, Thomas. *An enquiry into the duties of men in the higher and middle classes of society in Great Britain*. 1794.

HERCULANO, Selene C. A qualidade de vida e seus indicadores. *Revista Ambiente e Sociedade*, Campinas, UNICAMP/NEPAM, Ano I, n. 2, 1º semestre de 1998, p. 77-99.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1997.

IANNI, Octavio. Globalização: novo paradigma das ciências sociais. *Estudos Avançados*, v. 8, n.21. São Paulo, maio/ago.1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000200009>. Acesso em: 23 jun. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Indicadores de empregos. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/mapa_site/mapa_site.php#populacao>. Acesso em: 08 set. 2008.

IASKIO, Emerson Leonardo Schmidt. *Economia Solidária e concorrência capitalista*. Disponível em: www.poli.usp.br/...%20Socialismo%20e%20Economia%20Solidária/. Acesso em: 13 jul. 2011.

KLIKSBERG, Bernardo. (Org.) *Pobreza: uma questão inevitável*. Brasília: ENAP, 1994.

KONDER, Leandro. *Fourier: o socialismo do prazer*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

LEAL, Sandra Regina; MINGHELI, Marcel. *Flexibilizações e desregulamentação das relações de trabalho: reflexões jurídicas no contexto da globalização*. In: LIMA, Jacob Carlos. O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado. Caxambu, 2004. *Revista brasileira de Ciências Sociais* – v.

LOPES, Wagner. Turismo reforça arrecadação de impostos no RN. 24 jul.2005. Disponível em: <<http://www.assecom.rn.gov.br>>. Acesso em: 15 jan.2006.

MARTINELLI, Dantas Pinheiro; JOYAL, André. *Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas*. Barueri, SP: Manole, 2004.

MARTINS, Gilberto de Andrade. *Análise de conteúdo*. Disponível em: <<http://www.serprofessoruniversitario.pro.br/ler.php?modulo=22&texto=1377>>. Acesso em: 25 jun. 200.

_____. *Manual para elaboração de monografias e dissertações*. São Paulo: Atlas, 1994.

MARINHO, Luiz. *Atlas da economia solidária no Brasil*. Brasília: MTE, SENAES; 2006.

MAURIEL, Ana Paula Ornellas. *Combate à pobreza e desenvolvimento humano: impasses teóricos na construção da política social na atualidade* (Tese Doutorado). UEC - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, F. *O capital: crítica da economia política*. Trad. Reginaldo Sant' Anna. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, livro 3, v. 6, 305 p. (1985).

MEDEIROS, Viviane Costa Fonseca de Almeida. *Economia solidária e turismo: uma análise nas cooperativas e associações de Natal/RN*. Natal, 2008, 91f. Monografia (Graduação em turismo) - Departamento de Ciências Administrativas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

MEDEIROS, Daniely; MENDES, Elisabete; EVANGELISTA, Elitânia. *O atual cenário do cluster de bordado de Caicó: um estudo de caso na cooperativa das bordadeiras e artesãos do Seridó*. Acesso em: 15 jul. 2011. Disponível em <<http://connepi.ifal.edu.br/ocs/index.php/connepi/CONNEPI2010/paper/view/1733>>

_____. MINISTÉRIO DO TURISMO. Portal brasileiro do turismo. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/portalmtur/opencms/institucional/noticias/arquivos/cooperativismo_popular_promove_inclusao_social_em_regioes_turisticas.htm>. Acesso em: 17 abr. 2008.

MOWFORTH, Martin; MUNT, Ian. *Tourism and sustainability: development and new tourism in the third world*. 2. ed. Londres; Routledge, 2003.

NASCIMENTO, Celso Augusto Tônes. O cooperativismo popular como forma de inserção econômica. CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 7. Coimbra, 2004.

SOUZA NETO, Gerardo Facundo; BARBOSA, Luciana Maciel; MENDES, Eluziane Gonzaga. A modernização do litoral cearense e as comunidades pesqueiras: o caso de Tatajuba, Camocim-Ce. Disponível em: <<http://www.sits2008.org.br/oktiva.net/1893/nota/106773>>. Acesso em: 29 nov. 2008. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. *Sustainable tourism: eliminating poverty*, 2003. Disponível em: <<http://www.unwto.org/step/>> Acesso em: 23 Jun. 2009.

PASSOS, Carlos Roberto Martins; NOGAMI, Otto. *Princípios de economia*. São Paulo: Pioneira Thimson, 1998.

POTER, Michael E. *A vantagem competitiva das nações*. Rio Janeiro: Campus, 1989.

PEARCE, Douglas G.; BUTLER, Richard W. (org.) *Desenvolvimento em turismo: temas contemporâneos*. São Paulo: Contexto, 2002.

RABAHY, Wilson Abrahão. *Turismo e desenvolvimento: econômico e estatístico no planejamento*. Barueri, SP: Manole, 2003.

RAMOS, Silvana Pirillo. *Observatório do turismo: núcleo de avaliação, diagnóstico e Intervenção nas comunidades para o desenvolvimento sustentável do turismo em municípios do Estado de Alagoas*. Disponível em: <http://www.uniethos.org.br/_Uniethos/Documents/Observat%C3%B3rio%20do%20Turismo.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2008.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). *Turismo e desenvolvimento*. 3. ed. São Paulo: hucitec, 2000.

_____, Arlete Moyés. Desenvolvimento sustentável e atividade turística. In: SERRANO, C.; BRUNHS, H.T.; LUCHIARI, M. T. D. P. (orgs). *Olhares contemporâneos sobre o turismo*, Campinas: Papiros, 2000. (coleção Turismo).

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. *Gestão que privilegia uma outra economia: ecossocioeconomia das organizações*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008, no prelo.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SCHÜTZ, Rosalvo (2008). Economia popular solidária: novos desafios para a educação popular. In *Série Le Monde Diplomatique Brasil*. (Org.) *Desafios da economia solidária*: (Org.) *Desafios da economia solidária*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008, v. 4, p. 19-52. Série Le Monde Diplomatique, Brasil.

SEBRAE. *Roteiro Seridó*: plano de turismo sustentável. Natal: SEBRAE, 2004.

SEN, Amartya Kumar. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SINGER, Paul Israel. *Desenvolvimento e crise*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____, Paul Israel. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

_____, Paul, Israel. A economia solidária. *Revista Teoria e Debate*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, n. 47 fev/mar/abr 2001. Disponível em: <<http://www.fpa.org.br>>. Acesso em: 13 jul. 2011.

SOARES, Guilherme José de Vasconcelos; DIAS, Conceição; SILVA, Emanuel Sampaio. *A incubadora tecnológica de cooperativas populares da UFRPE*: uma nova experiência de extensão universitária, 2008. Disponível em: <http://www.prac.ufpb.br/anais/lcbeu_anais/anais/trabalho/aincubadora.pdf> Acesso em: 08 set. 2008.

SOUZA, Nali J. *Desenvolvimento econômico*. 4. ed. São Paulo: Atlas,. 1999.

SOUZA, Washington José. *Economia solidária*. Seminário Cajusol, 2010.12 slides: Color;

TEDESCO, João Carlos; CAMPOS, Ginez Leopodo Rodrigo (Org.). *Economia solidária e reestruturação produtiva*: (sobre) vivências no mundo do trabalho atual. Passo Fundo, RS: UPF, 2001.

VEIGA, S. e RECH, D. *Associações*: como constituir sociedades sem fins lucrativos. Rio de Janeiro: DP&A: Fase, 2001.

VEIGA, S. e FONSECA, I. *Cooperativismo*: uma revolução pacífica em ação. Rio de Janeiro: DP&A/Fase, 2001.

ANEXOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO
CURSO DE MESTRADO EM TURISMO
Pesquisa de Mestrado³⁷

ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS DE ARTESANATO DO SERIDÓ

Questionário Nº _____

1) Cargo que exerce na cooperativa e/ou associação?

2) Faixa etária

3) Sexo

1(☐) Masculino 2 (☐) Feminino

4) Estado Civil:

1-(☐) solteiro(a)

2-(☐) casado(a)

3-(☐) divorciado(a)

4-(☐) amasiado(a)

5-(☐) viúvo(a)

6-(☐) outros _____

5) Qual o seu nível de escolaridade?

1(☐) Sem instrução formal

2(☐) Fundamental incompleto

3(☐) Fundamental completo

4(☐) Médio incompleto

5(☐) Médio completo

37 Título da pesquisa: Turismo e Economia Solidária: uma análise nas cooperativas e associações de artesanato do Seridó norte-rio-grandense.

Mestranda: Viviane Costa Fonseca de Almeida Medeiros

Orientadora: Maria Lúcia Alves Bastos Dra.

- 6() Superior incompleto
 7() Superior completo
 8() Pós-Graduação (especialização, mestrado e doutorado)
 9() outro _____
 6) Qual foi o motivo que lhe levou a se associar/ou cooperar-se?

- 1() Por falta de emprego;
 2() Para complementar a renda familiar ;
 3() Apenas como alternativa para compra insumos e matérias primas mais baratas;
 4() Outros: _____

7)A adesão à cooperativa ou associação foi de maneira livre e voluntária?

1sim () 2 não ()

8) Como é a sua participação no grupo (cooperativa e/ou associação)?

- 1 () Elaboração dos produtos ou serviços
 2 () No gerenciamento das atividades
 3 () Na distribuição das sobras (lucros)
 4 () Promoção do desenvolvimento integrado e sustentável
 5 () Outro: _____

9) Como se forma a comissão gestora (diretores, secretariado)

- 1() Por meio de eleição
 2() Quem tem mais influência no grupo
 3() Quem contribuiu, colocou, mais dinheiro na fundação do grupo

10) Como é a participação dos membros em seus direitos e responsabilidades?

É sempre igualitária	Às vezes igualitária	Nunca é igualitária	Não se aplica

11) Esta cooperativa e/ou associação prioriza a igualdade e a democracia entre os seus membros?

Sempre	Às vezes	Raramente	Não se aplica

12) Em qual medida a autonomia para tomada de decisões se faz presente nas associações e/ou na cooperativa?

	Sempre	Às vezes	Nunca	Não se aplica
Compra (de matéria prima)				

Venda dos produtos				
Pagamentos				
Capacidade de decisão sobre tudo que acontece cooperativa ou associação				

13) Como é feita a distribuição das sobras (lucros)?

1. ☐ Divide entre os membros
2. ☐ Fica com a associação
3. ☐ Volta para os membros em forma de produtos ou serviços
4. ☐ As sobras são individuais
5. ☐ Outros _____

14) Antes da adesão à cooperativa e/ou associação, o cooperado ou associado tinha ocupação profissional e remunerada?

- a) ☐ Sim.
- b) ☐ Não

15) Se sim, que tipo de trabalho?

1. ☐ Emprego de carteira assinada
2. ☐ Vendedor ambulante
3. ☐ Diarista
4. ☐ Bicos
5. ☐ Outros: _____

16) Quais são os produtos feitos pelo grupo?

1. ☐ Bordados à mão;
2. ☐ Bordados à máquina;
3. ☐ Culinária regional;
4. ☐ Arte em madeira;
5. ☐ Arte em pedras;
6. ☐ Arte em telas;
7. ☐ Pinturas;
8. ☐ Tapeçaria;
9. ☐ Outros _____

17) Estes produtos são direcionados para o mercado turístico

1. ☐ Sim
2. ☐ Não

18) A associação e/ou cooperativa atua no setor turístico da localidade?

1. () Sim
2. () Não. Por quê? _____

19) Se sim, em que medida a associação e/ou cooperativa se insere na atividade turística desenvolvida na localidade?

1. () Venda de produtos a hotéis, pousadas, bares/ restaurantes etc.
2. () Venda de produtos aos turistas
3. () Prestação de serviços a hotéis, pousadas, bares/ restaurantes etc.
4. () Prestação de serviços a turistas

20) Quais são as maiores dificuldades que a associação/cooperativa enfrenta ao se trabalhar com o setor turístico?

1. () Acesso ao mercado
2. () Divulgação de produtos/serviços
3. () Competitividade com grandes corporações do setor

21) Avalie se houve melhorias da qualidade de vida após a adesão ao grupo (associação/cooperativa) com relação aos seguintes aspectos:

1. PIOROU; 2. PERMANECEU; 3. MELHOROU; 4. NÃO SE APLICA

Variáveis	1	2	3	4
1. Saúde;				
2. Condições alimentares;				
3. Condições de trabalho;				
4. Educação formal e capacidade técnica;				
5. Integração familiar e social;				
6. Habitação;				
7. Segurança;				
8. Lazer;				
9. Participação política				
10. Preocupação com os aspectos ambientais do seu município				
11. Acesso a financiamento;				
12. Acesso ao consumo;				
13. Acesso à informação;				

Roteiro de entrevista

Entrevistador _____

Data _____ Município _____

I-Identificação do entrevistado.

Grupo _____

Cargo ou função que exerce no grupo (associação ou cooperativa) _____

Número de pessoas da família que trabalham na atividade _____

Ocupação principal _____

Outras atividades desenvolvidas no grupo _____

II Historiando a experiência.

Quando e como iniciou a produção de artesanato?

Qual foi a motivação pessoal ou outra que levou o senhor (a) associar-se à associação e/ou à cooperativa?

Quanto tempo é sócio do grupo (associação ou a cooperativa)?

Em algum momento você deixou de participar das atividades do grupo? Se sim por quê?

O grupo deixou de exercer os trabalhos? Se a resposta for sim, por quê?

III Efeitos e causas

No contexto da economia local

A produção da cooperativa ou associação é destinada ao mercado turístico da região? Se sim, de que forma?

Há incentivos para a produção de artesanato por parte de setores públicos e privados? Se sim, quais?

O senhor (a) acha que a associação ou cooperativa exerce alguma influência no turismo da região ou da localidade? Se sim, de que forma? E se não, por quê?

O senhor (a) acha que o turismo da região tem contribuído para a melhoria de vida dos cooperados ou associados? Se sim, por quê?

Existe algum tipo de atividade que vocês (sócio) fazem juntos? Se sim, qual e onde é realizada?

Considera que a atividade pode continuar se a associação e ou cooperativa fechar? Justifique.

APÊNDICES



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CCET – CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA
DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA
CONSULEST

CONSULENTE: Viviane Costa Fonseca de Almeida Medeiros

ORIENTADOR (a): Dra. Maria Helena Constantino Spyrides

CONSULTORES:

Andriev Carlos Freitas

Camiliane Azevedo Ferreira

Izabelly Cristina Mendes Tinoco

Pollyanne Evangelista da Silva

Regina Maria de Jesus Rochz

NATAL/RN

2011.1

OBJETIVO

Esta pesquisa objetiva a compreensão da realidade dos artesãos do Roteiro Seridó, onde se observou a realidade socioeconômica na qual os artesãos estão inseridos. O estudo foi norteado pela seguinte questão: a Economia Solidária através do cooperativismo e associativismo, em parceria com as atividades voltadas para o turismo, contribui para melhorar as condições sociais e econômicas dos artesãos do Roteiro Seridó? Para se chegar ao objetivo geral, delinearam-se os seguintes passos: identificar as cooperativas e associações existentes no Roteiro Seridó/RN relacionadas de forma direta ou indireta ao setor turístico; mensurar as contribuições geradas e o grau de melhoria das condições socioeconômicas dos que presidem esses grupos, bem como dos cooperados e associados após sua adesão a essas organizações e por fim identificar as formas pelas quais o turismo e a Economia Solidária contribuem para a inclusão socioeconômica dos atores envolvidos.

METODOLOGIA

PROCEDIMENTOS ESTATÍSTICOS

TAMANHO DE AMOSTRA

População foi dos representantes e membros das cooperativas e associações do roteiro Seridó no município de Caicó e que operam em um sistema de Economia Solidária, com um número total de 953 membros. A população foi dividida em 8 (oito) estratos, sendo cada um deles composto pelo município do Roteiro Seridó: Arari – 62 membros; Caicó – 448 membros; Carnaúbas dos Dantas – 148 membros; Cerro Corá – 35 membros; Currais Novos – 90 membros; Jardim do Seridó – 75 membros; Lagoa Nova – 25 membros; Parelhas – 70 membros.

O plano amostral utilizado foi Amostragem Estratificada com Alocação Proporcional, que se caracteriza por dividir a população em partes que sejam mais homogêneas do que a população em geral, e alocar o tamanho da amostra de maneira proporcional ao tamanho de cada estrato.

Utilizamos o software estatístico R para o cálculo do tamanho da amostra. Foi atribuído um $\alpha=10\%$ e margem de erro de 0,05. A amostra foi de 193 membros das cooperativas e associações do roteiro Seridó no município de Caicó, alocado em 8 (oito) estratos.

Estrato 1 Arari – 13 membros;

Estrato 2 Caicó – 91 membros;

Estrato 3 Carnaúbas dos Dantas – 30 membros;

Estrato 4 Cerro Corá – 7 membros;

Estrato 5 Currais Novos – 18 membros;

Estrato 6 Jardim do Seridó – 15 membros;

Estrato 7 Lagoa Nova – 5 membros;

Estrato 8 Parelhas – 14 membros.

ANÁLISE ESTATÍSTICA

Utilizou-se da Estatística Descritiva, com medidas de tendência central e dois testes estatísticos não paramétricos: teste qui-quadrado e o teste de Fisher com um nível de significância $\alpha = 5\%$. Utilizou-se o programa de domínio público R.

TESTE DE FISHER

O teste de Fisher deve ser usado em amostras pequenas, nesses casos o teste de Pearson é inadequado, pois não consegue convergência para uma distribuição qui-quadrado. O teste de Fisher deve ser utilizado quando: $n < 20$ ou quando $20 \leq n \leq 40$ e a menor frequência esperada for menor que 5.

O teste de Fisher permite calcular a probabilidade de associação entre as variáveis em análise.

TESTE QUI-QUADRADO

É um teste não paramétrico, ou seja, não depende de parâmetros populacionais, como médias e variância. Esse teste objetiva verificar se a frequência absoluta observada de uma variável é significativamente diferente da distribuição de frequência absoluta esperada.

Evidentemente, pode-se dizer que dois grupos se comportam de forma semelhante se as diferenças entre as frequências observadas e as esperadas em cada categoria forem muito pequenas, próximas a zero.

O teste é utilizado para verificar se a frequência com que um determinado acontecimento observado em uma amostra se desvia significativamente ou não da frequência com que ele é esperado. Utiliza-se o teste Qui-quadrado para uma amostra quando se quer comparar frequências observadas com frequências esperadas de categorias de variáveis categóricas para avaliar a associação entre variáveis.

Estatística do Teste Qui-Quadrado:

$$\chi^2 = \sum_{i=1}^k \frac{(O_i - E_i)^2}{E_i}$$

que tem distribuição Qui-quadrado com $k-1$ graus de liberdade e, k é o número de categorias da variável.

VARIÁVEL INDICADORA

Foi criada uma variável indicadora a partir das variáveis de Qualidade de vida (Q21), em que foram somadas as notas dadas por cada indivíduo em relação às variáveis, gerando uma nova variável (variável indicadora - Q21novo).

ANÁLISE DE VARIÂNCIA

É um teste estatístico utilizado para fazer comparações simultâneas de médias. Assim, utilizamos para verificar se existe uma diferença significativa entre as médias e se os fatores (Cargos) exercem influência na variável resposta (variável indicadora - Q21novo).

TESTE DE TUKEY

O teste de Tukey é feito após a ANOVA ter levado à rejeição da hipótese nula, isto é, a igualdade das médias dos fatores (Cargos) foi rejeitada. Desejamos testar, então, todas as médias dos pares de fatores (Cargos) para verificar quais foram significantes.

Hipóteses a serem testadas:

$$\begin{aligned} H_0: \mu_i &= \mu_j \quad \forall i \neq j \\ H_1: \mu_i &\neq \mu_j \end{aligned}$$

RESULTADOS

Tabela 1 – Estatística Descritiva

Variável	Média	Desvio Padrão	Mediana	Mínimo	Máximo
Q2-Idade	45,98	12,15	46,00	18,00	75,00

Tabela 2 – Frequência das variáveis

Variável	N	%
Municípios		
1- Cerro Corá	06	3,0
2- Lagoa Nova	08	4,0
3 - Currais Novos	21	10,4
4 - Acari	14	6,9
5 - Carnaúba dos Dantas	30	14,8
6- Parelhas	15	7,4
7 -Jardim do Seridó	16	7,9
8- Caicó	92	45,5
Q1-Cargo		
1-Associado	102	50,5
2-Cooperado	91	45,0
3-Presidente	09	4,5
Q3-Sexo		
Masculino	05	2,5
Feminino	197	97,5
Q4-Estado civil		
Solteiro	59	29,2
Casado	112	55,4
Divorciado	20	9,9
Amasiado	01	0,5
Viúvo	10	4,9
Q5-Escolaridade		
Sem instrução formal	02	1,0
Fundamental incompleto	54	26,7
Fundamental completo/médio incompleto	46	22,8
Médio completo/superior incompleto	78	38,6
Superior completo	19	9,4
Pós-Graduação	03	01,5
Q6-Motivo		
1-Falta emprego	23	11,4
2-Complementar renda	50	24,9
3-Como alternativa	32	15,9
4-Outros	96	47,8

Continuação **Tabela 2** – Frequência das variáveis

Variável	N	%
Q7-Adesão		
Sim	201	100,0
Não	000	0,0
Q8-Participação		
Elaboração	102	50,7
No gerenciamento	18	9,0
Na distribuição	01	0,5
Desenvolvimento	08	4,0
Outros	72	35,8
Q9- Comissão gestora		
Por meio de eleição	117	66,5
Mais influência	53	30,1
Quem contribuiu	06	3,4
Q10-Participação dos membros		
Sempre igualitária	103	56,3
Às vezes	34	18,6
Nunca	46	25,1
Q11 - Prioriza a igualdade		
Sempre	129	70,1
Às vezes	16	8,7
Raramente	39	21,2
Q12-Autonomia em decisões		
Q12. 1- Compra (de matéria-prima)		
Sempre	78	43,8
Às vezes	13	7,3
Nunca	178	48,9
Q12. 2 Venda dos produtos		
Sempre	101	56,7
Às vezes	19	10,7
Nunca	58	32,6
Q12. 3-Pagamentos		
Sempre	26	14,6
Às vezes	14	7,8
Nunca	139	77,6

Continuação **Tabela 2** – Frequência das variáveis

Variável	N	%
Q12. Capacidade de decisão		
Sempre	102	57,0
Às vezes	24	13,4
Nunca	53	29,6
Q13-Lucros		
Divide entre os membros	03	1,8
Fica com a associação	118	69,4
Volta para os membros	19	11,2
As sobras são individuais	19	11,2
Outros	11	6,5
Q14-Antes da adesão	175	86,6
1- (sim)	27	13,4
2-(não)		
Q15-Que tipo de trabalho		
Emprego de carteira assinada	11	6,4
Vendedor ambulante	07	4,0
Diarista	03	1,8
Bicos	07	4,0
Outros	145	83,8
Q16-produtos feitos pelo grupo		
Q16. 1-Bordados à mão;		
1-sim	94	100,0
2-não	00	0,0
Q16. 2-Bordado à máquina;		
1-sim	149	99,3
2-não	01	0,7
Q16. 3-Bordado à máquina;		
1-sim	29	96,7
2-não	01	3,3
Q16. 4-Arte em madeira		
1-sim	38	97,4
2-não	01	2,6

Continuação **Tabela 2** – Frequência das variáveis

Variável	N	%
Q16. 5-Arte em pedras;		
1-sim	23	95,8
2-não	01	4,2
Q16. 6-Arte em telas;		
1-sim	35	97,2
2-não	01	2,8
Q16. 7 Pinturas;		
1-sim	68	100,0
2-não	0	0,0
Q16. 8 Tapeçaria;		100,0
1-sim	68	0,0
2-não	00	
Q16. 9 Outros		
1-sim	48	100,0
2-não	00	0,0
Q.17 Mercado turístico		
(1) sim	182	94,3
(2) não	11	5,7
Q.18 Setor turístico		
(1) sim	177	90,8
(2) não	18	9,2
Q.19-Ativ.turística		
Localidade		
Q.19.1(1) Venda hotéis	41	100,0
Q.19.2(2) vendas turistas	169	100,0
Q.19.2(3) prest.Serviço hotéis	00	0,0
Q.19.4(4)prest.Serviço/turistas	00	0,0
Q.20 Maiores dificuldades		
(1) Acesso ao mercado	57	32,6
(2) divulgação	67	38,3
(3) competitividade	41	23,4
(4) Outros	10	5,7

Variável	N	%
Q.21 Qualidade de vida		
Q.21.1 Saúde		
1-piorou	30	15,3
2-permaneceu	102	52,0
3-melhorou	64	33,6
Q.21.2 Alimentação		
1-piorou	05	2,5
2-permaneceu	94	48,0
3-melhorou	97	49,5
Q.21.3 Trabalho		
1-piorou	13	6,7
2-permaneceu	63	32,5
3-melhorou	118	60,8
Q.21.4 Educação		
1-piorou	05	2,5
2-permaneceu	83	42,3
3-melhorou	108	55,1
Q.21.5 Integração		
1-piorou	04	2,0
2-permaneceu	88	44,9
3-melhorou	104	53,1
Q.21.6 - Habitação		
1-piorou	06	3,1
2-permaneceu	106	54,6
3-melhorou	82	42,3
Q.21.7 Segurança		
1-piorou	11	5,6
2-permaneceu	124	63,6
3-melhorou	60	30,8
Q.21.8 lazer		
1-piorou	10	5,1
2-permaneceu	106	54,1
3-melhorou	80	40,8
Q.21.9 Política		
1-piorou	16	8,3
2-permaneceu	115	59,6
3-melhorou	62	32,1

Variável	N	%
Q.21.10- Aspecto ambiental		
1-piorou	19	9,8
2-permaneceu	77	39,7
3-melhorou	98	50,5
Q.21.11- Financiamento		
1-piorou	08	4,1
2-permaneceu	75	38,5
3-melhorou	112	57,4
Q.21.12- Consumo		
1-piorou	05	2,6
2-permaneceu	77	39,5
3-melhorou	113	57,9
Q.21.1- Informação		
1-piorou	03	1,5
2-permaneceu	52	26,5
3-melhorou	141	71,9

A Tabela 3 apresenta os resultados do Teste de Qui-Quadrado, realizado para testar a associação entre práticas solidárias e escolaridade. Ao nível de significância $\alpha = 5\%$, não se rejeita a hipótese de independência, ou seja, não há evidências de que exista associação entre as práticas solidárias e a escolaridade.

Tabela 3 – Escolaridade segundo o motivo para se integrar ao grupo e o valor-p do teste Qui-quadrado

Escolaridade	Práticas solidárias				Valor-p
	Falta emprego	Comp. Renda familiar	Matérias primas	Outros	
	(N) %	(N) %	(N) %	(N) %	
Sem instrução	(01) 50,0	(00) 0,0	(01) 50,0	(00) 0,0	*0,912
Fundamental incompleto	(08) 14,8	(11) 20,4	(09) 16,7	(26) 48,1	
Fundamental completo/médio incompleto	(07) 15,2	(12) 26,1	(07) 15,2	(20) 43,5	
Médio completo/superior incompleto	(06) 7,8	(22) 28,6	(14) 18,2	(35) 45,4	
Superior completo	(00) 0,0	(05) 26,3	(01) 5,3	(02) 66,7	
Pós - graduação	(23) 11,4	(50) 24,9	(32) 15,9	(96) 47,8	

*Para fazer o teste Qui-Quadrado, foi necessário agrupar as categorias da variável escolaridade, sem instrução com ensino fundamental incompleto e superior completo com pós-graduação

A Tabela 4 apresenta os resultados do Teste de Fisher e Qui-Quadrado, realizado para testar a associação entre o cargo que exerce na cooperativa e as variáveis: Escolaridade, Motivo, Comissão gestora e Participação dos membros. Ao nível de significância $\alpha = 5\%$, há evidências de que exista associação entre o cargo que exerce na cooperativa com as variáveis Motivos, Comissão gestora e Participação dos membros.

Tabela 4 – Análise dos cooperados e associados segundo motivo para se integrar aos grupos e o valor-p do teste de Fisher

Análise dos cooperados e associados	Cargo que exerce na cooperativa			
	Associados	Cooperados	Presidente	Valor-p
	(N) %	(N) %	(N) %	
5.Escolaridade				
Sem instrução	(01) 1,0	(01) 1,1	(00) 0,0	
Fundamental incompleto	(26) 25,5	(28) 30,8	(00) 0,0	
Fundamental completo/médio incompleto	(20) 19,6	(24) 26,4	(02) 22,2	*0,202
Médio completo/superior incompleto	(41) 40,2	(31) 34,1	(06) 66,7	
Superior completo	(12) 11,8	(06) 6,6	(01) 11,1	
Pós graduação	(02) 2,0	(01) 1,1	(00) 0,0	
6.Motivo				
Falta emprego	(15) 14,8	(08) 8,8	(00) 0,0	<0,001
Complementar renda	(34) 33,7	(10) 11,0	(06) 66,7	
Como alternativa	(06) 5,9	(25) 27,5	(01) 11,1	
Outros	(46) 45,5	(48) 52,7	(02) 22,2	
9.Comissão gestora				
Por meio de eleição	(80) 81,6	(28) 40,6	(09) 100,0	<0,001
Mais influência	(17) 17,3	(36) 52,2	(00) 0,0	
Quem contribuiu	(01) 1,0	(05) 7,2	(00) 0,0	
10.Participação dos membros				
Sempre igualitária	(70) 72,9	(24) 30,8	(09) 100,0	<0,001
Às vezes	(15) 15,6	(19) 24,4	(00) 0,0	
Nunca	(11) 11,5	(35) 44,9	(00) 0,0	

A Tabela 5 apresenta os resultados do Teste de Fisher, realizado para testar a associação entre o cargo que exerce na cooperativa e as variáveis de Autonomia em decisões. Ao nível de significância $\alpha = 5\%$, há evidências de que exista associação entre o cargo que exerce na cooperativa com as variáveis de Autonomia em decisões.

Tabela 5 – Autonomia em decisões segundo cargo que exerce na cooperativa e o valor-p do teste de Fisher

Autonomia em decisões	Cargo que exerce na cooperativa			Valor-p
	Associados	Cooperados	Presidente	
	(N) %	(N) %	(N) %	
12.1.Compra (de matéria-prima)				
Sempre	(54) 58,7	(17) 22,1	(07) 77,8	
Às vezes	(02) 2,2	(09) 11,7	(02) 22,2	<0,001
Nunca	(36) 39,1	(51) 66,2	(00) 0,0	
12.2.Venda dos produtos				
Sempre	(72) 76,6	(22) 29,3	(07) 77,8	
Às vezes	(05) 5,3	(12) 16,0	(02) 22,2	<0,001
Nunca	(94) 18,1	(41) 54,6	(00) 0,0	
12.3.Pagamentos				
Sempre	(10) 10,6	(12) 15,6	(04) 50,0	
Às vezes	(03) 3,2	(10) 13,0	(01) 12,5	0,003
Nunca	(81) 86,2	(55) 71,4	(03) 37,5	
12.4.Capacidade de decisão				
Sempre	(80) 85,1	(15) 19,5	(07) 87,5	
Às vezes	(06) 6,4	(17) 22,1	(01) 12,5	<0, 001
Nunca	(08) 8,5	(45) 58,4	(00) 0,0	
13.Lucros				
Divide entre os membros	(01) 1,0	(02) 3,1	(00) 0,0	
Fica com a associação	(63) 64,9	(54) 84,4	(01) 11,1	
Volta para os membros	(17) 17,5	(02) 3,1	(00) 0,0	<0, 001
As sobras são individuais	(12) 12,4	(03) 4,7	(04) 44,4	
Outros	(04) 4,1	(03) 4,7	(04) 44,4	

A Tabela 6 apresenta os resultados do Teste de Fisher, realizado para testar a associação entre Mercado e Acesso ao financiamento. Ao nível de significância $\alpha = 5\%$, há evidências de que exista associação entre Mercado e Acesso ao financiamento.

Tabela 6 – Mercado segundo acesso ao financiamento e o valor-p do teste de Fisher

Mercado	Acesso ao financiamento			Valor-p
	Piorou	Permaneceu	Melhorou	
	(N) %	(N) %	(N) %	
Mercado turístico				
Sim	(06) 3,4	(64) 35,7	(109) 60,9	0,004
Não	(02) 18,2	(07) 63,6	(02) 18,2	
Acesso ao consumo				
Mercado turístico				
Sim	(03) 1,7	(64) 35,7	(112) 62,6	<0, 001
Não	(02) 18,2	(08) 72,7	(01) 9,1	

A Tabela 7 apresenta os resultados do Teste de Fisher, realizado para testar a associação entre as variáveis de qualidade de vida e o cargo que exerce na cooperativa. Ao nível de significância $\alpha = 5\%$, há evidências de que exista associação entre as variáveis de Qualidade de vida: Saúde, Educação formal e Capacidade técnica, Integração familiar e social, Segurança, Lazer, Participação política e Preocupação com os aspectos ambientais do seu município com o Cargo que exerce na cooperativa.

Tabela 7 – Qualidade de Vida segundo cargo que exerce na cooperativa e o valor-p do teste de Fisher

Qualidade de Vida	Cargo que exerce na cooperativa			Valor-p
	Associados	Cooperados	Presidente	
	(N) %	(N) %	(N) %	
21.1.Saúde				
Piorou	(07) 7,2	(23) 25,6	(00) 0,0	<0, 001
Permaneceu	(42) 43,3	(55) 61,1	(05) 55,6	
Melhorou	(48) 49,5	(12) 13,3	(04) 44,4	
21.2.Condições alimentares				
Piorou	(01) 1,0	(04) 4,4	(00) 0,0	0,231
Permaneceu	(46) 47,4	(46) 51,1	(02) 22,2	
Melhorou	(50) 51,5	(40) 44,4	(07) 77,8	
21.3.Condições de trabalho				
Piorou	(06) 6,2	(07) 7,9	(00) 0,0	0,131
Permaneceu	(26) 27,1	(36) 40,4	(01) 11,1	
Melhorou	(64) 66,7	(46) 51,7	(08) 88,9	
21.4.Educação formal e capacidade técnica				
Piorou	(03) 3,1	(02) 2,2	(00) 0,0	<0, 001
Permaneceu	(19) 19,6	(59) 65,6	(05) 55,6	
Melhorou	(75) 77,3	(29) 32,2	(04) 44,4	

21.5.Integração familiar e social				
Piorou	(02) 2,1	(02) 2,2	(00) 0,0	
Permaneceu	(29) 29,9	(56) 62,2	(03) 33,3	<0,001
Melhorou	(66) 68,0	(32) 35,6	(06) 66,7	
21.6.Habitação				
Piorou	(04) 4,2	(02) 2,2	(00) 0,0	
Permaneceu	(49) 51,6	(53) 58,9	(04) 44,4	0,702
Melhorou	(42) 44,2	(35) 38,9	(05) 55,6	
21.7.Segurança				
Piorou	(02) 2,1	(09) 10,0	(00) 0,0	
Permaneceu	(60) 62,5	(61) 67,8	(03) 33,3	0,009
Melhorou	(34) 35,4	(20) 22,2	(06) 66,7	

Cont. **Tabela 7** – Qualidade de Vida segundo cargo que exerce na cooperativa e o valor-p do teste de Fisher

Qualidade de Vida	Cargo que exerce na cooperativa			Valor-p
	Associados	Cooperados	Presidente	
	(N) %	(N) %	(N) %	
21.8.Lazer				
Piorou	(04) 4,1	(06) 6,7	(00) 0,0	
Permaneceu	(42) 43,3	(60) 66,7	(04) 44,4	0,005
Melhorou	(51) 52,6	(24) 26,7	(05) 55,6	
21.9.Participação política				
Piorou	(06) 6,3	(10) 11,2	(00) 0,0	
Permaneceu	(48) 50,5	(62) 69,7	(05) 55,6	0,006
Melhorou	(41) 43,2	(17) 19,10	(04) 44,4	
21.10.Preocupação com os aspectos ambientais do seu município				
Piorou	(03) 3,1	(16) 18,2	(00) 0,0	
Permaneceu	(30) 30,9	(44) 50,0	(03) 33,3	<0,001
Melhorou	(64) 66,0	(28) 31,8	(06) 66,7	
21.11. Acesso a financiamento				
Piorou	(02) 2,1	(06) 6,7	(00) 0,0	
Permaneceu	(44) 45,4	(29) 35,6	(02) 22,2	0,180
Melhorou	(51) 52,6	(54) 60,7	(07) 77,8	
21.12. Acesso ao consumo				
Piorou	(03) 3,1	(02) 2,2	(00) 0,0	
Permaneceu	(35) 36,5	(39) 43,3	(03) 33,3	0,839
Melhorou	(58) 60,4	(49) 54,4	(06) 66,7	

2113. Acesso à informação				
Piorou	(02) 2,1	(01) 1,1	(00) 0,0	
Permaneceu	(19) 19,6	(31) 34,4	(02) 22,2	0,184
Melhorou	(76) 78,3	(58) 64,4	(07) 77,8	

Tabela 8 – Estatística Descritiva para as Variáveis de Qualidade de Vida em relação ao cargo que exerce

Cargo que exerce na cooperativa	Média	Desvio Padrão	Mediana	Mínimo	Máximo
Associados	32,5	4,9	33,5	2,0	39,0
Cooperados	29,8	3,9	30,0	18,0	38,0
Presidentes	34,3	5,0	35,0	26,0	39,0

Tabela 9 – Análise de Variância

Cargos	GL	SQ	QM	F	Valor-p
Associados	2	415,2	207,6		
Cooperados	194	3941,6	20,3	10,2	<0,001
Presidentes	196	4356,8			

Com nível de significância de 5%, rejeita-se a hipótese de que as notas são iguais em relação aos cargos. No entanto, para verificar quais os cargos diferem entre si, iremos aplicar o teste de Tukey.

Tabela 10 – Teste de Tukey

Comparação entre os cargos	Limite Inferior	Diferença das médias	Limite Superior	Valor-p
Cooperados - Associados (2-1)	-4,21	2,66	-1,10	<0,001
Presidentes - Associados (3-1)	-1,85	1,85	5,56	0,466
Presidentes - Cooperados (3-2)	0,79	4,51	8,23	0,012

De acordo com o Teste de Tukey, com nível de significância de 5%, não há diferença significativa entre os cargos Presidentes e Associados e para os demais foram significativos.

